

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E
LITERATURA**

DANIEL SANTOS OLIVEIRA

**O DISCURSO DO PAPA FRANCISCO: ENTRE REDES DE MEMÓRIA E
PROCESSOS DE ATUALIZAÇÃO DE SENTIDOS**

**MACEIÓ
2022**

DANIEL SANTOS OLIVEIRA

**O DISCURSO DO PAPA FRANCISCO: ENTRE REDES DE MEMÓRIA E
PROCESSOS DE ATUALIZAÇÃO DE SENTIDOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Raquel HettwerMassmann
Coorientadora: Profa. Dra. Rosangela Oliveira Cruz Pimenta

**MACEIÓ
2022**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

- O48d Oliveira, Daniel Santos.
O discurso do Papa Francisco: entre redes de memória e processos de atualização de sentidos / Daniel Santos Oliveira. – 2022.
100 f. : il. color.
- Orientadora: Débora Raquel Hettwer Massmann.
Coorientadora: Rosangela Oliveira Cruz Pimenta.
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2022.
- Bibliografia: f. 94-98.
Anexos: f. 99-100.
1. Papa Francisco [1936-]. 2. Análise do discurso. 3. Efeitos de sentido.
I. Título.

CDU: 81'42



TERMO DE APROVAÇÃO

DANIEL SANTOS OLIVEIRA

Título do trabalho: “O DISCURSO DO PAPA FRANCISCO: ENTRE REDES DE MEMÓRIA E PROCESSOS DE ATUALIZAÇÃO DE SENTIDOS”

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Documento assinado digitalmente
DEBORA RAQUEL HETTWER MASSMANN
Data: 17/08/2022 18:04:59-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Profa. Dra. Isadora Machado (UFBA)

Profa. Dra. Lídia Noronha Pereira (UNIFAL-MG)



Documento assinado digitalmente
ROSANGELA OLIVEIRA CRUZ PIMENTA
Data: 18/08/2022 21:16:53-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Rosângela Oliveira Cruz Pimenta (UFRPE)



Documento assinado digitalmente
RITA DE CÁSSIA SOUTO MAIOR SIQUEIRA L
Data: 19/08/2022 21:52:12-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima (PPGLL/Ufal)

Maceió, 15 de agosto de 2022.

RESUMO

Atualmente, são numerosas as reportagens que repercutem dizeres do atual Sumo-Pontífice da Igreja Católica, o Papa Francisco, atribuindo-o nomenclatura como “revolucionário”. Considerando as discursividades sobre o Papa Francisco que circulam em nossa sociedade, o estudo que propomos dá ênfase aos episódios que colocam em funcionamento efeitos de sentidos polêmicos no que se refere, especialmente, à questão da homossexualidade. Este trabalho se filia às perspectivas dos estudos discursivos, tal como propostos por Pêcheux (2014a, 2014b, 2015a e 2015b) e por Orlandi (1993, 2006, 2012, 2017 e 2020). Fundamentados nesse dispositivo teórico, buscamos refletir sobre o funcionamento do processo de significação que se materializa por meio dos discursos do Papa Francisco, discursivizados pela mídia como revolucionários. Isso porque, através da observação do modo com que a língua, a história e os sentidos se relacionam na sociedade, parece haver um processo de ruptura entre a posição discursiva do Papa e aquilo que é tomado como base no discurso religioso católico. Em vista disso, o *corpus* selecionado se constitui de recortes de discursos do Papa Francisco referentes à questão da homossexualidade. Nosso objetivo é compreender o processo discursivo em funcionamento: suas condições de produção e, em especial, a atualização da memória discursiva produzida pelo Papa Francisco, ocorrência perceptível quando o dito por ele é colocado em comparação com o discurso da Igreja Católica. Em vista disso, trata-se, pois, de compreender, pela Análise de Discurso, o jogo de imagens (a partir de Pêcheux 2014a) que é posto em movimento em torno do Papa Francisco, para que seja possível tecer algumas hipóteses sobre o atual reconhecimento desse Papa como o da revolução. A presente pesquisa espera que as discussões desenvolvidas, os resultados obtidos e as conclusões formuladas deem condições para a elaboração de reflexões em relação a quais formações discursivas e ideológicas atualmente sustentam a discursividade de revolucionário em torno do Papa Francisco.

Palavras-chave: Ciências da Linguagem; Análise de Discurso; Efeitos de sentido; Papa Francisco;

ABSTRACT

Currently, there are numerous reports that echo the sayings of the current Supreme Pontiff of the Catholic Church, Pope Francis, attributing nomenclature to him as “controversial” and/or “revolutionary”. Considering the discourses about Pope Francis that circulate in our society, the study that we propose emphasizes the episodes that put into operation the effects of controversial meanings with regard, especially, to the issue of homosexuality. This work is affiliated with the perspectives of discursive studies, as proposed by Pêcheux (2014a, 2014b, 2015a and 2015b) and by Orlandi (1993, 2006, 2012, 2017 and 2020). Based on this theoretical device, we seek to reflect on the functioning of the process of meaning that materializes through the speeches of Pope Francis, discursivized by the media as revolutionaries. This is because, through the observation of the way in which language, history and the senses are related in society, there seems to be a process of rupture between the discursive position of the Pope and what is taken as a basis in Catholic religious discourse. In view of this, the selected corpus consists of excerpts from Pope Francis' speeches regarding the issue of homosexuality. Our objective is to understand the discursive process at work: its conditions of production and, in particular, the updating of the discursive memory produced by Pope Francis, a noticeable occurrence when what he said is compared with the discourse of the Catholic Church. In view of this, it is therefore a matter of understanding, through Discourse Analysis, the game of images that is set in motion around Pope Francis, so that it is possible to make some hypotheses about the current recognition of this Pope as that of the revolution. The present research hopes that the discussions developed, the results obtained and the conclusions formulated provide conditions for the elaboration of reflections in relation to which discursive and ideological formations currently support the revolutionary discursivity around Pope Francis.

Keywords: Language Sciences; Discourse Analysis; Sense effects; Pope Francis;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Título da notícia sobre o “fazer história” de Francisco.....	68
Figura 2 – Resposta completa de Francisco à Juan Carlos.....	71
Figura 3 – Sobre a abertura inédita da Igreja aos gays.....	80
Figura 4 - Sobre a resposta inédita de Francisco dentro do avião	82

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	8
1º A Análise de Discurso: percursos de sentido na sociedade e na história	13
1.1 Contextualização histórica sobre o surgimento da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux	14
1.2 Novo campo de estudos da linguagem: Análise de Discurso como disciplina de entremeio	23
2º Sobre o dispositivo teórico	36
2.1 Condição de produção do discurso religioso	43
2.2 Relações de força e relações de poder no funcionamento do discurso religioso	50
3º Aspectos teórico-metodológicos	53
3.1 Papa Francisco: história, memória e processos de individua(liza)ção no/pelo discurso	54
3.2 Procedimento de formulação do <i>corpus</i> para a pesquisa	61
4º O discurso religioso em análise	67
4.1 O discurso sobre a “abertura inédita da Igreja”	80
Considerações finais	90
Referências	95
Anexos	100

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ritmo com que a modernidade se expande e invade novos espaços a cada ano pode ser facilmente percebido em inúmeros aspectos que integram o cotidiano da sociedade do século XXI. Por exemplo, ao comparar alguns hábitos e práticas dos anos 1990, nota-se, entre outros aspectos, que o modo com que atualmente dependemos da internet modificou radicalmente as relações das pessoas com as instituições educacionais, com as instituições financeiras, instituições públicas, etc. O estudo que propomos destinará ênfase para as (novas) relações da sociedade com a Instituição Igreja Católica. Isso porque, buscaremos pesquisar a respeito do modo com que já não é mais possível para a Igreja Católica permanecer imune aos avanços que são trazidos pela contemporaneidade.

Ainda em gesto de comparação com as gerações anteriores como possibilidade de identificação de algumas das mudanças ocorridas, tomaremos de forma específica, o modo com que a ampliação do acesso às informações através dos anos, tem impulsionado discussões sobre alguns temas que eram preteridos e silenciados no passado. Debates sobre o machismo, o feminismo e a homossexualidade, por exemplo, têm adquirido mais espaço e frequência na sociedade e em vista disso, essa pesquisa nasceu da vontade de lançar questões sobre o modo com que a Igreja Católica se posiciona (ou não) frente a essas novas discussões.

Atualmente, é latente a necessidade de uma reforma na Igreja Católica em que exista a intenção de (pelo menos tentar) acompanhar a velocidade com que novas questões estão sendo incluídas e novos sentidos estão sendo postos em funcionamento nos debates da atualidade. Isso porque “sabe-se na sagrada Cidade-Estado que os católicos contemporâneos, sobretudo os mais jovens, olham para revoluções mais recentes, como o Concílio Vaticano II, como se olha para uma gasta página de livro de história” (BOAVENTURA e FREITAS, 2016, p. 318).

Em vista disso, antes de iniciarmos a investigação a respeito do modo com que se dá o posicionamento (ou o não-posicionamento) da Igreja Católica frente às questões polêmicas da atualidade, é importante reconhecer que desde a morte de Jesus Cristo (nascimento¹: entre 4 - 1 a. C. e morte: entre 34 - 30 d. C.), a Igreja põe em prática um

1 Mencionar essa (possível) data exige um importante detalhamento: consideramos a existência de longas e complexas discussões e pesquisas a respeito da existência ou não de Jesus Cristo. A definição específica das datas de algumas figuras históricas do antigo mediterrâneo, como é o caso de Jesus Cristo, carregam,

ininterrupto movimento de sucessão de seus líderes. Os Papas, aqueles que são designados a, em máxima autoridade, representar, dirigir e administrar a Santa Igreja de Roma, são considerados representantes diretos de Deus/Jesus Cristo e, dentro de suas funções, estabelecem as diretrizes do bom funcionamento da Instituição, bem como da vida de seus adeptos.

Desde março de 2013, após eleição entre Cardeais do Vaticano, foi eleito para assumir a posição de Sumo-Pontífice da Igreja Católica o Cardeal Jorge Mário Bergoglio, que se nomeou Papa Francisco para exercer o papado. Assim sendo, essa pesquisa direcionará o enfoque investigativo em direção àquilo que é dito pelo Papa Francisco, por meio de discursos, dentro do seu Pontificado. Ou seja, o *corpus* pesquisado e selecionado para o estudo que propomos se constitui por recortes de alguns discursos religiosos católicos, especificamente aqueles que são proferidos pelo Papa Francisco.

Considerando que “com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2020, p. 13), esta pesquisa inclina-se por reunir discursos do Papa Francisco, visto que este frequentemente tem abordado temas sensíveis para a Igreja Católica, ocasiões essas cujos efeitos na sociedade lhe atribuem a designação de revolucionário. Conforme temos observado, alguns de seus discursos têm contribuído para o aumento significativo de ocorrências (notícias, reportagens, etc.) que mostram que aquilo que foi dito pelo Papa, se distancia, por exemplo, dos dogmas e doutrinas que há muitos anos são cristalizadas pela Instituição Igreja Católica.

Desse modo, reunimos algumas situações em que os discursos do Papa Francisco se referem a temas que envolvem pessoas em estado de sofrimento causado pelas desigualdades sociais, marcas notórias de seus discursos, que propiciaram grande repercussão na mídia atual. Assim como destacam Boaventura e Freitas (2016, p. 318), “a constituição de uma liderança que traga essas questões à tona, capaz de afinar-se a linhas progressistas de pensamento sem repelir a ala ortodoxa da Igreja, é o grande desafio do Papa Francisco”. É por isso que o movimento de seleção e recorte dos discursos foi conduzido pelo objetivo geral desse estudo: investigar o funcionamento do

até hoje, grandes imprecisões porque “correspondem a um período, do ponto de vista histórico, bastante problemático” (LIMA JÚNIOR, 2009, p. 25). Desse modo, trabalharemos com base na existência de Jesus Cristo e a possibilidade de calendário aqui utilizada compreende o seu nascimento em “um lugar na estrutura cronológica de governantes mundiais e locais, ao mencionar Augusto César [63 a.C. – 14 d. C.], o imperador, e em seguida, Quirino [51 a. C. – 21 d. C.], o legado local da Síria” (LIMA JÚNIOR, 2009, p. 31).

processo de significação que se materializa por meio dos discursos do Papa Francisco, considerados pela mídia como revolucionários.

A inclinação por pesquisar a respeito do funcionamento dos discursos, no caso dessa pesquisa, os de natureza religiosa católica, encontra férteis bases teóricas e metodológicas que permitem o planejamento e a construção dessa pesquisa, nas tradições da Análise de Discurso, mais especificamente nas contribuições de Michel Pêcheux (2014a, 2014b, 2015a e 2015b) e Eni Orlandi (2002, 2006, 2013, 2017 e 2020) para esse campo. A escolha pela Análise de Discurso como embasamento dessa pesquisa encontra justificativa na percepção de que essa corrente teórica “se constitui como um modo de leitura, sustentado por um dispositivo teórico e analítico, que considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos” (NUNES, 2008a, p. 110).

Considerar a historicidade é imprescindível para observar o modo com que determinados sentidos religiosos, que estão costurados na história, foram (e são) colocados em funcionamento através das práticas da linguagem dos seus representantes. É desse modo que os pontos de interesse desse estudo conduzem à hipótese de que a relevância social dessa pesquisa pode ser encontrada no empenho por utilizar como espaço de observação as relações entre aqueles que representam e aqueles que se filiam à religião católica, para que seja possível compreender o funcionamento dos discursos produzidos por sujeitos instituídos de autoridade religiosa.

Por acreditarmos na relevância que há em mostrar a ligação que o pesquisador estabelece com o tema sob pesquisa, concordamos com o que propõe Coracini (2016, p. 302), quando diz que “o pesquisador pesquisa a (sua) dor. Não que façamos a escolha dentre os temas que doem, que nos machucam, mas daquilo que nos envolve, (re)volve, mexe naquilo que temos de mais caro, que tange algum traço constituinte”. Em vista disso, enquanto aspecto constitutivo de nossa rotina particular, o catolicismo sempre esteve presente em nossa história de vida, o que suscitou algumas questões. De modo que, a nossa observação empírica, depois de atravessada pelo dispositivo da Análise de Discurso, transformou-se, então, em nossa questão de pesquisa.

O desejo de investigarmos o funcionamento dos discursos religiosos católicos considerando, como dissemos, a historicidade dos sentidos, colocou-nos em movimento de procura por um programa de pós-graduação que atendesse a nossa necessidade e amparasse o desenvolvimento dessa pesquisa. A vasta e consistente pesquisa e produção em Análise de Discurso que ocorre no Programa de Pós-Graduação em Linguística e

Literatura (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), mostraram que esse Programa reúne fecundos espaços para a construção dessa dissertação.

Outro aspecto que consideramos de útil detalhamento consiste na exposição a respeito do percurso de escrita deste trabalho. Uma vez que consideramos a formação de Mestrado como a entrada na vida acadêmica, é importante marcar que o início de tal etapa no PPGLL da UFAL efetivou-se em fevereiro de 2021. E é imprescindível manifestar que a possibilidade de entrada e a condição de permanência no curso provém do acompanhamento e da orientação da professora Débora Raquel Hettwer Massmann.

Ao discorrer a respeito da experiência de escrita do presente trabalho é impreterível mencionar o panorama global que, com infeliz insistência, persiste desde março de 2020, e que invariavelmente afeta a produção e o potencial dessa pesquisa. Isso porque, antes de conseguirmos assumir a posição de pesquisador, tem sido um desafio diário reunir condições que não interfiram na qualidade da nossa subsistência nesse atual contexto pandêmico, que imerge a humanidade em situações de graves dificuldades, ocasionadas por complexos problemas de higiene e de saúde pública.

Desse modo, considerando as discussões anteriores, é importante indicar que a organização dessa pesquisa, dividida em apresentação e sistematização da teoria, seguida de análises do *corpus*, se dará por meio de quatro capítulos. Com isso, a partir deste ponto, descreveremos para o leitor cada disposição dos capítulos e seções do corpo estrutural desse trabalho. Logo, tendo em vista o interesse em expandir o alcance desse estudo, buscamos, por meio do primeiro capítulo, dar ênfase à compreensão do contexto histórico que possibilitou o surgimento, consolidação e institucionalização da teoria da Análise de Discurso.

Para isso, na seção de 1.1, procuramos observar a origem da Linguística Moderna, tendo como base o que propõe Carvalho (2013), passando pelo corte saussuriano, de acordo com Guimarães (2001 e 2005), pelas teorias da enunciação segundo, Guimarães (2001) e Santos e Lima (2013), pelas teorias da Pragmática, a partir do que propõe Orlandi (2013b), para finalmente, chegarmos até o estudo a respeito do modo com que o dispositivo teórico da Análise de Discurso foi elaborado e proposto por seu fundador: Michel Pêcheux.

Na seção de 1.2, visamos compreender a constituição da Análise de Discurso enquanto disciplina institucionalizada tal qual se conhece e se pratica hoje no Brasil, por meio (do funcionamento) da posição de entremeio, tendo por embasamento as contribuições de Orlandi (2002) e Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017). Essa seção da

pesquisa também observa a questão da materialidade discursiva, por meio de Indursky (2015) e Pêcheux (2016), concluindo-se na movimentação dos pressupostos teóricos a respeito de sujeito e ideologia, de acordo com Orlandi (2017b).

A introdução do segundo capítulo se estrutura por meio da inclinação por pesquisar e reunir as noções basilares e estruturantes da Análise de Discurso (materialista), de acordo com Orlandi (2017b e 2020). Já na seção de 2.1, objetivamos trilhar um caminho teórico que nos possibilitasse a observação da condição de produção do discurso religioso, sustentados por Orlandi (2006), bem como exploramos o funcionamento da ideologia religiosa, baseados no que propõe Althusser (1985).

Na seção de introdução do terceiro capítulo, damos início a elaboração de um dispositivo analítico que funcione como um dispositivo da interpretação, questionando como é possível construirmos um dispositivo para análises, a partir do que indica Orlandi (2020). Através da seção de 3.1, percorremos uma breve contextualização histórica a respeito do surgimento e fundação da Igreja Católica, tendo como fundamento teórico o que propõe Guida NT (2011) e Silva (2011). Em seguida, direcionamos a teorização para o Papa Francisco, de acordo com Orlandi (2012 e 2017a), questionando o funcionamento da sua posição sujeito-autor de discursos religiosos. Para a conclusão dessa seção, recorremos a Massmann (2021) e Orlandi (2020) com vistas à elaboração e descrição do nosso método de análises.

No quarto capítulo demos início às análises. Guiados por nossas perguntas orientadoras, buscamos fundamentação em Orlandi (2020) para compreendermos as condições de produção de cada fragmento selecionado; recorremos à Pêcheux (2014b) para analisarmos o jogo de imagens que ocorre nas/pelas respostas de Francisco (nosso *corpus*). Ao final, utilizamos o que propõe Pêcheux (2015b) e Orlandi (1993) para entendermos o funcionamento da noção de acontecimento discursivo, bem como o modo com que houve (ou não) tal acontecimento a partir dos resultados de nossas análises.

Nas considerações finais, nossa última seção de escrita, expomos o levantamento de algumas hipóteses viáveis acerca da problemática que fomentou a elaboração deste estudo. Buscamos, para conclusão, tecer algumas possibilidades de respostas que atendessem os objetivos dessa dissertação, realçando os ganhos oriundos dos procedimentos de escrita de cada capítulo.

1º A ANÁLISE DE DISCURSO: PERCURSOS DE SENTIDO NA SOCIEDADE E NA HISTÓRIA

Do ponto de vista inicial, é importante sinalizarmos que o campo dos estudos da/sobre a ciência da linguagem abriga as teorias a que se filia essa pesquisa. Ao considerar linguagem “como mediação necessária entre o homem e a realidade natural esocial” (ORLANDI, 2020, p. 13) e atribuir ao discurso o local de tal mediação, marca-se, então, o fundamento teórico que é particular e estrutural do estudo aqui proposto: a Análise de Discurso.

Tendo em vista a existência de múltiplas vertentes teóricas intituladas como Análise de Discurso, é possível mencionar, conforme destaca Orlandi (2005, p. 1), a existência de “análise de discurso germânica, americana, inglesa, italiana, brasileira, francesa etc., se pensamos essa disciplina desenvolvida em diferentes regiões do mundo com suas diferentes tradições de estudos e pesquisas sobre o discurso”.

Desse modo, é fundamental apontar que as investigações aqui propostas vinculam-se “à análise de discurso tal qual foi posposta por Pêcheux e seu grupo e tal como tem sido praticada por Eni Orlandi e os pesquisadores por ela formados, e que hoje, já pode ser entendido como o campo brasileiro de análise de discurso” (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 74).

Com isso, após marcar a filiação teórica e o campo disciplinar de estudos dessa pesquisa, “podemos falar de como os estudos e pesquisas da análise de discurso [...] se constituíram com sua especificidade no Brasil, na França, no México etc., tendo no Brasil um lugar forte de representação. A isto podemos chamar Análise de Discurso Brasileira”(ORLANDI, 2005, p. 2 - 3).

Convém salientar aqui a nossa inclinação por privilegiar o uso do “Análise de Discurso” a “Análise do Discurso”. A justificativa de tal escolha fundamenta-se na contribuição de Orlandi (2001, p. 55, grifos da autora), quando propõe que “esta questão se pôs em francês porque a diferença *de/du* (do) era relevante, pois o efeito de sentido com *de* era de “um” discurso, enquanto *du* abria para os discursos em geral”. É por esse motivo que “em nosso caso, Análise de Discurso produz melhor esse efeito de discurso tomado em geral, como objeto e não como um discurso (do discurso político, do discurso jurídico, etc.)” (ORLANDI, 2001, p. 55).

1.1 Contextualização histórica sobre o surgimento da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux

O gesto de recorrer à história dos estudos da Linguagem, proposto nesta seção da pesquisa, encontra justificativa na necessidade de compreender de que maneira ocorreu a constituição da Análise de Discurso enquanto disciplina institucionalizada tal qual se pratica hoje no Brasil. Assim sendo, a tentativa de realizar uma contextualização histórica sobre o surgimento da Análise de Discurso, proposta por Pêcheux e Orlandi, terá como ponto de partida o chamado “corte epistemológico” que foi elaborado por Saussure e que, assim como será observado posteriormente, estabeleceu a inauguração da Linguística Moderna.

Antes de iniciarmos a exploração com maiores detalhes a respeito do trabalho de Saussure, é importante ressaltar, brevemente, o contexto de estudos sobre a linguagem que antecederam o corte saussuriano. Esse retorno na história visa à reflexão sobre o cenário de estudos do/sobre o funcionamento da linguagem e baseia-se nas contribuições de Carvalho (2013). Para o referido autor, em relação aos contextos anteriores à instituição da Linguística Moderna, “o que havia era o estudo assistemático e irregular dos fatos da linguagem, de caráter puramente normativo ou prescritivo” (2013, p. 19). Desse modo, em movimento de retrospectiva na história, Carvalho (2013) menciona ainda que, antes de se delimitar e se definir, a Linguística passou por três fases sucessivas que serão discutidas a seguir.

De acordo com o citado autor, a primeira fase ficou conhecida como “filosófica”. Nela, as primeiras reflexões sobre o termo linguagem são atribuídas aos gregos. Em estudos que intercalavam Filosofia, Etimologia, Retórica, Filologia, dentre outras, atribuíam-se à gramática finalidades práticas, voltadas ao uso, *práxis*. Porém, o comprometimento filosófico em sua elaboração distanciou-se de visões científicas e interessadas por investigar a língua em si mesma. A influência grega marca toda a Idade Média e se mostra também, por volta de 1660, na elaboração da *Grammaire de Port-Royal*², gramática geral que não tinha objetivo de descrever em detalhes os mecanismos

² É essencial destacarmos a importância desta obra para a constituição dos estudos de/sobre a língua. A *Gramática de Port-Royal*, de autoria dos franceses Claude Lancelot (1615 – 1695) e Antoine Arnauld (1612 – 1694), foi tomada como modelo por muitos gramáticos do século XVII. De acordo com Orlandi (2013b, p. 12 – 13), uma importante contribuição “dessas gramáticas gerais para a Linguística foi justamente a de estabelecer princípios que não se prendiam à descrição de uma língua particular, mas de pensar a linguagem em sua generalidade”.

de funcionamento da língua, mas que, em adição aos estudos desenvolvidos naquela época, mostrava que “o mérito dos estudiosos gregos é imenso [...], pelo seu caráter percussor. Na verdade, as raízes do pensamento linguístico ocidental mergulham profundamente na Grécia Antiga” (CARVALHO, 2013, p. 20).

A segunda fase, por sua vez, foi designada como “filológica”. Sobre esta, observa-se que, nos estudos linguísticos desenvolvidos pelos alexandrinos (por volta do século II a. C.), havia interesse em deslocar as investigações do campo filosófico para o campo filológico. Isso porque a filologia busca inserir nos estudos da linguagem uma acentuada preocupação com os textos e com aspectos gramaticais da língua que envolvem morfologia e sintaxe. Anos mais tarde, por volta do século XVIII, a Filologia tem seu campo expandido até questões sobre a história, os costumes e a literatura de um povo. Porém, de acordo com Carvalho, a crítica desenvolvida pela Filologia restringe-se às análises sobre a língua escrita, “deixando de lado a língua falada. Contudo, é forçoso reconhecer que as pesquisas filológicas serviram de base para o surgimento e a consolidação da Linguística histórico-comparatista” (2013, p. 20).

Denominada fase “histórico-comparatista”, a terceira e última etapa, de acordo com Carvalho (2013), inicia-se no que significou a descoberta do sânscrito para os estudos da Linguística. Isso porque, as investigações sobre essa língua sagrada para a Índia, levantaram hipóteses sobre relações de parentesco entre o Latim, Grego, as línguas germânicas e as línguas eslavas. Desse modo, destacam-se nessa época, os trabalhos elaborados e propostos por Franz Bopp (1791 – 1867), considerado o pai da Linguística Comparatista, que inauguraram novas perspectivas linguísticas, introduzindo a reflexão de que “a fonte comum das flexões verbais do latim, do grego, do persa e do germânico era o sânscrito” (CARVALHO, 2013, p. 21). Tal análise encontra fundamento na justificativa de que “o sânscrito era o idioma que mais se aproximava, por sua estrutura morfológica, de uma espécie de protolíngua indo-europeia” (CARVALHO, 2013, p. 21).

Segundo Carvalho (2013, p. 21), “apesar de não ter sido o descobridor do sânscrito, é para Bopp que converge o mérito de haver sido o primeiro a realizar o estudo sistemático de línguas afins como matéria de uma ciência autônoma”. É importante ressaltar que, observando o contexto da segunda metade do século XIX, há demonstrações de que as tendências dessa fase da Linguística Comparatista, vinculam-se à um enfoque naturalista. Carvalho (2013) descreve que esse enfoque primeiro possuía bases biológicas em que as línguas nascem, crescem e morrem tal qual um

organismo biológico; em seguida, o mencionado enfoque naturalista assume base física, em que as leis da Linguística se aproximam de leis físicas.

Esse desenvolvimento da Linguística Histórica, a partir de bases naturalistas, encontra conflito na fase culturalista. Sobre essa divergência, Carvalho (2013, p. 22) afirma que para o “culturalismo linguístico não existem leis fonéticas no sentido fisicalista. Há, isto sim, tendências histórico-culturais que condicionam as alterações fonéticas”. Ou seja, com base no citado autor, as observações sobre o funcionamento das línguas, de acordo com o pensamento culturalista, não encontram conclusões em si mesmas, visto que as línguas são “instrumentos culturais condicionados por fatores sociais, históricos, geográficos, psicológicos” (CARVALHO, 2013, p. 22).

Para finalizar a contextualização dos estudos da/sobre a linguagem que antecederam o trabalho de Saussure, com base no que propõe Carvalho (2013), é possível percebermos que a Linguística, observando contextos do século XIX e partes do século XX, desenvolveu-se primeiro em fase naturalista, com preocupações com a história interna da língua, para em seguida ser trabalhada em fase culturalista, período em que as preocupações dos estudiosos voltavam-se para os fatores externos (histórico-culturais) da língua.

Tendo já posto em discussão alguns aspectos de contextos dos estudos linguísticos anteriores ao século XX e seguindo o movimento do avançar da história, é imprescindível referenciar o trabalho desenvolvido por Ferdinand de Saussure. Em vista disso, é fundamental perceber que Saussure, genebrino nascido em 26 de novembro de 1857, inaugurou uma significativa autonomia dentro da Linguística, uma vez que propôs a este ramo das Ciências da Linguagem, teoria, objeto próprio (a língua) e método (sincrônico) específico de abordagem.

Assim, é importante percebermos que há uma inclinação de Saussure por privilegiar nos estudos da linguagem o método sincrônico de abordagem e tal propósito encontra justificativa “na conceituação fundamental da língua como sistema de valores [...] o linguista só pode realizar a abordagem desse sistema, estudando, analisando e avaliando suas relações internas [...] isto é, sua estrutura, sincronicamente” (CARVALHO, 2013, p. 83). Ou seja, o conceito de língua proposto por Saussure (2012, p. 45) estabelece que “a língua constitui um sistema de valores puros e que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos”.

De acordo com Guimarães (2001), “os estudos sobre a linguagem tomaram a forma que têm hoje a partir de mudanças no domínio da linguística, constituídas no

início do século XX, pelo abandono do naturalismo dominante no comparatismo do século XIX”. O citado autor indica que nesse momento há um marco fundador nos estudos linguísticos: o curso de Linguística Geral de Ferdinand Saussure, na universidade de Genebra, nos anos de 1906-1907, 1908-1909, 1910-1911. De acordo com o Curso de Linguística Geral (CLG), admite-se que “a matéria da Linguística é constituída por todas manifestações da linguagem humana [...], não só a linguagem correta e a ‘bela linguagem’, mas todas as formas de expressão” (SAUSSURE, 2012, p. 37).

De início, Saussure expõe que no estudo da linguagem existem dois lados: o individual e o social. E é desse modo que quando propõe a língua³ enquanto objeto de estudo da Linguística, Saussure marca a dicotomia *langue* e *parole*. Tal corte atribui aos estudos sobre a *langue* (língua) dimensões sociais onde o sujeito está inserido, língua é então entendida como “fato social”, perspectiva essa que Saussure privilegiou em seus estudos. Por outro lado, em relação à *parole* (fala), o autor dispôs que o estudo desta compreende aspectos individuais e intrínsecos dos sujeitos. Sendo assim, para ele essa dimensão não caberia nos estudos da Linguística.

Através da observação da dicotomia *langue/parole* é possível perceber que:

Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º - o que é social do que é individual; 2º - o que é essencial do que é acessório [...] A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente [...]. A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e de inteligência (SAUSSURE, 2012, p. 45).

Com base no que propõe o autor, é possível estudar língua e fala separadamente. Assim sendo, de acordo com a citação anterior, somos levados a compreender que tendo fixado que a língua deve ser a dimensão a que a Linguística se interessa, Saussure (2012, p. 46) a conceitua como um “sistema de signos⁴ em que, de essencial, só existe a união de sentido e da imagem acústica, e em que as duas partes do signo são igualmente psíquicas”. Desse modo, é possível observar que nas relações que ocorrem no interior da língua, estão as suas próprias definições. Isso porque “a língua é constituída por

3 É importante mencionar que com base no CLG, língua e linguagem não são sinônimos. Na relação com a linguagem, língua “é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto complexo de convenções necessárias adotadas pelo corpo social” (SAUSSURE, 2012, p. 41).

4 O termo signo se refere às “associações ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro. Além disso, os signos da língua são, por assim dizer, tangíveis” (SAUSSURE, 2012, p. 46).

signos e estes se definem pelas relações que têm entre si, sem recurso a nada que seja exterior” (GUIMARÃES, 2005, p. 19).

Finalmente, é importante ressaltarmos que, durante seus estudos, Saussure não utilizou o termo “estrutura” para conceituar a língua. Pouco a pouco, com o passar dos anos, os propostos de Saussure receberam maiores e mais profundas análises, bem como tiveram suas dicotomias difundidas até outros campos do saber. De modo que, por exemplo, Carvalho (2013) menciona que Louis Hjelmslev (1899 – 1965), a partir de enfoques na oposição fundamental *sistema / não-sistema*, foi quem começou a generalizar o termo Estruturalismo.

Então, em síntese, o trabalho elaborado e proposto por Saussure delimita o campo da Linguística, bem como o trabalho do linguista, descartando noções sobre o sujeito, história e sentido, e colocando em relevo um conceito de língua que a reconhece como um sistema homogêneo, hermético e formado por signos; um produto que é registrado passivamente pelo sujeito. E nesse caso, a função primeira da linguagem consiste na relação existente entre língua, signo linguístico e pensamento. Ou seja, tal função acontece quando o pensamento se materializa através dos signos linguísticos.

Com isso, tendo observado a linguagem enquanto expressão do pensamento, Saussure, como já mencionado anteriormente, exclui dos estudos da língua “qualquer relação da língua com algo que lhe seja exterior [...] o mundo, o sujeito, as relações entre sujeitos” (GUIMARÃES, 2005, p. 20). Em suma, “o corte saussuriano é a ‘culminância’ bem sucedida teoricamente de uma história de exclusão do mundo, do sujeito, por tratar a linguagem como um percurso só interno: a linguagem expressa o pensamento” (GUIMARÃES, 2005, p. 20, grifo do autor).

No final dos anos 60 do século XX, a partir dos estudos desenvolvidos por Benveniste, surge uma corrente de estudos do/sobre o funcionamento da linguagem em que se concorda que “a linguagem não é só instrumento de pensamento ou instrumento de comunicação. Ela tem função decisiva na constituição da identidade” (ORLANDI, 2013b, p. 57). Tal identidade, nesse caso, refere-se a um aspecto constitutivo do sujeito locutor, ou seja, da “pessoa” que produz os enunciados, tal como proposto pela teoria da enunciação.

De acordo com Guimarães (2005, p. 45), “Benveniste é, de um lado, um estrito saussuriano e de outro busca romper a barreira do fechamento do sistema pelo estudo da significação [...] e pelo estudo da subjetividade na língua”. Desse modo, inicialmente, é importante salientarmos que foi Benveniste que reintroduziu o sujeito e a história nos

debates sobre a linguagem. Com isso, observar suas contribuições para a Linguística Histórica possibilita compreender que “ele nos dá, num certo sentido, entre outros estudos, uma semântica histórica de carácter estruturalista saussuriana, e feita sobre o conceito de signo” (GUIMARÃES, 2005, p. 45).

Com isso, é possível percebermos que inserir nos estudos da/sobre a linguagem a necessidade de se considerar a ação de produzir enunciados realça, segundo Orlandi, o interesse de colocar no centro das reflexões o sujeito da linguagem e “o processo de enunciação: a forma pela qual o sujeito se marca naquilo que diz” (2013b, p. 56). Caracteriza-se, assim, a corrente de estudos sobre as teorias da enunciação.

Nos eixos de investigação das teorias da enunciação, podemos encontrar a noção de que no funcionamento da produção de discursos, existe uma propriedade fundamental: a que se refere à constituição do sujeito. Ou seja, de acordo com Orlandi (2013b), integra os objetivos dessa corrente teórica de estudos analisar de que forma o sujeito:

No exercício da fala, se apropria das formas de que a linguagem dispõe e às quais ele refere a sua pessoa, definindo-se a si mesmo (como eu) e a seu interlocutor (como tu). É nessa relação de interlocução que está o fundamento linguístico da subjetividade (ORLANDI, 2013b, p. 57).

Desse modo, indicar o aparecimento e consolidação de um novo domínio específico nas teorias da enunciação implica em esboçar o trabalho proposto por Émile Benveniste (1902 – 1976). A partir de Guimarães (2001), somos levados a compreender que esse linguista francês propõe em seus estudos “considerar o funcionamento da língua marcada pela relação que aquele que fala (o locutor) tem com a língua e que se marca na estrutura da língua”. As mencionadas marcas, nas palavras de Orlandi (2013, p. 56), referem-se à termos como “eu, ‘aqui’, ‘talvez’, ‘juro’, ‘devo” que mostram os modos com que o sujeito se marca naquilo que diz.

Dentro da reflexão sobre o legado de Saussure, “[...] Benveniste afirma que Saussure foi o precursor da Linguística moderna, de modo que todos os linguistas que o sucedem devam-lhe algo (PIOVEZANI, 2008, p. 8). Ou seja, os fundamentos para uma Linguística com método, autonomia e de carácter científico, bem como o corte epistemológico, propostos por Saussure, recebem mérito e relevância. Entretanto, ao mesmo tempo, surge a necessidade de transpor tais conceituações, para observar, como indica Piovezani (2008), a subjetividade na linguagem.

Observando, então, o não interesse de Benveniste em desvencilhar dos estudos da linguagem a noção de estrutura ou as nomenclaturas gramaticais já postas em uso, é importante percebermos que o estudo da “enunciação brota a partir da correlação existente entre emprego das formas e emprego da língua” (SANTOS e LIMA, 2013, p. 101). Ou seja, conforme os autores, o esforço de Benveniste estava em inserir na teoria linguística de estrutura, a noção de língua como ato individual de utilização, o sujeito em sua subjetividade e reconhecendo as significações de seus atos.

Desse modo, é possível percebermos que, assim como propõe Orlandi (2013b), a disposição por investigar, por exemplo, as relações entre linguagem e sociedade não cabiam mais nos moldes dos estudos que privilegiavam somente os aspectos fonológicos ou morfológicos da língua. Começa a aparecer assim, nas pesquisas sobre a linguagem, um espaço maior e mais importante para as teorias que tratam da significação. A Pragmática, por exemplo, é um dos campos linguísticos que desenvolverá com ênfase seus estudos nessas perspectivas.

O surgimento do interesse por romper as concepções estritamente formais e de mover os estudos da linguagem em direção às ocorrências reais da língua em uso, possibilitou o aparecimento, como já dito, da Pragmática. Segundo Orlandi (2013b, p. 53, grifo da autora) “por meio da pragmática é que se inclui, ao lado do estudo da relação entre os signos (sintaxe) e do estudo das relações entre os signos e o mundo (semântica), o estudo das relações entre os signos e seus *usuários*”.

A fim de que seja possível esboçar de maneira breve as designações e vertentes da corrente teórica intitulada Pragmática, esse trecho da pesquisa recorre ao trabalho elaborado por Orlandi (2013b). De início, com base na referida autora, entendemos que não é suficiente limitar os conceitos da Pragmática apenas na consideração dos usuários da língua, visto que há diferentes maneiras de se considerar esse usuário. Desse modo, a citada autora sugere a observação de diferentes vertentes que serão discutidas a seguir.

No caso da vertente lógica, Orlandi (2013b, p. 53) indica que “a relação usuário/linguagem só aparece na medida em que ela é necessária para se determinar a verdade ou falsidade do que é dito. Daí se dizer que esta é uma pragmática de valor referencial”. Isso demonstra que o valor de verdade contido (ou inexistente) em um enunciado, é obtido através de questionamentos como: quem o disse, quando o disse, onde o disse, para quem o disse.

Então, com o intuito de ilustrar essa relação usuário/linguagem dentro das determinações de verdadeiro ou falso, podemos observar que, por exemplo, se a

seguinte declaração que foi dirigida aos brasileiros: “Vocês⁵ não têm salvação. É muita cachaça e pouca oração”, tiver a autoria atribuída ao Papa Francisco, a teoria da Pragmática que reflete sobre o valor referencial lançará questões sobre tal enunciado para que seja analisado, assim como já mencionado anteriormente, além de outros pontos, sua autenticidade (ou não), local e momento.

Orlandi (2013b) aponta também uma outra vertente que consiste na observação, em uma situação de comunicação, da linguagem/usuário em sua relação de interlocução com outro usuário. Sobre esta, Orlandi (2013b, p. 54) afirma que “se desenvolvem estudos pragmáticos em três direções: a da análise conversacional, a dos atos de linguagem e a da teoria da enunciação”. Em breve consideração, a primeira (conversacional), “considera que o significado existe em função da intenção do locutor e do reconhecimento dessa intenção pelo ouvinte” (ORLANDI, 2013b, p. 54). Ou seja, constituição da noção de sujeito intencional. Em relação aos atos da linguagem, Orlandi reflete que “a linguagem não é usada para informar, mas para realizar vários tipos de ação” (2013b, p. 55). Isto é, ao analisar a situação de fala, quem diz realiza um ato, não apenas informa, mas age.

Finalmente, Orlandi demonstra que a definição da relação da Pragmática com a teoria da enunciação está desenvolvida no que constitui a semântica argumentativa. Nesse caso, de acordo com Orlandi (2013b, p. 56), existe a junção da “concepção de linguagem como ação, ao mesmo tempo em que se coloca a noção de diálogo e de argumentação”. Em um primeiro gesto de conceituação, é necessário indicar que “a semântica tem procurado sempre lidar com três exclusões saussurianas: a do sujeito, a do objeto e a da história” (GUIMARÃES, 2005, p. 11). Isso porque, de acordo com o citado autor, compreender a semântica linguística dentro do estudo sobre sentido ou significação, implica necessariamente em incluir nas discussões questões que envolvem essa tripla exclusão feita por Saussure.

Antes de iniciarmos as explorações sobre alguns dos propostos da semântica argumentativa, é importante retomarmos o trabalho proposto por Benveniste, de modo que, de acordo com Guimarães (2005), trata-se de um estudo da/sobre enunciação. Tal retomada encontra justificativa na observação de Guimarães (2005, p. 49) quando ressalta que “na linha dos trabalhos de uma semântica da enunciação, encontramos o

5 Fragmento retirado de: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/26/papa-francisco-faz-piada-sobre-brasileiros-nao-tem-salvacao-e-muita-cachaca-e-pouca-oracao.ghtml>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

que no Brasil temos chamado de semântica argumentativa. Esta semântica tem uma filiação direta com o trabalho de Benveniste [...]”.

Nessas circunstâncias, é possível percebermos a continuidade dos esforços para incluir na teoria linguística aquilo que foi, como já dito, excluído por Saussure. Entretanto, “a questão é saber até que ponto esta inclusão não acabara criando as mesmas dificuldades que a exclusão saussuriana já criara” (GUIMARÃES, 2005, p. 49). Assim sendo, através da chamada semântica da enunciação, interessa-nos observar o modo com que o estudo das questões argumentativas pode contribuir para a compreensão, nas palavras de Guimarães (2005), da relação interdiscurso/língua/enunciação.

Como já mencionado anteriormente, o campo teórico da semântica constituiu-se a partir do trabalho de reincluir nos estudos linguísticos aquilo que, depois de Saussure, foi pensado como exterioridade. Dessa forma, as noções referentes à enunciação foram elaboradas “considerando o sentido [...] como intenção do sujeito, ou, ainda, como ação entre sujeitos, ou, numa formulação mais linguística, como uma relação do sujeito com a língua” (GUIMARÃES, 2005, p. 65).

É possível percebermos que realizar os estudos sobre a língua, considerando as ocorrências reais de uso, bem como a relação entre a língua e seus usuários, abre margem para análises a respeito dos aspectos constitutivos dos sujeitos envolvidos nos processos de enunciação. E tal investigação, como já visto, fora desenvolvida pela Pragmática. Então, com base nos pressupostos teóricos movimentados anteriormente, é importante compreendermos aqui a noção de contexto, uma vez que esta noção teórica explora o local onde existem relações de comunicação entre os usuários da língua. Dentro de tais relações, ao direcionar as análises para o que é dito, é possível observar manifestações das intenções dos sujeitos.

Em relação ao contexto, a investigação dos cenários onde ocorrem a interatividade entre sujeitos, ainda de acordo com as ideias da Pragmática, implica em examinar o modo com que fatores históricos, sociais e psíquicos influenciam as intenções dos usuários da língua, assim como também criam as condições apropriadas para a produção dos enunciados. Nesse caso, através da observação dessa produção de enunciados, tem-se “o funcionamento da língua marcada pela relação que aquele que fala (o locutor) tem com a língua e que se marca na estrutura da língua” (GUIMARÃES, 2001). Isso posto, é fundamental retomarmos dois importantes pontos teóricos mobilizados até aqui: a noção de sujeito intencional e a noção de linguagem como ação.

Isso porque, ainda com base nas teorias da Pragmática, a intencionalidade designada ao sujeito-locutor, além de reconhecer sua absoluta consciência e individualidade, o colocavam na posição de dono de si e do seu dizer. Esse sujeito, então, uno e consciente, na posição de origem do dizer, seria capaz de controlar os sentidos⁶ a respeito do que é dito dentro da relação de comunicação com outros sujeitos, os receptores dos enunciados. Porém, críticas em relação à noção de sujeito intencional, associadas ao interesse em trazer para os estudos da linguagem os processos de constituição dos sujeitos, bem como das condições sociais e históricas de produção dos sentidos, contribuíram para a elaboração e o desenvolvimento da vertente teórica Análise de Discurso.

E como dito no início deste capítulo, a Análise de Discurso a que se refere e se filia este trabalho corresponde àquela que foi pensada e fundada por Michel Pêcheux, na França, por volta dos anos de 1960. Logo, a partir da seção seguinte, buscaremos compreender quem foi Pêcheux, qual o seu propósito e legado nos estudos do/sobre o discurso em território francês; para em seguida direcionarmos a investigação, mais pontualmente, para a observação dos fundamentos da Análise de Discurso que é (está sendo) praticada no Brasil por Eni P. Orlandi e os demais pesquisadores por ela formados.

1.2 Novo campo de estudos da Linguagem: Análise de Discurso como disciplina de entremeio

Antes de iniciarmos a compreensão a respeito da constituição da Análise de Discurso enquanto disciplina institucionalizada tal qual se conhece e se pratica hoje no Brasil, é imprescindível observarmos o modo com que Pêcheux fez emergir na França um movimento de articulação e ruptura gerado entre três áreas teóricas: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Isso porque, foi “no campo dessas regiões teóricas e suas contribuições que Michel Pêcheux pressentia a importância da instalação [do] seu ‘objeto’, o discurso” (MALDIDIER, 2017, p. 11, grifo da autora).

Michel Pêcheux, um inquieto filósofo, nascido em Tours em 1938, se esforçou para construir um novo objeto de linguagem que fosse compreendido por meio de relações indissociáveis entre a história, a linguística e a psicanálise. Pêcheux inicia a

6 Segundo Guimarães (2001), para a Pragmática o sentido é pensado como intenção do falante, que ele comunica ao ouvir, na medida do reconhecimento da intenção que teve.

elaboração do seu projeto pensando tais regiões do conhecimento e “colocando questões delas para elas mesmas, que ele ia estabelecendo um novo território de conhecimento da linguagem, da história (e do sentido), do sujeito” (MALDIDIER, 2017, p. 12).

Desse modo, ao observar o mencionado movimento de articulação entre essas diferentes áreas do saber, somos levados a compreender que o legado de Pêcheux tem importância na construção teórica “não só da análise de discurso, mas [...] para a pesquisa em linguagem mais geral. A filosofia, as ciências da linguagem e as ciências humanas e sociais em geral estavam em questão na construção desse novo objeto [o discurso]” (MALDIDIER, 2017, p. 11). Essa mudança de terreno, então, pensada e proposta por Pêcheux por volta dos anos de 1960, cria as condições teóricas para que a Análise de Discurso seja trabalhada como um método “para pensar a língua, as línguas, as linguagens, os sentidos, os sujeitos, o mundo” (ORLANDI, 2015, p. 12).

Uma possibilidade de resposta a respeito do que fez Pêcheux encontra-se na compreensão de que seu projeto desenvolvido na França “mudou o pensamento sobre a linguagem. Fez deslocar-se o quadro das ciências humanas e sociais em sua relação com a linguagem, com o sujeito, com os sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 12). Logo, a ruptura (nesse caso, as novas perspectivas teórico-analíticas) inaugurada por Pêcheux nos estudos da/sobre a linguagem constitui-se pela “emergência de um domínio teórico em que a língua, o sujeito a história e o sentido são concebidos no interior de relações sociais em que saberes e poderes não se dissociam no processo discursivo” (PIOVEZANI e SARGENTINI, 2021, p. 16).

A respeito do outro lado do Atlântico, é necessário compreendermos que “no campo brasileiro, de modo análogo, ao que ocorrera na França, a implementação e a consolidação da AD deram-se por meio da especificidade do discurso como objeto teórico ante noções como as de fala, comunicação, texto e interação [...] (PIOVENZANI e SARGENTINI, 2021, p. 15). Inicialmente, de acordo com os referidos autores, é fundamental observar que “a Análise do discurso busca descrever e interpretar a constituição, a formulação e a circulação dos sentidos na sociedade, mediante a articulação necessária e indissociável da língua com a história” (PIOVENZANI e SARGENTINI, 2021, p. 15).

É significativo perceber que nessa vertente teórica há interesse em considerar que “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (ORLANDI, 2020, p. 46). É indispensável compreendermos

um fundamento importante na constituição do dispositivo teórico que aqui nos referimos: o fato de que a Análise de Discurso “levou a sério a afirmação de Saussure de que língua é fato social” (ORLANDI, 2002, p. 22). De acordo com a citação anterior, tal compreensão implica na necessidade de significar a língua enquanto um fato, bem como definir o que é social. Por isso, dentro da observação sobre os processos de constituição da teoria da Análise de Discurso, é essencial percebermos, segundo Orlandi (2002, p. 22), “a singularidade da análise de discurso: ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente”.

Entretanto, antes de adentrarmos na exploração de algumas teorias que compõe a Análise de Discurso, convém salientar neste ponto, em articulação com os pressupostos de Saussure estudados no capítulo anterior, o movimento proposto pela Análise de Discurso que rompe com a dicotomia entre língua e discurso. Isso porque, com base em Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017, p. 16) “a análise de discurso desloca a dicotomia entre língua e fala e propõe uma relação não dicotômica entre língua e discurso”. Por meio dessa dicotomia, o modo trabalhado por Saussure, “tornava impossível a análise da fala, que se apresentava assim como a-sistemática e desorganizada” (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 16). E é aí que se instala o rompimento produzido pela Análise de Discurso, uma vez que “ao deslocar, não dicotomizando, para a relação língua e discurso, o discurso desta vez é sujeito à análise de seu funcionamento, contanto que atentemos para a relação do que é linguístico com a exterioridade que o determina” (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 16).

A investigação planejada para esta seção da pesquisa intenta compreender, como já dito, a institucionalização da Análise de Discurso como disciplina. O percurso proposto para tal finalidade se baseia na observação do processo de fundação e consolidação da Análise de Discurso por meio (do funcionamento) da posição de entremeio, retomando noções das áreas teóricas que foram basilares para a constituição dessa teoria materialista de estudos da linguagem. Assim sendo, a reflexão teórica partirá da exploração do modo com que a Linguística tem as suas noções compreendidas e utilizadas dentro do dispositivo teórico da Análise de Discurso, bem como o modo com que o materialismo (histórico/dialético) está presente na instituição da Análise de Discurso e, finalmente, esta seção da pesquisa investiga a quais teorias psicanalíticas a AD recorre para constituir-se disciplina.

É fundamental, dentro do estudo sobre as relações entre os três campos de saber: Linguística, Marxismo e Psicanálise, salientar a necessidade de um cuidado para não

reduzirmos o dispositivo teórico da Análise de Discurso a um produto da soma dessas três áreas. Com isso, não há intenção de, ao observar o modo com que as influências dessas áreas teóricas constituem a Análise de Discurso, chegarmos até a determinação de uma infalível teoria do/sobre o discurso. Sobre isso, concorda-se com Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017, p. 15) quando as autoras ressaltam que “a análise de discurso tem seu método e seu objeto próprios que tocam os bordos da linguística, da psicanálise, do marxismo, mas que não se confundem entre eles”. Desse modo, com base nas citadas autoras, sobre os processos que levaram à institucionalização da AD como uma disciplina que inaugura, nos estudos sobre o funcionamento da linguagem, um novo objeto científico e dá início a novos gestos de leitura, considera-se que:

Podemos, isso sim, dizer que a análise de discurso pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo. E os pressupõe na medida em que se constitui da relação entre três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação, e a teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação. Tudo isso atravessado por uma teoria psicanalítica do sujeito. É este o contexto teórico da análise de discurso. São essas as condições históricas do aparecimento da análise de discurso (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 15).

Com base na citação anterior, através da pesquisa sobre as teorias que possibilitaram a surgimento da Análise de Discurso, é possível considerarmos a existência de uma confluência das três áreas do saber já mencionadas, ao mesmo tempo em que há também um movimento que rompe e extrapola os limites dos métodos desses campos de conhecimento. Com isso, a fim de que seja possível levantarmos algumas hipóteses sobre como se dá essa relação de entremeio da Análise de Discurso com outros domínios disciplinares, utilizamos para início das reflexões a pergunta elaborada por Orlandi (2002, p. 21): “Por que a análise de discurso se situa nesse lugar em que não há a afirmação categórica de um lugar só e é pensada a partir de espaços relacionais entre disciplinas?”.

Orlandi (2002, p. 22) responde à própria pergunta explicando que a Análise de Discurso “se pratica pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência [...]. Põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz”. Desse modo, é importante indicar que, nesse caso, a noção de sujeito se refere ao “sujeito discursivo pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz” (ORLANDI, 2020, p. 47, grifos da

autora).

É fundamental indicarmos aqui que a teoria constituinte da Análise de Discurso é de base materialista. E para que seja possível compreender tal base materialista, é necessário observar que a Análise de Discurso, em seus gestos analíticos que despertaram movimentos de ruptura, possibilita que as noções teóricas sobre o sujeito e a situação sejam:

re-definidos, re-significados. O sujeito não é origem de si e a situação não é a situação empírica, mas linguístico-histórica que, em conjunto, nesse modo de considera-los, permitem trazer para a análise não apenas a forma abstrata ou a forma empírica, mas o que tenho desenvolvido como forma material⁷ (ORLANDI, 2002, p. 22).

De acordo com a citação anterior, ainda com foco particular na observação da relação de entremeio da Análise de Discurso com os três domínios disciplinares mencionados anteriormente, somos levados a compreender que as análises desenvolvidas com base na forma material, como propõe Orlandi (2002), necessariamente, envolvem a noção de sujeito como uma forma histórica, com a noção teórica em relação a materialidade discursiva, dentro de aspectos que são linguístico-históricos.

Em vista disso, sob o gesto de explorarmos os processos de constituição da Análise de Discurso, enquanto disciplina praticada atualmente no Brasil e observando, assim como já dito, o modo com que se dá a relação de entremeio, é possível perceber que nessa relação existe “contribuições do Materialismo Histórico (e a teoria da Ideologia), da Psicanálise (e a noção de Inconsciente [...] o de-centramento do sujeito) e da Linguística (deslocando a noção de fala para discurso [...])” (ORLANDI, 2002, p. 22).

A princípio, é importante indicar que a Linguística, dentre outras noções, fornece à Análise de Discurso bases para compreensão da existência da materialidade da língua e a noção de língua não transparente. Visto que, segundo Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017, p. 15), “com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem sua ordem marcada por uma sua materialidade que lhe é própria”. As noções sobre língua que interessam a AD serão discutidas com mais detalhes posteriormente. Por hora, é relevante concentrarmos as explorações sobre as

⁷ Orlandi (2002, p. 22) cita que desenvolve análises a respeito dessa forma material, a partir do que propôs L. Hjelmslev em 1968.

contribuições da Linguística, considerando a noção de que na língua há uma “materialidade que lhe é própria”, para que em seguida seja possível observarmos o deslocamento da noção de fala para a noção de discurso.

Assim sendo, como é possível compreender a existência de uma materialidade na língua? Essa pergunta coloca em movimento o estudo aqui proposto no momento em que, no início da tentativa de respondê-la, é necessário observarmos a qual tipo de materialidade se refere o trabalho de Pêcheux sobre o discurso. Então, introduzindo a discussão sobre a questão da materialidade discursiva, Orlandi faz referência a Pêcheux quando diz que “a questão teórica das materialidades discursivas surge precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 9).

Com base no que propõe a citação anterior, a questão da materialidade, no modo com que é trabalhada pela Análise de Discurso, resulta da posição de entremeio. Isso quer dizer que, “nem linguística, nem psicanálise, nem história, tampouco a soma delas. A análise de discurso coloca-se assim questões que se fazem na relação de entremeio entre elas, questões que elas não se colocam e não buscam responder” (PÊCHEUX, 2016, p. 10). Porém, é necessário ressaltar que dentro de tal posição de entremeio não há intenção de se obter conceitos teóricos suficientes para todas as questões, mas “saber dimensionar o interesse, o lugar e a forma que o materialismo tem na reflexão sobre o discurso da filiação a Pêcheux” (PÊCHEUX, 2016, p. 11).

Nessas circunstâncias, de acordo com Orlandi (2002, p. 23), é essencial observarmos que “a noção de forma material [...], distinguindo-a da forma abstrata e da forma empírica, elabora a importância, estabelecida na análise de discurso, da relação entre língua e história”. Está aí aventada a possibilidade de compreendermos a existência de uma materialidade na língua: a observação de que é através do estudo que considera a forma material, que é possível “trabalhar a inscrição do histórico na língua, investimento do sentido na sintaxe, de modo a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2002, p. 23).

Desse modo, tendo estabelecido, segundo Orlandi (2002, p. 23), “a relação entre a forma-sujeito e a forma do sentido pela noção de materialidade discursiva, linguístico-histórica”, é possível compreendermos que trabalhar com os estudos da linguagem, a partir de uma Análise de Discurso materialista, implica em perceber (por meio dos gestos de análise) que o “discurso pode ser apreendido em sua relação com a língua.

Esta relação entre a língua [...] e a discursividade - como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história - é objeto do trabalho do analista” (ORLANDI, 2002, p. 24).

Tendo já mobilizado os pressupostos teóricos a respeito das contribuições da Linguística para a constituição da Análise de Discurso como disciplina, é possível, com base no percurso trilhado até este ponto, trazer para a investigação as contribuições do Marxismo, considerando-o em seu Materialismo Histórico e a teoria da Ideologia. Com isso, é fundamental admitirmos a necessidade de um aprofundamento teórico para que seja viável, nos gestos de conceituação a respeito do materialismo no campo dos estudos discursivos, a compreensão a respeito das diferenças entre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético.

Dessa maneira, a fim de viabilizar a observação a respeito das contribuições do Marxismo para a constituição da Análise de Discurso, esta pesquisa recorre ao que apresenta Indursky (2015), com intuito de fundamentar e contextualizar a investigação sobre a leitura que Althusser fez da “revolução teórica” de Karl Marx (1818 – 1883). A justificativa de trazer para a discussão esse gesto empreendido por Althusser, encontra-se na observação de que “o materialismo histórico chegou à Análise de Discurso, na qual nos inscrevemos, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e colaboradores, inspirados em uma leitura althusseriana de Marx” (INDURSKY, 2015, p. 42).

Desse modo, dentro do procedimento de explorar, assim como já dito, as contribuições do Marxismo para a teoria da Análise de Discurso, inicialmente, a respeito dos pressupostos teóricos que foram propostos a partir da leitura de Marx empreendida por Althusser, observa-se que “Althusser apresenta como uma particularidade dessa teoria ser constituída por duas ‘disciplinas’: o materialismo histórico ou ciência da história e o materialismo dialético ou filosofia marxista” (INDURSKY, 2015, p. 46).

Na perspectiva da citação anterior, Indursky (2015, p. 46) indica a existência de uma “crítica ao pensamento althusseriano em relação a teoria marxiana: ter separado ciência e filosofia”. Embora, com base na citada autora, Althusser considere que essas disciplinas são indissociáveis, porque estariam ligadas “por razões históricas e teóricas” (INDURSKY, 2015, p. 46), a diferenciação desses domínios disciplinares é “um privilégio marxiano ‘na história do saber humano’, pois ‘ao fundar uma nova ciência (a ciência da história), [Marx] criou, ao mesmo tempo outra disciplina teórica: o materialismo dialético ou filosofia marxista” (INDURSKY, 2015, p. 46).

É importante justificar que o movimento, em perspectiva histórica, de recorrer à exploração a respeito da diferenciação entre o Materialismo Histórico e Materialismo Dialético, objetiva compreender o modo com que Pêcheux traz o pensamento de Marx para a teoria do/sobre o discurso. Isso porque, através da leitura de Marx feita por Althusser, de acordo com Indursky (2015, p. 46, grifo da autora), é possível observar que Althusser delimita “o objeto do materialismo dialético, definindo-o como ‘a história da produção de conhecimento enquanto conhecimentos’”. E nessas circunstâncias, investigando a teoria do/sobre o discurso que foi elaborada por Pêcheux, considera-se que a partir do método “do materialismo histórico e dialético, se chega ao real da história e ao real objeto que estamos debruçados: o objeto da AD, que é o discurso” (MAGALHÃES, 2020).

Assim sendo, uma vez definido o objeto do Materialismo Dialético, Althusser explicita que “a filosofia marxista [...] tem uma teoria e um método profundamente unidos constituindo aspectos da mesma realidade” (INDURSKY, 2015, p. 46). Desse modo, somos levados a compreender que “não se separa teoria (corpo conceitual de uma disciplina) e método (a forma de aplicação da teoria no estudo do seu objeto)” (ALTHUSSER e BADIOU, 1979, p. 7). Em vista disso, conclui-se a exploração sobre o Materialismo Dialético, considerando que “a dialética (método) marxista é necessariamente materialista e (teoria): ‘ao fundar o materialismo dialético, Marx produziu em filosofia uma obra tão revolucionária como a que produziu no campo da história ao fundar o materialismo histórico’” (ALTHUSSER e BADIOU, 1979, p. 48).

Dando continuidade à investigação que aqui propomos, direcionaremos agora a teorização para as concepções a respeito do Materialismo Histórico. Logo, é importante indicar que, de acordo com Indursky (2015, p. 42, grifo da autora) “Pêcheux entende o materialismo histórico ‘como uma teoria das formações sociais e das suas transformações, compreendida aí a teoria da ideologia⁸’”. Ou seja, de acordo com a citada autora, somos levados a perceber o aparecimento de uma teoria do discurso onde se concebe e se trabalha o discursivo enquanto materialidade ideológica.

Nessas circunstâncias, tal teoria do discurso proposta por Pêcheux, que considera a materialidade ideológica, aponta “para mudanças de terreno – da língua ao discurso, ou da teoria da língua à teoria do discurso – produzidas pela Análise de

8 Indursky (2015, p. 42) indica que tal pensamento de Pêcheux decorre de seu trabalho de 1975, elaborado e publicado juntamente com Catherine Fuchs: ‘A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas’.

Discurso como efeito de sua inscrição no materialismo histórico⁹” (INDURSKY, 2015, p. 42). Desse modo, compreender a proposta de Pêcheux de uma teoria do/sobre os processos discursivos que seja materialista, implica em trazer “para o campo dos estudos da linguagem a concepção althusseriana de Ideologia” (INDURSKY, 2015, p. 43).

Desse modo, umas das principais teses elaboradas por Althusser (1985, p. 93), que afirma que “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” é empregada por Pêcheux dentro dos estudos da linguagem, considerada como “uma estrutura-funcionamento [...] que dissimula sua existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências subjetivas*, [...] ‘nas quais se constitui o sujeito’” (PÊCHEUX, 2014b, p. 139, grifos do autor). Desse modo, por explorar o funcionamento do conceito de Ideologia tal qual proposto por Pêcheux, é importante compreendermos que “o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’” (PÊCHEUX, 2014b, p. 146, grifo do autor).

Tendo já mobilizado os pressupostos teóricos fornecidos por Indursky (2015) a respeito das concepções sobre o eixo da questão materialista, é possível percebermos uma mudança da maneira como que o conceito de história é trabalhado nos estudos sobre a linguagem. Isso porque, dentro das circunstâncias observadas, as noções teóricas sobre o materialismo histórico podem ser compreendidas como:

O materialismo histórico afirma que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto de *processos da vida social, política* etc. Nessa perspectiva teórica, a *matéria* é a substância suscetível de receber uma *forma*. O que interessa, assim, é a materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem e a forma de organização dos homens em sociedade ao longo da história (PÊCHEUX, 2016, p. 12, grifos do autor).

Com base na citação anterior, a fim de que seja possível compreendermos o modo com que o Materialismo Histórico intervém na elaboração do dispositivo teórico da Análise de Discurso, é essencial observarmos que “Pêcheux inscreve sua reflexão nos princípios fundamentais da concepção materialista de história e, assim, instaura o campo de conhecimento da Análise de Discurso sob a regência de uma ‘teoria do

9 Indursky (2015, p. 42) salienta que este pensamento de Pêcheux decorre de uma “referência ao trabalho elaborado juntamente com Claudine Haroche e Paul Henry, em 1971, intitulado ‘A semântica e o corte saussuriano, língua, linguagem e discurso’”.

discurso' orientada e inscrita no materialismo histórico" (INDURSKY, 2015, p. 43, grifo da autora). Desse modo, considerar dentro dos estudos discursivos o Materialismo Histórico que aqui nos referimos como materialidade, "permite observar a relação do real com o imaginário, quando se trata de análise de discurso, ou seja, a ideologia" (ORLANDI, 2017b, p. 17).

É importante retomarmos aqui a noção sobre ideologia salientando que "definida como prática, a ideologia não é resultado de aprendizagem, não é consciente" (ORLANDI, 2017b, p. 17). Ou seja, a noção teórica em relação a ideologia que nos interessa nos leva, inicialmente, à compreensão de que "a ideologia, na formação teórica da Análise de Discurso, é elemento de base, fundamento da constituição do sujeito e do sentido" (ORLANDI, 2017b, p. 20). Com isso, de acordo com a citada autora, estamos diante da possibilidade de adentrar, pelo estudo sobre o funcionamento da ideologia, na exploração teórica sobre alguns aspectos que são constitutivos do sujeito.

Por meio da consideração da possibilidade de pensar uma relação entre Psicanálise e Análise de Discurso, com vistas a questionar alguns aspectos que são constitutivos do sujeito, utilizaremos, para continuarmos com a teorização, o que propõe Orlandi (2017b, p. 21), quando observa que "a questão do sujeito toca tanto a questão do inconsciente como a da ideologia". Então, as discussões levantadas a partir deste ponto possuem ênfase em explorar o modo com que as noções teóricas a respeito do inconsciente são compreendidas e utilizadas na/pela Análise de Discurso.

A princípio, mencionar que a Análise de Discurso trabalha a noção de sujeito do inconsciente a partir de teorias psicanalíticas exige a inclusão aqui da especificação a respeito do campo da Psicanálise a que estamos nos referindo: é aquele que se constitui pela específica abordagem teórica do/sobre o inconsciente que foi inaugurada por Sigmund Freud (1856 – 1939) e posteriormente desdobrada por Jacques Lacan (1901 – 1981). Sobre isso, Orlandi (2002) aponta que essa relação entre Análise de Discurso (noção de descentramento do sujeito) e Psicanálise (a noção de Inconsciente) se dá por meio da releitura que Lacan fez de Freud.

A marcação desse domínio teórico demanda um cuidado fundamental na compreensão de que Análise de Discurso e Psicanálise são:

[...] disciplinas independentes, cada uma com seus conceitos próprios e seus objetos e objetivos. A Psicanálise pode ser tomada, na Análise de Discurso, como nos permitindo pensar o sujeito descentrado, ou seja, nos permite trabalhar um sujeito afetado pelo inconsciente, e constituído pela ideologia (ORLANDI, 2017b, p. 18).

Compreendemos, então, que há teoria psicanalítica em funcionamento quando a Análise de Discurso, por meio da noção de ideologia, lança questões sobre o sujeito, considerando-o em sua incompletude. Entretanto, inicialmente, com base na citação anterior, é essencial demonstrar que, se tratando de campos disciplinares distintos, o “sujeito da psicanálise não é o mesmo da análise de discurso [...]. Portanto, podemos pensar na relação destas disciplinas, de suas práticas e de seus conceitos, mas não devemos neutralizá-las em uma só coisa” (ORLANDI, 2017b, p. 19).

Para que seja possível compreendermos a noção (psicanalítica) de sujeito que é trabalhada na/pela Análise de Discurso, que o concebe como descentrado e afetado pelo inconsciente, considerando o papel da ideologia, é necessário observar que há um caráter comum entre ideologia e inconsciente, quanto aos seus funcionamentos:

A produção das evidências subjetivas, como constitutivas, se conjugam na *ilusão do sujeito como origem*; mas, pensando a historicidade, na análise de discurso, esta evidência se acompanha de outra, a *ilusão referencial*, ou seja, a da evidência do sentido (ORLANDI, 2017b, p. 21, grifos da autora).

Com isso, em relação à ideologia, compreende-se, segundo Orlandi (2020, p. 46), que “a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”. E através da observação do funcionamento da ideologia, é possível perceber que “o efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito” (ORLANDI, 2020, p. 46). Desse modo, dentro da possibilidade de aproximação entre os conceitos teóricos sobre ideologia e sujeito do inconsciente, no estudo de seus funcionamentos, observa-se que “se pensamos a ideologia pensamos sujeitos na história, na sociedade, afetados pelo político. Esta alteridade, de que falamos aqui, são os outros na história e na sociedade. No mundo, em sua materialidade, em sua historicidade” (ORLANDI, 2017b, p. 22).

A noção teórica que atribui ao sujeito a incompletude e o descentramento repousa, então, na consideração do sujeito ser submisso à língua (para conseguir falar e produzir sentidos), afetado pela exterioridade (o interdiscurso), constituído pela ideologia e ainda transpassado pelo inconsciente. Nessas circunstâncias, é importante percebermos que “não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados” (ORLANDI, 2020, p. 45).

É fundamental observar também que “os estudos sobre o sujeito [...], trazem, se

postos em sua dimensão histórica, política e ideológica, desenvolvimentos cruciais para a Análise de Discurso” (ORLANDI, 2017b, p. 23). Isso porque, a noção psicanalítica de sujeito que interessa a Análise de Discurso, é aquela que visa a “compreensão da constituição do sujeito e da produção dos sentidos, em que se presentifica fortemente a ideologia” (ORLANDI, 2017b, p. 23).

Ainda com base na exploração de possíveis pontos de aproximação teórica entre ideologia e inconsciente, é necessário envolvermos nas discussões, para questionar o modo com que a Psicanálise está presente no dispositivo teórico da Análise de Discurso, a noção de interdiscurso. Uma vez que “é no funcionamento do interdiscurso que podemos encontrar uma forma de pensar a *conjunção*¹⁰ entre ideologia e inconsciente. Porque no interdiscurso há o Outro, exterioridade constitutiva, memória estruturada pelo esquecimento” (ORLANDI, 2017b, p. 24, grifo da autora).

Ou seja, é possível repararmos que quando a Análise de Discurso propõe a noção de discurso “faz emergirem questões que interrogam o sujeito-no-mundo. O real da história que se impõe, na sua relação com o real da língua” (ORLANDI, 2002, p. 35). Surge aí, então, com base na citada autora, um resultado positivo, que é fruto dessa teoria da Psicanálise, funcionando no interior da Análise de Discurso: as possibilidades, como vimos, de compreender por meio da linguagem “sujeito e história, sujeito e sociedade, e o sujeito na relação consigo mesmo e com o outro (o social, o histórico, e a ideologia)” (ORLANDI, 2017b, p. 13).

Para síntese, com base no panorama que delineamos nesta seção, compreende-se que a Análise de Discurso se constitui pela articulação entre discursos diferentes de áreas (campos do saber) que também são diferentes, considerando sempre os efeitos da ideologia (na constituição dos sujeitos e dos sentidos) e a inscrição da língua na história. E observar os processos que tornaram a Análise de Discurso uma disciplina institucionalizada, conduz a percepção de que a posição de entremeio se “refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias. Relações em que não faltam pressões, processos de inclusão e de exclusão, hierarquização e legitimação, apagamentos, ou seja, relações de sentidos [...]” (ORLANDI, 2002, p. 21).

Desse modo, após percorremos esse caminho que conduziu a Análise de

10 Orlandi (2017b, p. 19), explica que “quando falamos de Ideologia e Inconsciente, este *e* é o da **conjunção**. [...] O que significa, no caso da relação que temos em foco, este “e”, na conjugação *Ideologia e Inconsciente*, demanda que um saber, fora da gramática, funcione para articular os ‘conjugados’”.

Discurso até a presença no quadro de disciplinas das Universidades, buscaremos, a partir do próximo capítulo, investigar algumas noções basilares e estruturantes da Análise de Discurso.

2º SOBRE O DISPOSITIVO TEÓRICO

Considerando os pressupostos teóricos mobilizados até aqui e tendo percorrido o proposto caminho de observação do modo com que a Análise de Discurso constituiu seu dispositivo teórico para institucionalizar-se como disciplina, é possível, a partir desta seção da pesquisa, avançarmos na compreensão de algumas noções que são basilares e estruturantes da análise materialista de discurso. Para isso, tomaremos como ponto de partida a noção de discurso pensada por Orlandi (2020, p. 20) quando afirma que “discurso é efeito de sentidos entre locutores”.

Antes, porém, de voltarmos o estudo para a observação do modo com que se dá essa produção de “efeito de sentidos”, é necessário sinalizar que estamos considerando o discurso enquanto lugar de observação da “relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 2), a partir de um dispositivo teórico com “filiação específica que teve como um de seus fundadores Michel Pêcheux” (ORLANDI, 2005, p. 2). Em vista disso, é fundamental iniciarmos aqui o estudo a respeito da teoria a que se refere às condições de produção, porque é importante, neste ponto, percebermos o aparecimento da necessidade de introduzir nas análises a relação entre a linguagem e a exterioridade.

Em tal caso, por levar em conta algumas críticas, por exemplo, assim como já visto, da corrente Pragmática de estudos do texto, bem como das teorias da enunciação, a Análise de Discurso inclina-se, então, por compreender as condições de produção enquanto exterioridade. Desse modo, sobre essa última, considera-se como as questões que envolvem a relação entre “[...] o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação e o contexto histórico-social (ideológico)” (ORLANDI, 2013a, p. 58).

Evocar teorias que compõe as chamadas condições de produção ressalta a necessidade de inserir na discussão, como já dito, o sujeito e a situação. Essa última entendida como o local onde os discursos foram proferidos e, com base na Análise de Discurso, a princípio, podem ser consideradas em sentido estrito e em sentido lato (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017). Dentro dessas duas possibilidades de teorização, sobre o sentido estrito, compreende-se que se trata das “circunstâncias de enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato” (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 17).

Desse modo, para ilustrar o gesto de análise cabível na teoria sobre o contexto imediato da enunciação, é possível perceber que, por exemplo, quando o Papa Francisco

diz que “[...] todos¹¹ nós caminhamos na vida com um cântaro na mão: todos e cada um de nós tem sede de amor, de alegria, numa vida bem sucedida num mundo mais humano”, a noção teórica sobre as condições de produção questiona, nesse caso, dentre outras coisas, o espaço e a posição sujeito de quem enunciou esse discurso.

Ainda sobre as condições de produção, agora tendo em vista o sentido lato (amplo), e utilizando para observação do funcionamento dessa teoria outro recorte do Papa Francisco que diz “[...] todos¹² nós, especialmente em momentos difíceis como este que estamos a atravessar devido à pandemia, procuramos consolações. Muitas vezes, porém, recorreremos só a consolações terrenas, que depressa se extinguem, são consolações momentâneas”. Nesse caso, o contexto amplo interroga e traz para as análises o modo com que a Instituição Igreja Católica produz e põe em funcionamento efeitos de sentido sobre, por exemplo, as condições de existência das pessoas. Assim como, também está no sentido amplo, a consideração sobre o modo com que a história influencia na relação da sociedade com, nesse caso, essa Instituição religiosa. Ou seja, são aspectos sócio-históricos que se mostram através da prática das instituições religiosas de, por meio de relações de força, prescreverem no que os adeptos ao catolicismo devem basear suas ações e condutas.

De maneira breve, por mencionar relações de força, dentro do funcionamento das condições de produção dos discursos, é importante salientar que se trata, nessas circunstâncias, de uma noção teórica que considera que, segundo Orlandi (2020, p. 37), “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Ou seja, de acordo com a citada autora, retomando os exemplos dos fragmentos dos discursos que foram enunciados pelo Papa Francisco, é possível entender que a posição de onde o Papa fala, bem como o uso de suas palavras, têm determinada autoridade na relação com seus fiéis. Desse modo, ainda com base em Orlandi (2020, p. 20, grifo da autora), somos levados a compreender que “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’”.

Segundo Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2017, p. 17) “faz ainda parte das condições de produção a memória discursiva”. Porém, é fundamental que a reflexão

11 Recorte da homilia proferida pelo Papa Francisco na Basílica de São Pedro, no dia 6 de junho de 2021, retirado de: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/papa-francesco_20210606_omelia-corpusedomini.html. Acesso em 27 de agosto de 2021.

12 Recorte da homilia proferida pelo Papa Francisco na Basílica de São Pedro, dia 23 de maio de 2021, retirado de: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/papa-francesco_20210523_omelia-pentecoste.html. Acesso dia 27 de agosto de 2021.

sobre a noção teórica a respeito da memória discursiva, inicie na observação de que essa memória é aqui considerada de modo particular dentro da relação com o discurso. Assim, de acordo com Pêcheux (2015a, p. 58), “no sentido discursivo, a memória – o interdiscurso, como definimos pela análise de discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”.

É importante compreender também, de acordo com Orlandi (2013a, p. 12) que a memória discursiva “tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem”. Ou seja, é através do estudo sobre o funcionamento da memória discursiva dentro dos discursos, que é possível observar que “os sentidos permanecem em constante relação com a historicidade, intrincada à memória discursiva” (AMARAL e LOPES, 2019, p. 484).

Nessas circunstâncias, podemos notar que, pela Análise de Discurso, a memória discursiva é trabalhada pela noção de interdiscurso. Ou seja, “algo fala antes, em outro lugar e independentemente. Trata-se do que chamamos de saber discursivo. É o já dito que constitui todo o dizer” (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 24). Desse modo, somos levados a compreender que, em termos amplos, no interdiscurso habitam redes de palavras já ditas e já utilizadas em outros locais e por outros sujeitos e tais palavras criam condições (atribuindo sentidos) para que outros (novos) dizeres sejam produzidos.

Ainda sobre o funcionamento da memória discursiva, é significativo observar também que essa rede de palavras que citamos anteriormente, “possibilita dizeres outros, que convocados na história, ideologicamente marcados, afetarão os discursos produzidos pelo sujeito, em dada condição de produção” (MASSMANN, 2021, p. 345). Ou seja, de acordo com a citada autora, o estudo a respeito do funcionamento da memória discursiva conduz à percepção da existência de uma relação de dependência entre discursos, uma vez que em um dado discurso, sempre haverá marcas de outros (discursos) que o antecedem.

Compreender essa relação em que (novos) discursos são (re)produzidos já marcados (afetados) por discursos anteriores (a memória) conduz à observação de que os novos dizeres estabelecem relações de sentido porque:

Recuperam um dizer já estabelecido [...] possibilitando uma reformulação do mesmo enunciado, mas sem abrir espaço para o novo. Essa tensão entre a retomada do mesmo e a impossibilidade do diferente reproduz, na verdade, uma formação discursiva dominante (FERNANDES, 2009, p. 5).

Ou seja, é no interdiscurso, pelo efeito da memória, que são produzidas essas marcas que se repetem em discursos diferentes e que apontam para o funcionamento da “formação discursiva *dominante*, as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso [que] *determinam a dominação da formação discursiva dominante*” (PÊCHEUX, 2014b, p. 151, grifos do autor).

Envolver nos gestos de análises do/sobre o funcionamento dos discursos (tendo como exemplo, especificamente os de natureza religiosa) as noções sobre condições de produção, contexto de enunciação, interdiscurso e modos de funcionamento da memória discursiva torna possível perceber que através do estudo desse objeto da Análise de Discurso, compreende-se que:

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2020, p. 8).

Com base na citação anterior, a observação desse “duplo jogo da memória” lança luzes sobre o funcionamento da mencionada “memória institucional”, dentro do discurso religioso, visto que este compõe o *corpus* selecionado para essa investigação. Desse modo, longas e complexas relações dessa memória com o interdiscurso são postas em movimento no interior do funcionamento da instituição religiosa através de experiências inscritas no passar da história. Tais experiências, portanto, conduzem, ainda com base na citação anterior, à cristalização dos sentidos que são (re)produzidos nos discursos religiosos.

Refletir a respeito do modo com que essa memória institucional produz esse aparente efeito de estabilidade do sentido (cristalização) conduz à compreensão da noção de memória de arquivo. Isso porque, pelo modo com que é trabalhado pela Análise de Discurso, o arquivo “é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem” (ORLANDI, 2013a, p. 12).

Antes de observarmos como se dá o funcionamento da mencionada memória institucionalizada, é importante compreendermos que a noção de arquivo, com base na Análise de Discurso, considera que “o arquivo não é reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2014, p. 170). Ou seja, de acordo com os referidos autores, é fundamental que o estudo do/sobre o arquivo considere a relação que há entre a história e a linguística; uma vez que “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à dona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2014, p. 170).

Em vista disso, é fundamental especificar também que o discurso documental se define aqui “como um saber científico, que toma forma na relação com as instituições, os sujeitos da ciência, os meios de circulação do saber, dentre outros aspectos conjunturais” (NUNES, 2008b, p. 81). Com base no citado autor, podemos considerar, no caso dessa pesquisa, os efeitos (de estabilidade) dessa memória institucional por meio da observação do que ocorre no/pelo funcionamento da instituição Igreja Católica; na medida em que tal instituição põe em circulação o seu “saber” a partir de textos documentais (a Bíblia, o Catecismo, as Cartas Encíclicas, por exemplo).

Esses textos documentais, então, em seus modos de elaboração e circulação (pela Igreja Católica), (re)produzem efeitos que apontam para a “sua unidade, linearidade, imaginário de completude” (NUNES, 2008b, p. 87). Em vista disso, somos levados a compreender que, no caso que estamos trabalhando, a Igreja Católica desenvolve “práticas institucionais e de arquivo [que] realizam um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, estabelecendo uma temporalidade e produzindo uma memória estabilizada” (NUNES, 2008b, p. 82).

Essa breve discussão aqui aventada do/sobre a noção de arquivo justifica-se na importância de compreender que os processos que levam à cristalização (estabilização) dos sentidos ocorrem por meio de, como vimos, efeitos das relações entre a inscrição da língua na história e a produção do discurso documental. Desse modo, conclui-se no entendimento que “a memória de arquivo, sendo esta a memória institucional, a que não esquece e alimenta a ilusão da ‘literalidade’, [...] sustentada pelas instituições, lugares por onde circula o discurso documental” (ORLANDI, 2013c, p. 4, grifo da autora).

É pertinente retomarmos aqui a noção basilar da Análise de Discurso que relaciona, dentro das condições de produção, o sujeito e a situação. Isso porque, as

noções teóricas discutidas até este ponto visam conduzir essa investigação ao distanciamento das definições que consideram a comunicação como uma linear transmissão de informações, por meio de um código, entre um emissor e seu receptor. Ou seja, concordar com essa linearidade é reconhecer e admitir que, na prática dos convívios sociais, as relações de comunicação entre os sujeitos realizam-se de modo ordenado pela sequência: “alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 2020, p. 19).

Em vista disso, a Análise de Discurso não se filia a essa perspectiva de um esquema de comunicação tão hermético, tal qual proposto pela citação anterior, no momento em que não reconhece que os sujeitos envolvidos nos processos de produção de discursos atuam de forma sistemática e separada; para a Análise de Discurso, ambos atuam juntamente e ao mesmo tempo na significação. Do mesmo modo em que, quando não reconhece a existência de uma mensagem formada por um código, a Análise de Discurso insere nos estudos da/sobre a linguagem o discurso como local particular para compreender de que maneira ocorrem as relações entre os sujeitos afetados pela memória, visto que “no discurso temos o social e o histórico indissociados” (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 16).

Em última retomada à citação sobre o esquema elementar da comunicação¹³, a palavra “mensagem”, exige aqui maiores observações. Inicialmente, é fundamental ressaltar que a Análise de Discurso não reconhece a língua como um código fechado que é passivo de ser decodificado pelos sujeitos, nem mesmo “enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando” (ORLANDI, 2020, p. 13). Ou seja, a língua que interessa a Análise de Discurso é aquela que, em seu funcionamento, não se restringe a regras e normas de execução.

Orlandi chama atenção para o fato de que destacar o conceito sobre língua do qual ocupa-se a Análise de Discurso reconhece os modos de existência da linguagem e torna necessária “a distinção *metodológica* do fato de que existe língua e existem línguas” (2013a, p. 13, grifo da autora). Por meio de tal discernimento, observa-se que a língua prescritiva que tem na gramática as diretrizes do falar corretamente, por vezes, distancia-se da língua que existe nas práticas reais de uso. Desse modo, a citada autora

13 É importante indicar que esse esquema elementar da comunicação se encontra na teoria da/sobre a comunicação proposta pelo russo Roman Jakobson (1896 – 1982). Para maior detalhamento, sugerimos a leitura do primeiro capítulo do livro *Princípios e Procedimentos* (2020) e o quarto capítulo do livro *O que é linguística* (2013b), ambos de autoria da professora Eni Orlandi.

aponta que existe “[...] a língua imaginária como sistema fechado, normas, artefato do linguista [...] ao passo que língua fluida é a língua no mundo, sem regras que a aprisionem” (ORLANDI, 2013a, p. 13).

Ainda sobre a noção de língua, dentro do que propõe a Análise de Discurso, é importante também relacionar tal noção teórica com o princípio da não transparência e objetividade da língua, visto que “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar” (ORLANDI, 2020, p. 19-20). Além disso, o conceito de língua não se limita a um esquema composto por simples nomenclaturas que objetivam intitular objetos do mundo e “é insuficiente conceber a língua como a base de um léxico e de sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos” (PÊCHEUX, 2014a, p. 171). É desse modo que, segundo Orlandi (2020, p. 13), “na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

A tentativa de compreender, dentro do dispositivo teórico proposto pela Análise de Discurso, a necessidade de romper com o esquema elementar da comunicação, associando à investigação as noções sobre condições de produção, memória e língua, possibilitam que essa pesquisa se mova para o enfoque sobre o discurso. De início, é relevante salientarmos que a preferência pelo uso do termo discurso encontra justificativa na noção de que tal termo “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre *A* e *B*, mas de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos *A* e *B* (PÊCHEUX, 2014a, p. 81, grifos do autor).

No que propõe Pêcheux, com base na citação anterior, as designações sobre *A* e *B* referem-se aos sujeitos que participam, por meio dos discursos, dos processos de significação. Nesse caso, tais sujeitos não correspondem à noção de sujeitos empíricos, mas posições ocupadas por tais sujeitos para serem sujeitos do que dizem (ou seja, sujeitos do discurso). E o modo com que os sujeitos ocupam determinadas posições no discurso, é posto em movimento a partir de, como propõe o citado autor, Formações Imaginárias¹⁴.

Ainda com base na citação de Pêcheux (2014a), é indispensável observarmos que pensar o discurso enquanto “efeitos de sentido” promove um deslocamento dos estudos da/sobre a linguagem, onde se admitia a existência de um circuito da comunicação sistematizado e sequenciado, para novas perspectivas de análises em que são considerados os contextos da enunciação e o sujeito (do discurso) afetado pela

14 A noção teórica sobre Formações Imaginárias, proposta por Pêcheux, será detalhada posteriormente.

exterioridade que o constitui. Então, de acordo com Orlandi e Lagazzi-Rodrigues, na relação do sujeito com o discurso, esses efeitos “se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas” (2017, p. 17).

Assim sendo, é possível observarmos que “as condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores” (ORLANDI, 2020, p. 37). E para que o conceito de discurso, “efeitos de sentido”, seja melhor observado, é importante notar também que dentro do funcionamento do discurso, existem fatores envolvidos nas chamadas relações de sentido. Tais relações indicam que para que um discurso faça sentido necessariamente precisa apontar e estabelecer elos com outros discursos que o antecedem. Sendo assim, segundo Orlandi (2020, p. 37), “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”.

A partir da relação entre dizeres, antecedentes e/ou ainda não enunciados, e considerando o sujeito e os contextos de enunciação como pontos fundamentais para o dispositivo teórico da Análise de Discurso, compreendemos que através do estudo sobre o funcionamento do discurso, é possível observar as relações que se dão por meio da linguagem, nesse caso, as relações dos sujeitos com os sentidos. Isso porque, como já dito anteriormente, tais relações produzem inúmeros efeitos ao longo da história. Com isso, tendo em vista que o discurso religioso compõe o *corpus* do estudo aqui proposto, faz-se necessário, a partir da próxima seção, conduzirmos as investigações até seus modos de funcionamento na/pela sociedade.

2.1 Condição de produção do discurso religioso

Tendo posto em movimento a exploração a respeito das noções teóricas, com base na Análise de Discurso, sobre as condições de produção dos discursos, é possível, a partir desta seção da pesquisa, iniciarmos uma tentativa de aproximação entre o quadro teórico a que este estudo se filia e o *corpus* selecionado para as análises: o discurso religioso católico. Com isso, inicialmente utilizaremos o que propõe a professora Orlandi (2006), quando essa afirma que:

Tomaremos, como referência, sobretudo o discurso religioso cristão – particularmente o católico. E o objetivo desse nosso estudo é justamente o de instituir um *parâmetro exploratório*, a partir do qual se poderão observar as

formas da religião em geral, ou seja, as diversas maneiras que o homem tem de se relacionar com o sobrenatural (ORLANDI, 2006, p. 243, grifos da autora).

O uso da citação anterior dentro do presente estudo encontra justificativa em dois aspectos importantes para o caminho de reflexão que aqui propomos: 1 – Nas palavras de Orlandi (2006), em termos tipológicos, marcar qual discurso religioso interessa essa pesquisa: o cristão católico; 2 – Levantar algumas hipóteses sobre como se dá a relação do homem com o sagrado. Desse modo, é fundamental introduzirmos o estudo sobre a condição de produção do discurso religioso, a partir da noção teórica, proposta por Orlandi (2006), sobre reversibilidade.

Antes de elaborarmos uma possível definição, é necessário observar o funcionamento do discurso religioso considerando suas propriedades e “entendendo reversibilidade como a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui” (ORLANDI, 2006, p. 239). Para compreendermos essa troca de papéis, de acordo com a citada autora, é essencial percebermos que existe uma dinâmica na relação de interlocução que é constitutiva do discurso e que sem esse movimento de troca de papéis “o discurso não se dá, não prossegue, não se constitui” (ORLANDI, 2006, p. 239).

E é importante reconhecer também que a discussão a respeito dessa troca de papéis, através da noção de reversibilidade, não significa “fixar de forma categórica o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte” (ORLANDI, 2006, p. 239). Desse modo, é possível percebermos que as determinações que caracterizam essa noção integram a condição de produção do discurso religioso e conduzem ao estudo sobre seu funcionamento até a perspectiva de que, em relação à definição dos lugares ocupados pelos sujeitos (do discurso), “não se definem em sua essência, mas quando referidos ao processo discursivo: um se define pelo outro, e, na sua relação, definem o espaço da discursividade” (ORLANDI, 2006, p. 239).

É pertinente destacarmos aqui que nem todo discurso se constitui ou funciona por meio de uma relação fixa e estável com a noção de reversibilidade. Por exemplo, Orlandi (2006) propõe a observação das diferenças entre os discursos: polêmico¹⁵, lúdico¹⁶ e autoritário. E no caso do presente estudo, de acordo com a citada autora, destinaremos ênfase à exploração sobre o discurso autoritário. Uma vez que, “se

15 A relação do discurso polêmico com a noção de reversibilidade, de acordo com Orlandi (2006, p. 239) se “realiza segundo certas condições (a dinâmica da tomada da palavra).

16 Quanto ao discurso lúdico, Orlandi (ibidem, p. 239) indica que “ele pode suspender essa condição, uma vez que é um discurso que está no limiar da concepção de linguagem como dialogia”.

tratando do discurso autoritário, gostaríamos de observar que, embora não haja reversibilidade de fato, é a *ilusão da reversibilidade* que sustenta esse discurso” (ORLANDI, 2006, p. 240, grifos da autora).

Inicialmente, a professora Orlandi (2006) sugere que a compreensão do termo ilusão esteja mais voltada para *sentimento* do que para *engano*. Isso contribui para o entendimento de que no discurso autoritário funciona uma dinâmica da tomada da palavra em que “a reversibilidade tende a zero, quando é zero o discurso se rompe, desfaz-se a relação, o contato e o domínio (o escopo) do discurso ficam comprometidos” (ORLANDI, 2006, p. 240). Assim sendo, somos levados a compreender que é por meio de tal noção que surge “a necessidade de se manter o desejo de torna-lo reversível. Daí a ilusão. E essa ilusão tem várias formas nas diferentes manifestações do discurso autoritário” (ORLANDI, 2006, p. 240).

Investigar as propriedades¹⁷ do discurso autoritário, considerando a noção de reversibilidade, implica em envolver na discussão o modo com que a noção de polissemia viabiliza a identificação dos tipos de discurso. Isso porque “na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2020, p. 34). E pela ênfase em investigar o funcionamento do discurso autoritário, observa-se que esse tipo de discurso “tende à monossemia, uma vez que esse discurso se caracteriza pela polissemia contida, estancada” (ORLANDI, 2006, p. 240). Entretanto, nas palavras da citada autora, é indispensável que exista um cuidado para não definirmos o discurso autoritário como monossêmico, é importante ter em consideração que ele tende para a monossemia.

Isso porque, através do estudo sobre o funcionamento dos tipos de discurso, tomando a noção da reversibilidade como um parâmetro comum, é admissível entender que não é possível a existência de uma monossemia plena nos discursos pois entendemos que “todo discurso é incompleto e seu sentido é intervalar: um discurso tem relação com outros discursos, é constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social, e se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas” (ORLANDI, 2006, p. 240). Com isso, em síntese, “poderíamos, então,

17 O uso da palavra “propriedade” exige aqui um detalhamento importante: de acordo com Orlandi (ibidem, p. 256-257) existe uma diferença significativa entre *propriedade* e *marca*. A citada autora propõe que “propriedade tem mais a ver com a totalidade o discurso e sua relação com a exterioridade, enquanto marca diz respeito à organização do discurso”. Ou seja, no caso do objeto deste estudo, o discurso religioso, a propriedade que o caracteriza “é a não reversibilidade entre os planos temporal e espiritual e a conseqüente ilusão de reversibilidade com suas formas determinadas” (Idem, ibidem, p. 257).

dizer que todo discurso, por definição, é polissêmico, sendo que o discurso autoritário tende a estancar a polissemia” (ORLANDI, 2006, p. 240).

Esse percurso de investigação teórica que reflete a respeito do discurso autoritário, trilhado até este ponto, encontra justificativa na compreensão de que o discurso religioso, “objeto de nossa reflexão, nesse trabalho, pode ser considerado, em termos tipológicos, na perspectiva do discurso autoritário” (ORLANDI, 2006, p. 241). Com isso, a partir da compreensão dessa noção, é possível conduzirmos o estudo até a exploração, de modo mais específico, sobre o discurso religioso, espaço de observação deste trabalho. Para isso, é necessário retomarmos aqui as discussões da seção 1.2 a respeito de ideologia e sujeito.

Isso porque, para fundamentarmos a realização do estudo sobre a condição de produção do discurso religioso, no caso deste trabalho, recorreremos ao que propõe Althusser (1985) sobre o funcionamento da ideologia religiosa cristã. Desse modo, a princípio, é necessário observarmos duas teses elaboradas por Althusser (1985, p. 93) muito importantes para a investigação pretendida por este trabalho: “1 – só há prática através de e sob uma ideologia. 2 – Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”.

No contexto da religião cristã católica, uma possibilidade de compreensão a respeito da primeira tese, pode ser entendida a partir da observação do que ocorre no interior do ritual religioso (que, segundo Althusser [1985], corresponde a práticas como o batismo, a comunhão, a crisma, a confissão¹⁸, etc.). Isso porque, de acordo com Althusser, nas práticas das cerimônias religiosas, tal ritual diz respeito a um “procedimento gerador de sujeitos religiosos cristãos, é denominado por um estranho fenômeno: só existe uma tamanha multidão de sujeitos religiosos possíveis sob a condição absoluta da existência de um *Outro Sujeito Único, Absoluto*, ou seja, Deus” (ALTHUSSER, 1985, p. 100, grifos do autor).

É imprescindível compreendermos que essa relação entre as noções teóricas sobre ideologia (religiosa) e sujeito (religioso) que referimos, nos ajuda na observação de que “a interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a ‘existência’ de um Outro

18 Dado que leitores não católicos podem não reconhecer essas nomenclaturas das práticas que ocorrem nos ritos católicos, recorreremos à Ximenes (2000) para detalhar, brevemente, cada cerimônia. Logo, em relação ao batismo (Idem, ibidem, p. 125), se refere à um “sacramento da Igreja Católica no qual, pela ação simbólica da água, dá-se a purificação das culpas e pecados. [...] Iniciação religiosa”. No que se refere à comunhão, trata-se de “união de pessoas em torno de ideias, crenças, etc. Ação de administrar ou receber o sacramento da eucaristia” (Idem, ibidem, p. 235). A crisma corresponde ao “sacramento que confirma a adesão à fé católica; confirmação. Óleo bento e perfumado com que se administram certos sacramentos” (Idem, ibidem, p. 269). Por fim, a confissão conceitua-se como a “ação de confessar. O sacramento da penitência. Declaração da própria fé” (Idem, ibidem, p. 241).

Sujeito, único, e central em nome da qual a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p. 101). Para tornar nítido que a partir deste ponto estamos discutindo a existência de sujeitos com propriedades diferentes, “designaremos este novo e singular Sujeito como *Sujeito* com maiúscula para distingui-lo dos demais, sem maiúscula” (ALTHUSSER, 1985, p. 101, grifo do autor).

Em relação ao que propõe Althusser (1985) sobre a necessidade da diferenciação teórica entre o Sujeito e sujeito, Orlandi (2006, p. 241) salienta que por meio dessa separação “o autor passa então a distinguir o Sujeito dos sujeitos vulgares: Deus é o Sujeito e os homens são os seus interlocutores-interpelados, os seus espelhos, os seus reflexos (não foram criados à Sua imagem?)”. Ou seja, é fundamental percebermos que nessa relação entre o Sujeito e os sujeitos existe uma interpelação em que o sujeito “se reconhece como sujeito, sujeito de Deus, sujeito submetido a Deus, *sujeito pelo Sujeito e submetido ao Sujeito*” (ALTHUSSER, 1985, p. 101, grifos do autor).

Nessa perspectiva, é essencial observarmos a existência de um desdobramento “do *Sujeito em sujeitos* e do *Sujeito mesmo em sujeito-Sujeito*” (ALTHUSSER, 1985, p. 102, grifos do autor). Ou seja, através do estudo a respeito desse desdobramento é possível notar que há aí uma relação de dependência em que “Deus precisa dos homens, o Sujeito precisa dos sujeitos, assim como os homens precisam de Deus, os sujeitos precisam do Sujeito. Ou melhor: Deus precisa dos homens, o Sujeito dos sujeitos [...]” (ALTHUSSER, 1985, p. 101).

Por conseguinte, pela observação do funcionamento do mencionado desdobramento, nessa relação do Sujeito com os sujeitos, de acordo com Althusser (1985, p. 102), somos levados a compreender também “que a ideologia, ao interpelar os indivíduos em sujeitos em nome de um Sujeito Único e absoluto é especular, isto é, funciona como um espelho, e duplamente especular: este desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura seu funcionamento”. Desse modo, nas palavras do citado autor, é importante reconhecermos que o Sujeito Deus, nesse caso, assume a posição de centro da ideologia e, sendo Sujeito Absoluto, produz como efeito a interpelação dos indivíduos à sua volta como sujeitos.

Para compreender o modo com que a ideologia pode ser duplamente especular, é necessário observar quatro particularidades:

- 1 – A interpelação dos ‘indivíduos’ como sujeitos.
- 2 – Sua submissão ao Sujeito.
- 3 – O reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo.

4 – A garantia absoluta de que tudo está bem assim, e sob a condição de que se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo tudo irá bem: ‘assim seja’ (ALTHUSSER, 1985, p. 102 – 103).

Por meio da citação anterior, estamos diante de uma reflexão que nos mostra que dentro do funcionamento da ideologia duplamente especular, existem fatores e aspectos que, ao mesmo tempo em que constituem o sujeito, o colocam em uma posição de sujeição. Isso em razão de, com base na citação anterior, ao constituir-se sujeito através da interpelação do Sujeito, o sujeito livremente submete-se (sujeita-se) às ordens (por meio dos mandamentos, da Sagrada Escritura, etc.) daquele é que uno, central, Absoluto e representante da ideologia religiosa. Com isso, nesse caso, observa-se que “temos, então, por essas relações de sujeito: o reconhecimento, a identidade, o apaziguamento” (ORLANDI, 2006, p. 242).

Ao explorar a relação de sujeição que existe no funcionamento da ideologia religiosa, envolvendo as questões relacionadas aos aspectos constitutivos do sujeito (religioso), ainda observando a última citação de Althusser, somos levados a compreender a existência de uma ambiguidade no interior do termo sujeito. Isso porque, sujeito significa “1 – uma subjetividade livre: um centro de iniciativas, autor e responsável por seus atos; 2 – um ser subjogado, submetido a uma autoridade superior, desprovido de liberdade, a não ser a de livremente aceitar sua submissão” (ALTHUSSER, 1985, p. 104).

É essencial considerarmos, então, no estudo a respeito dos aspectos constitutivos do sujeito (religioso), tendo em vista o modo com que se dá a interpelação do Sujeito para com o sujeito, que através da ambiguidade do termo sujeito, pode-se compreender que “o indivíduo é *interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão [...] Os sujeitos se constituem pela sua sujeição*” (ALTHUSSER, 1985, p. 104, grifos do autor).

O caminho de investigação teórica trilhado até este ponto, movimentando os pressupostos sobre a relação Sujeito-sujeitos, torna possível e necessário que iniciemos uma aproximação até a definição do discurso religioso. Assim sendo, utilizaremos o que propõe Orlandi (2007, p. 28, grifo da autora) quando indica que “no discurso religioso, em seu silêncio, ‘o homem faz falar a voz de Deus’”. Diante de tal noção, inicialmente, conduziremos a discussão para o campo específico do estudo do/sobre o discurso religioso, considerando as características dos lugares que o Sujeito Deus e o sujeito homem assumem em suas relações de interlocução.

Na busca por uma definição, é essencial percebermos que no discurso religioso existe “uma voz que se fala na outra da qual é representante” (ORLANDI, 2006, p. 244). De acordo com a citada autora, em todos os tipos de discursos há um “mecanismo de incorporação de vozes” (ORLANDI, 2006, p. 244) que faz com que uma voz possa se apropriar de um corpo para materializar-se. Ou seja, nessas circunstâncias, a voz de Deus se materializa (incorpora) na fala do padre, do bispo, do Papa, etc. Esse mecanismo constitui o que entendemos por “forma da *mistificação*: em termos de discurso, é a subsunção de uma voz pela outra (estar no lugar de), sem que se mostre o mecanismo pelo qual essa voz se representa na outra” (ORLANDI, 2006, p. 244, grifos da autora).

Orlandi também chama a atenção para um aspecto importante que funciona no interior da relação de interlocução que nos referimos (assim como já visto, tal relação é assegurada pela sujeição): existe um “desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do *plano espiritual* (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do *plano temporal* (os sujeitos, os homens)” (ORLANDI, 2006, p. 243, grifos da autora). Ou seja, é importante mencionar que locutor e ouvinte são posições no funcionamento do discurso porque é necessário observar que ambos, no caso do discurso religioso, “pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual *domina* o temporal” (ORLANDI, 2006, p. 243, grifo da autora).

Desse modo, por pertencerem a ordens de mundo distintas e intercambiáveis, o Sujeito e o sujeito se relacionam com base em uma assimetria que, nesse caso, caracteriza e constitui o discurso religioso. Isso porque, em relação às características das posições assumidas pelos sujeitos no funcionamento do discurso religioso, para síntese, observa-se que “o locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens” (ORLANDI, 2006, p. 243). A citada autora designa tal relação da seguinte maneira:

Deus (Sujeito)	homens (sujeitos)
Institui, interpela, ordena, regula, salva, condena, etc.	Respondem, pedem, agradecem, desculpam-se, exortam, etc.

Assim como já visto, uma propriedade específica do discurso religioso é a questão da reversibilidade. Orlandi (2006) aponta que mesmo em uma situação de relação direta com o sagrado, o sujeito não dispõe de condições de assumir a posição do Sujeito. Ou seja, “a não-reversibilidade se mantém, mantendo-se a dissimetria [...]. O eu-cristão pode falar diretamente com Deus, mas isto não modifica o seu *poder de dizer*, o lugar de onde fala” (ORLANDI, 2006, p. 247, grifos da autora). Desse modo, para a conceituação que buscamos, nos interessa considerar o discurso religioso como aquele em que “de um lado, temos sempre a onipotência divina, de outro, a submissão humana [...]” (ORLANDI, 2006, p. 247).

2.2 Relações de força e relações de poder no funcionamento do discurso religioso

Após refletirmos a respeito das características dos lugares assumidos pelos sujeitos que atuam conjuntamente no funcionamento do discurso religioso, é essencial iniciarmos esta seção da pesquisa a partir da retomada de uma noção teórica mencionada no início do segundo capítulo (página 34), sobre relações de força. Desse modo, para que possamos observar a condição de produção, por exemplo, do que é dito pelo Sujeito, é necessário investigar o modo com que, como já dito anteriormente, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2020, p. 37).

Entretanto, antes de iniciarmos a investigação a respeito do lugar a partir do qual fala o sujeito, é pertinente trazer para este ponto o segundo motivo dentro da justificativa de delimitar o discurso religioso católico como objeto de nosso estudo, que foi indicado no início da seção de 2.1 (página 41): 2 – Levantar algumas hipóteses sobre como se dá a relação do homem com o sagrado. Logo, é importante observarmos o que estamos considerando como sagrado, uma vez que no funcionamento do discurso religioso, “a relação com o sagrado revela, entre outros fatores, a relação do homem com o poder, no caso, com o poder *absoluto*, a ilusão da reversibilidade toma apoio na *vontade de poder*” (ORLANDI, 2006, p. 253, grifos da autora).

Antes de explorarmos a mencionada vontade de poder¹⁹, é importante perceber que por meio dos pressupostos teóricos movimentados anteriormente, “temos estado observando a ilusão da reversibilidade no interior do maniqueísmo²⁰ instalado pela própria religião” (ORLANDI, 2006, p. 253). Portanto, há dois lados que mesmo estando em constante contato, são intercambiáveis e através do funcionamento institucional da religião, estabelecem e regulam os lugares na relação entre homem e Deus. Isso porque, no discurso religioso, pela ilusão da reversibilidade, “aquele que fala do lugar de Deus transmite Suas palavras. O representa legitimamente, mas não se confunde com Ele, não é Deus” (ORLANDI, 2006, p. 253).

A professora Orlandi (2006) aponta que essa é uma expressão fundamental da não-reversibilidade por ser uma relevante diferença entre o discurso religioso e outros. No caso dos outros²¹ discursos, [...] o sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar. Então, dadas certas condições, o representante passará a falar do lugar próprio” (ORLANDI, 2006, p. 252-253). De acordo com a citada autora, isso não acontece no discurso religioso “e daí deriva a ‘ilusão’ como condição necessária desse tipo de discurso: o como se fosse sem nunca ser” (ORLANDI, 2006, p. 253).

Em vista disso, para que seja possível compreendermos o funcionamento da vontade de poder, no interior da relação do homem com o sagrado, é necessário recorrermos a duas noções teóricas propostas por Orlandi (2006) designadas como ultrapassagem e transgressão. Logo, a vontade de poder que aqui nos referimos:

Aponta para a ultrapassagem das determinações (basicamente de tempo e espaço): ir além do visível, do determinado, daquilo que é aprisionamento, limite. Ter poder é ultrapassar. E ter poder divino é ultrapassar tudo, é não ter limite nenhum, é ser completo (ORLANDI, 2006, p. 253).

Ainda de acordo com a citada autora, e como já visto anteriormente, a ilusão da reversibilidade, em seu funcionamento, gera um sentimento de identidade com Deus,

19 Michel Foucault (1926 – 1984), em sua obra “A história da sexualidade I: a vontade de saber” com primeira publicação em 1977, discute com profundidade as relações existentes entre poder, saber e prazer; a partir das instituições como o Estado, a Igreja, etc. O (possível) diálogo entre o propõe Orlandi (2006), que estamos utilizando nesta seção, e o que propõe Foucault (1977) será explorado e desenvolvido em nossos estudos futuros.

20 Nas palavras da professora Orlandi (2006), esse maniqueísmo se refere ao dualismo religioso que separa o mundo em lado bom (onde estão os próximos à Deus) e lado mau (onde estão os próximos ao Diabo).

21 Orlandi (2006, p. 253) descreve esses outros discursos exemplificando que “munido de seu diploma, e tendo o estatuto jurídico que lhe compete, o antes-aluno falará do lugar do professor, que, então lhe será próprio. O mesmo se dá com o juiz, o político, etc. Por esse mecanismo de apropriação eles acabam por ser confundidos com o próprio saber, com a própria justiça, etc”.

“apresentando-se assim como uma forma legítima de *ultrapassagem*” (ORLANDI, 2006, p. 253, grifo da autora). Por outro lado, a noção sobre transgressão se trata de uma:

Forma de experimentar o lugar do poder absoluto. E é nessa relação com o poder que reside o prazer de transgredir. A transgressão, por sua vez, pode ser ou uma quebra das regras do jogo – tal como a blasfêmia, a heresia, o pecado – ou a usurpação do lugar, tal como o pacto com o diabo (ORLANDI 2006, p. 254).

Assim sendo, com base em Orlandi (2006), somos levados a compreender que tanto a *ultrapassagem* como a transgressão são formas assumidas pela ilusão da reversibilidade no interior do funcionamento do discurso religioso. E, nesse caso, tais formas podem ser observadas “através da relação do homem com o poder: em Deus o poder absoluto, no homem, a vontade desse poder” (ORLANDI, 2006, p. 257). Com isso, segundo a citada autora, entendemos que quando refletimos a respeito de fatores como a assimetria entre os planos temporal e espiritual e a ilusão da reversibilidade, dentre outros aspectos, estamos discutindo a respeito dos fatores que caracterizam o discurso religioso cristão.

Uma vez que esse nosso percurso teórico nos possibilita a compreensão de algumas definições e características do discurso religioso cristão, considerando suas condições de produção, destinaremos ênfase, no capítulo a seguir, à observação do modo com que o sujeito, alvo de nossas análises, se inscreve na posição de autoria dos discursos que selecionamos.

3º ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Após a exploração das noções teóricas que foram movimentadas na escrita dos capítulos anteriores, é admissível, a partir desta seção da pesquisa, iniciarmos uma proposta de elaboração de um dispositivo analítico que funcione como um dispositivo da interpretação. Para isso, inicialmente, utilizaremos uma pergunta formulada por Orlandi (2020, p. 57) que questiona como é possível construirmos um dispositivo para análises “[...] acolhendo a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência?”.

Tendo em vista essa pergunta e através da observação do funcionamento da linguagem, considerando os pressupostos teóricos já estudados, somos levados a compreender a importância da elaboração de um dispositivo que tenha como objetivo maior:

Colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2020, p. 57).

E é por esse caminho que se constitui o trabalho do analista que, pela filiação teórica à Análise de Discurso, precisa atravessar “o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito” (ORLANDI, 2020, p. 59). Isso porque também é por meio da Análise de Discurso que o dispositivo analítico “vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia” (ORLANDI, 2020, p. 59). Desse modo, com base na citada autora, o que nos interessa é pôr em movimento, através das análises, possibilidades de relações entre a teoria e o objeto selecionado para que, distantes da vontade de alcançarmos (definirmos) um (único) sentido real ou verdadeiro, seja possível compreender os efeitos do simbólico no/do *corpus* deste estudo.

As discussões dos capítulos anteriores já delimitaram o espaço de observação selecionado para a realização desta pesquisa: o discurso religioso católico. Em vista disso, faz-se necessário trilharmos um caminho de investigação a respeito das características do sujeito que se inscreve na posição de autoria dos discursos que serão analisados no quarto capítulo deste estudo: o Papa Francisco.

Em vista disso, buscaremos, na seção seguinte, observar os processos sócio-históricos que levaram o catolicismo até sua constituição oficial enquanto religião; discorreremos a respeito do modo com que um Papa é escolhido dentro da Igreja Católica, bem como as suas funções e atribuições durante o papado. Logo depois, recorreremos à biografia de Jorge Mário Bergoglio, a fim de contextualizarmos sua trajetória até a tomada de posse da Cátedra de São Pedro, no dia 7 de abril de 2013. Por fim, concluiremos a seção de 3.1 discutindo o funcionamento da posição discursiva do Papa Francisco, considerando sua posição-autor de discursos religiosos.

3.1 Papa Francisco: história, memória e processos de individualização no/pelo discurso

A compreensão a respeito do papel, encargos e atribuições desempenhadas atualmente por um Papa dentro da Igreja Católica exige gestos de retorno à história e demanda consultas bibliográficas dentro das normas e diretrizes que regem o funcionamento dessa Instituição. Desse modo, o retorno à história que faremos para início desta seção, compreende que, de acordo com Lima Júnior (2009), o Cristianismo foi fundado por Jesus Cristo. E a expansão dessa (nova) religião deu-se, então, com base no referido autor, pela difusão dos ideais deixados por Jesus por meio das pregações dos discípulos por todo o território de Jerusalém.

O empenho em anunciar valores sobre amor, fraternidade e crença em Deus, baseados no que disse Jesus Cristo, contribuiu para o aparecimento de pessoas adeptas à tais valores e que se denominavam cristãos. Entretanto, a história nos mostra que os primeiros três séculos do cristianismo foram marcados por violentas perseguições. Silva (2011, p. 31, grifo do autor) demonstra que essas perseguições eram fortemente ocasionadas “pela rejeição a algo inclassificável, anormal. E para justificar as ações persecutórias, os romanos lançavam mão de argumentos tradicionais, como o respeito [...] ao ‘costume dos ancestrais’ e o respeito à unidade religiosa e moral da coletividade”.

É esse cenário de perseguições, torturas e mortes que permeia, durante aproximadamente 300 anos, a relação dos oficiais do Império Romano com o Cristianismo. Visto que, por exemplo, o imperador Diocleciano (244 – 311 d. C.), por

meio do primeiro dos editos²² de perseguição, ordenou “que todas as escrituras e obras cristãs fossem entregues às autoridades imperiais, sob pena de aprisionamento dos que fossem contra a medida” (SILVA, 2011, p. 37).

Assim sendo, somos levados a compreender que durante os três primeiros séculos de existência, “o Cristianismo era considerado uma religião ilícita e suspeita, cujos membros estavam sujeitos ao aprisionamento, à condenação e à pena capital” (SILVA, 2011, p. 31). Apesar disso, é necessário notar que mesmo sob proibição oficial do Império Romano de praticarem cultos ou ritos cristãos, a constante aparição de numerosos neófitos estimulou fortemente a constituição de uma filosofia cristã. Isso porque, com o passar dos anos, por volta do século III, depois de Cristo, já é possível perceber a consistência das bases e dos fundamentos que permitiram a constituição do Cristianismo enquanto religião.

Compreender o modo com que os cristãos resistiram à proibição e perseguição, conduz a hipótese de que “o Cristianismo fincou raízes profundas, e espalhou suas tramas, de tal forma, que nem o grande esforço persecutório de Diocleciano – e de alguns tetrarcas – foi capaz de eliminar as comunidades cristãs” (SILVA, 2011, p. 36). A organização dessas comunidades, então, contribuiu para a estruturação de espaços físicos construídos com vistas à prática de ritos cristãos. E é pertinente mencionar que pelo avançar do tempo cronológico, tal início de estruturação ocorreu principalmente através do “‘Edito de Galério’, que extinguiu os editos persecutórios e inclui o Deus dos cristãos no conjunto das divindades que salvaguardariam o Império Romano” (SILVA, 2011, p. 38 – 39). É importante entender também que esse Edito de Galério “acabou por lançar as bases para as relações que esta religião construiu com o poder imperial, no decorrer do século IV, durante e após o governo de Constantino I.” (SILVA, 2011, p. 39).

Desse modo, “em 313, o Cristianismo de religião ilícita e perseguida tornou-se uma religião lícita e, a partir de Constantino, favorecida pelos imperadores romanos” (SILVA, 2011, p. 39). Em vista disso, a história nos mostra que “a partir do século IV, o Cristianismo solidifica-se e torna-se religião oficial do Império, influenciando, assim, toda a sociedade imperial” (GUIDA NT, 2011, p. 2). E, através da observação do

22 No caso que aqui nos referimos, edito assume um significado jurídico com relação a qualquer preceito legal. E para ilustrar o modo com que os imperadores romanos colocavam em funcionamento os seus decretos por meio dos editos, Silva (2011, p. 38) indica que houve ainda um segundo edito que “ordenava o aprisionamento dos bispos, diáconos e clérigos”. E também um terceiro edito onde “dispunha que apenas após o efetuar um sacrifício o cristão estaria livre da prisão” (Idem, ibidem).

crescimento e expansão da instituição Igreja²³ Católica, é essencial compreender que “a Igreja não conquistou somente adeptos, mas também bens temporais; cresce no número de almas na mesma velocidade com que aumentam suas propriedades” (GUIDA NT, 2011, p. 3).

Do ponto de vista administrativo, nesse princípio de organização e estruturação, a Igreja Católica funcionava por meio de Concílios, que eram grandes reuniões em que a comunidade cristã deliberava líderes (padres, ou bispos) para discutirem questões dogmáticas. De modo que, nesse contexto, já é possível percebermos que essas relações internas e externas apontam para a noção de que:

As igrejas, pequenas ou grandes, são comunidades que levam uma vida própria, sob a direção de bispos soberanos, e não estão isoladas. Fazendo passar todas as suas relações exteriores através do bispo, têm consciência de participar de um corpo único, a Igreja (CROUZET, 1994, p. 57).

Dentro de rígidas relações hierárquicas no interior do funcionamento da Igreja Católica, “o papel de chefe da igreja foi determinado ao Papa através do Concílio Vaticano I, no ano de 1870, concedendo-lhe e definindo sua plenitude de poder para o governo católico” (ANDRADE, 2018, p. 55). Convém destacar também que após a morte de um Papa (ou renúncia, como no caso do Papa Bento XVI. Joseph Aloisius Ratzinger abdicou de sua posição de chefe da Igreja em fevereiro de 2013), acontece uma reunião de autoridades eclesiásticas, *Conclave*, em que “o Papa é eleito pelo chamado Colégio de Cardeais, sendo seu cargo eclesiástico chamado de papado, com sede na Santa Sé (ente político internacional)” (ANDRADE, 2018, p. 55).

Em relação às atribuições de um Papa, é conveniente considerar também que “junto à chefia da religião, já desde 1929, aquele nomeado Papa na Igreja Católica é também alçado ao cargo de Chefe do Estado do Vaticano” (ANDRADE, 2018, p. 55). O Vaticano²⁴, então, constitui-se como uma Cidade-Estado geograficamente situada no

23 Para conceituação, é oportuno mencionar que de acordo com Lenzenweger (2006, p. 17) “a palavra Igreja, derivada do grego *kyriakós* (que pertence ao Senhor), serve para traduzir o termo *ekklesia*, utilizado pela *Septuaginta* para indicar Israel como o povo da Aliança com Javé. Os cristãos retomaram a tradição da Aliança [...] e consideravam-se como Igreja de Deus, a comunidade da salvação escatológica”. Para compreensão etimológica do termo Igreja, o citado autor indica ainda que “a palavra *ekklesia*, tradução do hebraico, *qahal*, foi significativamente conservada, tal qual, quando se passou para a língua latina (*ecclesia*)” (Idem, ibidem). Isso porque, com base no citado autor, “além de indicar a igreja local, *ekklesia* tem significado universal e ganhou até um sentido supra histórico. Tanto antes como depois, porém, mantiveram-se as designações tradicionais para os membros individuais das comunidades” (Idem, ibidem).

24 Em relação ao Vaticano, Andrade (2018, p. 55) aponta que “indistintamente ao tamanho, possui as mesmas diretrizes e reconhecimento que os demais países, sendo signatário das Nações Unidas desde o

interior de Roma, que funciona como a sede da Igreja Católica Apostólica Romana. Como fundação oficial, e “formado oficialmente pelas diretrizes do Tratado de Latrão, o Vaticano é um minúsculo Estado encravado na cidade de Roma/Itália, possuindo 44 hectares e uma população estimada de 1.000 (mil) pessoas” (ANDRADE, 2018, p. 55).

Ao longo dos mais de 2000 anos desde sua fundação, a Igreja Católica teve seu governo administrado por 266 Papas. Na última colocação dessa sucessão cronológica, exercendo a posição de atual Sumo-Pontífice, está Jorge Mário Bergoglio. Argentino, nascido na cidade de Buenos Aires, em 17 de dezembro de 1936, filiado desde sua entrada na vida religiosa à Companhia de Jesus²⁵ e que, para assumir o papado, optou por denominar-se Francisco, nome registrado pela primeira vez na história da Igreja. Na escolha de tal nomenclatura, bem como nas práticas cotidianas, podemos perceber que sua existência procura fundamentar-se nos ensinamentos deixados por São Francisco de Assis, que estimulavam a prática de uma vida simples²⁶, com profunda humildade, desmedido amor ao próximo e total desapego a bens materiais.

Assim como já dito anteriormente, desde o ano de 1929, aquele que assume a posição de Sumo-Pontífice da Igreja Católica acumula as funções de chefe da religião e chefe do Estado do Vaticano. E para compreendermos, sob perspectiva discursiva, o funcionamento do modo com que o Papa Francisco ocupa duas posições sujeito: autoridade religiosa e autoridade política, é indispensável questionarmos a posição de autoria em que esse sujeito se inscreve. Isso porque, inicialmente, é necessário perceber que “o sujeito está de alguma forma, inscrito no texto que produz” (ORLANDI, 2012, p. 102).

Assim sendo, com base na perspectiva discursiva a que nos filiamos, é essencial considerarmos que “o autor (se) produz (n)o texto, dá ao texto seus limites e se reconhece no texto. O sentido da autoria depende do efeito de unidade e coesão do

ano de 1964 como Estado Observador e da Comunidade Europeia, através da Itália (país do qual é um enclave), desde 1957”.

25 A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa católica que foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola e teve o reconhecimento oficial da Igreja Católica no ano de 1540, sob regência do Papa Paulo III. Os jesuítas, padres consagrados pertencentes à Companhia de Jesus, tinham o objetivo de pregar o Evangelho pelo mundo por meio de ações catequéticas. No Brasil colônia, os jesuítas em suas missões, além de divulgarem o catolicismo doutrinando os nativos, utilizavam sua mão de obra na produção e manutenção de suas propriedades.

26 Indicamos aqui dois exemplos para ilustrar algumas das escolhas do Papa Francisco que apontam para uma preferência por uma vida mais simples. Primeiro, selecionamos o que mostra Scamparini (2013) em relação aos primeiros dias após a eleição do Sumo-Pontífice, em que ele recusa usar paramentos especiais, bem como opta por andar de ônibus junto com outros Cardeais, ao invés de utilizar sozinho o carro oficial do Vaticano. E o segundo, selecionamos a reportagem do Estadão (2019) que mostra que o Papa Francisco recusa hospedagem em hotel caro em Moçambique.

texto” (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 103). Ou seja, a reflexão a respeito dessa relação entre autor e texto conduz até a noção de que:

Há nesse processo uma tensão constitutiva: ao mesmo tempo em que um texto precisa ser delimitado por um autor para receber essa denominação, permite ao autor constituir-se como produtor desse texto e assim ser nomeado e/ou nomear-se autor desse texto (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 103).

Para pensarmos essa posição de sujeito como autor, é importante observar também que “o texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa uma autoria a ele” (ORLANDI, 2012, p. 102). Em vista disso, entendemos, então, a autoria como uma função que é desempenhada pelo sujeito da linguagem, “sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições” (ORLANDI, 2012, p. 103). Com isso, de acordo com a citação anterior, observamos que a posição de autoria do Papa Francisco, em sua relação com a Instituição Igreja Católica, constitui-se através de um jogo imaginário de/sobre a autoridade religiosa e de/sobre a fé.

Logo, de acordo com a professora Orlandi (2012), somos levados a entender que, para colocar-se na posição de autor, o sujeito (discursivo) Papa Francisco necessariamente estabelece relações com a memória discursiva. Ou seja, o funcionamento da sua posição sujeito investido de autoridade religiosa fundamenta-se nas/pelas relações com sentidos que estão na base da religião católica e que são constituídos e sustentados pela ideologia e pela história.

Do outro lado, em relação à posição sujeito de autoridade política, um Papa ocupa o posto máximo dentro da hierarquia institucional, possuindo prerrogativas exclusivas e inquestionáveis para legislar. Por exemplo, enquanto legislador, no exercício da sua função política, o Papa goza de direitos supremos dentro da Igreja que o possibilitam sancionar, retificar ou anular as leis contidas no Código de Direito Canônico. Além disso, ao Papa é atribuído direito exclusivo de nomear, transferir ou depor Bispos; fundar novas Dioceses; instituir novos ou reescrever preceitos litúrgicos; e, por meio do regulamento para adoração à Deus, só o Papa tem autoridade para canonizar um santo.

Compreendemos, então, que “o autor é, pois, o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social

em que está inserido” (ORLANDI, 2012, p. 105). E, com base na citação anterior, considerando o estudo discursivo que propomos, é necessário incluir na discussão algumas questões a respeito da mencionada ordem social, que nesse caso, corresponde àquela em que o Papa Francisco está inserido, onde, como dito anteriormente, funciona a sua posição de um sujeito que se inscreve na autoria de discursos religiosos.

É importante indicar que consideramos ordem social, nesse caso, como um conjunto de formações sociais. Mais especificamente, “trata de um conjunto de normas, instituições e costumes reguladoras da vida de indivíduos em relação de ordem jurídica, social e moral” (EBRADI, 2020). Explicitar tal conceito contribui para o direcionamento desse estudo, tendo em vista que a discursividade em torno do Papa Francisco constitui-se através do funcionamento da memória discursiva que, nesse caso, está relacionada ao modo como a forma-sujeito²⁷ é constituída.

Nesse caso, essa forma-sujeito (do discurso) é histórica; é a forma capitalista que resulta do modo com que o indivíduo é interpelado em sujeito pelo Estado. E é justamente por meio dessa interpelação que podemos observar o modo com que as instituições (e os discursos), por meio de seus funcionamentos, (re)produzem sujeitos em que “se imputam ao mesmo tempo, autonomia e responsabilidade” (ORLANDI, 2012, p. 103). Isso dado que a forma-sujeito que aqui nos referimos é constituída “pela ilusão (ideológica) de que o sujeito é a fonte do que diz quando, na verdade, ele retoma sentidos preexistentes e inscritos em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2012, p. 103).

Desse modo, somos levados a compreender que “é da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social” (ORLANDI, 2012, p. 104). Tal controle social que ocorre sob o sujeito em sua posição de autor, produz o que a mencionada autora chama de apagamento²⁸ do sujeito, sendo a instância de autor onde mais haveria esse apagamento do sujeito. Isso porque “é nessa instância – mais determinada pela representação social – que mais se exerce a injunção

27 Essa designação “forma-sujeito” foi proposta por Pêcheux (1975). E nas palavras da professora Orlandi (2012, p. 103) quando Pêcheux pensa o discurso, “fala em forma-sujeito que é sempre historicamente determinada”.

28 De acordo com a professora Orlandi (2012, p. 104) é significativo mencionar que “apagamento” aqui não possui um sentido negativo. Isso por dois motivos: “1 – ele é a própria possibilidade de transmutação do sujeito em suas múltiplas formas e funções; e 2 – ao colocar-se socialmente, o sujeito-autor se percebe subjetivamente”.

a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz” (ORLANDI, 2012, p. 104).

À vista disso, é possível percebermos que a noção a respeito do apagamento do sujeito, no interior do funcionamento da sua posição de sujeito-autor, mostra-se como um aspecto que está na base da possibilidade de o sujeito inscrever-se na posição de autoria, assim como integra também a identidade desse sujeito. Ou seja, esse “apagamento é constitutivo do sujeito. É um modo de existência do sujeito: um procedimento pelo qual ele se constitui. Em resumo: o apagamento faz parte das condições de produção do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 104).

Por pensarmos essa relação entre indivíduo e sujeito, com base na perspectiva da Análise de Discurso que nos filiamos, é indispensável especificar que estamos considerando, como já dito anteriormente, a “interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito histórica. Com esta forma-sujeito constituída, dá-se então o processo de individua(liza)ção do sujeito” (ORLANDI, 2017a, p. 187). Com isso, para iniciarmos a compreensão a respeito do modo com que se dá esse processo de individua(liza)ção do sujeito (nos/pelos discursos), é necessário a retomada da noção de que “a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social” (ORLANDI, 2017a, p. 187).

Por conseguinte, também é necessário considerarmos que “as formas de individua(liza)ção do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono da sua vontade” (ORLANDI, 2017a, p. 187). Logo, é importante observar que o sujeito-autor se marca e se inscreve (ou seja, se individualiza) no discurso que (re)produz, por meio de traços que funcionam como manifestações de um “processo discursivo que deve ser pensado em suas condições sócio-históricas, produzindo efeitos de sentidos próprios a determinadas condições políticas e ideológicas” (ORLANDI, 2017a, p. 196).

É muito importante entendermos que os modos de individua(liza)ção desse sujeito-autor, nesse caso, sujeito da escrita, de acordo com Orlandi (2017a), se dão por meio de formas diferentes em conjunturas históricas que também são diferentes. Em síntese, a compreensão a respeito do que estamos chamando de processos de individua(liza)ção, ocorridos nos/pelos discursos, exige, como vimos, que as reflexões sobre os seus efeitos tenham em vista aspectos sócio-históricos, políticos e ideológicos. Ou seja, considerem as condições de produção.

Uma vez que estudamos alguns traços constitutivos tanto da forma-sujeito (do discurso) como do funcionamento da posição de autoria em que se inscreve o sujeito-autor, nos inclinaremos, a partir da seção seguinte, em direcionar essa pesquisa para a elaboração de um método de análises que nos permita questionar e compreender as produções de efeitos de sentido daquilo que tem sido dito pelo Papa Francisco durante o seu papado.

3.2 Procedimento de formulação do *corpus* para a pesquisa

Filiados ao campo das Ciências da Linguagem, dentro de uma perspectiva de estudos discursivos constituída pelas tradições teóricas e metodológicas propostas por Michel Pêcheux e Eni Orlandi; e considerando a movimentação dos pressupostos teóricos dos capítulos anteriores, buscaremos, por meio desta seção da pesquisa, “estabelecer um diálogo constante entre teoria/método/procedimento analítico e objeto, tal como se espera de uma pesquisa que se inscreve na análise de discurso materialista” (MASSMANN, 2021, p. 347).

Antes, porém, de adentrarmos no detalhamento da nossa construção de um método, é imprescindível marcar que o gesto de aproximação da teoria em direção ao *corpus* selecionado, que desenvolveremos no próximo capítulo, “não se reduz à aplicação automática da teoria, mas sim a uma construção do analista orientado por sua questão de pesquisa, pela delimitação de seu objeto e pelo batimento sempre presente entre a descrição (estrutura) e análise (acontecimento)” (MASSMANN, 2021, p. 347).

Logo, considerando que os “[...] objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstração, mas mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (ORLANDI, 2020, p. 61), optamos, nesse início da elaboração de um método, partir de uma importante distinção entre as noções teóricas sobre texto e discurso. Assim sendo, entendemos que:

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (ORLANDI, 2020, p. 61).

Como já dito anteriormente, pela filiação à Análise de Discurso, trabalharemos

com a noção de que “não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2020, p. 60). Com isso, para que possamos compreender o modo com que nosso objeto em observação, o discurso do Papa Francisco, (re)produz sentidos dentro de uma relação onde o que é dito aponta para dizeres futuros (e também para já ditos), é necessário questionarmos de que maneira ocorrem, no funcionamento desses discursos, as relações entre as formações discursivas em que estão inscritas as formações ideológicas.

Desse modo, é imprescindível observar que a noção teórica a respeito de formação discursiva se refere ao “que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX, 2014a, p. 164). Com isso, na elaboração do método para análise, tal conceito é elementar e auxilia na observação do “processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 2020, p. 41).

Isso posto, é importante sinalizar que a presente pesquisa tem interesse em explorar as performances discursivas do Papa Francisco na prática. Ou seja, visamos realçar o funcionamento dos discursos em suas ocorrências reais para, com base em nosso objetivo geral, investigarmos o funcionamento do processo de significação que se materializa por meio dos discursos do Papa Francisco, considerados (discursivizados) pela mídia como revolucionários. E tendo em vista tal objetivo, guiamos o processo de escrita desse estudo por duas perguntas orientadoras: 1 - Como o discurso religioso da Igreja Católica pode afetar o imaginário social em relação à homossexualidade? 2 - Quais formações discursivas e ideológicas permitem que o Papa Francisco seja discursivizado (atualmente) pela mídia como revolucionário?

Para tentar interpretar o processo discursivo que é posto em funcionamento nos/pelos discursos do Papa Francisco, considerando suas condições de produção, o método de análise deste estudo possui dois objetivos específicos: 1 - Investigar os jogos de imagens existentes nos discursos do Papa Francisco. 2 - Identificar ocorrências de deslizamentos de sentidos comparando o dito pelo Papa Francisco com aquilo que está na base do discurso religioso católico.

Assim sendo, os gestos de análises, refletindo sobre o funcionamento da linguagem na sociedade e na história, se realizarão, em primeiro gesto, a partir da seleção e coleta dos discursos do Papa Francisco, com vistas à construção do *corpus*.

Em vista disso, “a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos” (ORLANDI, 2020, p. 60). E no caso deste estudo, tendo em vista os objetivos e perguntas de pesquisa para a constituição do *corpus*, digitamos; “declarações polêmicas do Papa Francisco” em site de busca²⁹. Em seguida, selecionamos as notícias que abordavam a repercussão de discursos do Santo Padre sobre a homossexualidade. É importante mencionarmos que todo discurso utilizado “é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos” (ORLANDI, 2020, p. 62).

Desse modo, após a constituição do *corpus*, em segundo gesto, estudaremos as características dos lugares (posições) dos sujeitos (discursivos), refletindo a respeito das imagens que são postas em funcionamento pelo Papa Francisco em relação a sua posição e em relação a quem ele se dirige. Em vista de tal objetivo, afim de que seja possível analisarmos essas imagens existentes no funcionamento do discurso do Papa Francisco, faremos aplicações do Esquema de Formações Imaginárias de Pêcheux (2014a) ao *corpus* selecionado.

Para compreender o mencionado Esquema de Formações Imaginárias, é necessário observar que quando o sujeito enuncia, este o faz a partir de posições sociais que ocupa e também se apoia em condições de enunciação que validam e atribuem sentido ao discurso que está sendo enunciado. Esses sentidos, gerados por formações ideológicas que, segundo Pêcheux (2014a, p.163, grifos do autor), são “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras”, mobilizam dimensões sociais que são reveladas nas/pelas Formações Imaginárias.

Logo, o uso do Esquema de Formações Imaginárias de Pêcheux (2014a) permite que esta pesquisa analise ocorrências, em meio aos processos discursivos, em que existem “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2014a, p. 82, grifos do autor). Assim sendo, essa pesquisa intenta trilhar tal caminho de investigação com o objetivo, assim como já dito, de refletir sobre as características do lugar/posição social do sujeito discursivo e como as imagens criadas nos jogos de posições no interior dos processos discursivos viabilizam

29 Utilizamos o site: www.google.com.br

as ocorrências dos discursos. É por isso que Pêcheux (2014a, p. 82) afirma que “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias”. O autor citado as designa da seguinte maneira:

Quadro 1: Esquema de Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A { I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A
B { I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B

Fonte: Pêcheux (2014a, p. 82)

O uso do quadro formulado por Pêcheux com base nesse método de análise, auxiliará na investigação dos jogos de imagens que existem dentro das relações entre os sujeitos envolvidos nos processos comunicativos. No caso do presente estudo, atribuiremos à “Imagem de A” ao sujeito discursivo Papa Francisco e à “Imagem de B” aos fiéis católicos, objetivando, pois, perceber, através dos jogos de imagens, quais imagens são criadas pelo Papa Francisco sobre si mesmo quando enuncia, quais imagens (as possíveis imagens) são criadas pelo sujeito discursivo Papa Francisco a respeito dos fiéis a quem dirige os discursos e por fim, imagens criadas pelo Papa Francisco a respeito do conteúdo dos discursos. As imagens geradas pelo sujeito B não serão levadas em conta na presente investigação.

O caminho que será realizado para análise da imagem de *A* para *A* (como já dito, tal expressão se refere à imagem criada pelo Papa Francisco sobre si mesmo quando enuncia, objetivando responder à questão: “Quem sou eu para lhe falar assim?”) e de *A* para *B* (quando o Papa Francisco se dirige aos fiéis) é recorrer a fragmentos dos discursos enunciados pelo próprio Papa Francisco. Dessa forma, é possível perceber que as análises, tendo por embasamento teórico as noções sobre Formações Imaginárias, viabilizam o estudo a respeito da condição de produção dos discursos, bem como de aspectos constitutivos dos sujeitos. E no caso desta investigação teórica, observa-se que dentro de um desses aspectos está a ideologia pois, para Althusser (1985, p. 85) “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas relações reais de existência”.

No percurso do método que propomos, é essencial notar que a aplicação do Esquema de Formações Imaginárias funciona como um disparador de análises. Após refletirmos sobre as características dos lugares/posições dos sujeitos no funcionamento do discurso, assim como sugerido na segunda etapa de análises, é exequível movermos a observação até o conteúdo de cada discurso analisado. Isso porque, como já dito anteriormente, este estudo intenta também refletir a respeito do assunto/conteúdo que está sendo dito dentro de cada discurso. É desse modo que o objeto imaginário gerado e dito pelo sujeito discursivo em questão se refere às ideias a respeito dos homossexuais.

Com isso, a terceira etapa do método de análise aqui proposto objetiva levantar algumas hipóteses a respeito do conteúdo dos discursos selecionados. Para isso, recorreremos ao que propõe Pêcheux (2014a) sobre o objeto imaginário, nesse caso, o Referente.

Quadro 2: Referente

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A (R)$	“Ponto de vista” de <i>A</i> sobre <i>R</i>	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B (R)$	“Ponto de vista” de <i>B</i> sobre <i>R</i>	“De que ele me fala assim?”

Fonte: Pêcheux (2014a, p. 83).

Com base no procedimento metodológico de análises acima, é possível perceber que para enunciar, o sujeito *A* dispõe de pontos de vista acerca dos conteúdos presentes nos discursos enunciados. Desse modo, esta investigação teórica visa observar o assunto (no caso da presente pesquisa, as produções de efeitos de sentido a respeito dos homossexuais), que está sendo dito a partir das imagens que são criadas por *A* em relação à *R*. As imagens que são criadas pelo sujeito *B* em relação a *R* não serão analisadas no presente trabalho.

4º O DISCURSO RELIGIOSO EM ANÁLISE

A partir deste capítulo, colocaremos os discursos selecionados sob análises. Logo, é fundamental mencionar que, considerando as discussões teóricas anteriores, “metodologicamente, vamos interrogar, questionar e problematizar o processo de significação e o funcionamento dos sentidos e dos discursos na história” (MASSMANN, 2021, p. 347). Para isso, pesquisamos, coletamos e realizamos alguns recortes em discursos do Papa Francisco com vistas a “analisar as condições de produção e o processo discursivo que ali é posto em funcionamento” (MASSMANN, 2021, p. 347).

Como dito anteriormente, foi possível encontrar com facilidade um número significativo de ocorrências (notícias, reportagens, etc.) que mostram que aquilo que foi dito pelo Papa se distancia de, por exemplo, dogmas e doutrinas que há muitos anos são cristalizadas pela Instituição Igreja Católica. Tais ocorrências, em que abordam temas sensíveis para esta instituição religiosa, geram constantes polêmicas e têm atribuído a Francisco posição de revolucionário. Em vista disso, é importante indicar que o procedimento analítico posto em movimento nesta seção da pesquisa tem a seguinte pergunta norteadora: quais formações discursivas e ideológicas permitem que o Papa Francisco seja discursivizado (atualmente) pela mídia como revolucionário?

Propor investigação a respeito do que é dito atualmente por uma autoridade religiosa católica, encontra justificativa na relevância científica desse estudo. Visto que, quando recorremos a um dispositivo teórico composto por noções sobre, dentre outras, condição de produção, formação discursiva, formação ideológica e formação imaginária, para analisar o funcionamento do discurso religioso, é possível compreendermos o modo com que ocorre uma atualização da memória discursiva (ou seja, um movimento de ir e vir dessa memória) produzida, nesse caso, pelo discurso do Santo Padre. Ou seja, observaremos o modo com que é sustentada a discursividade (atualmente) em torno do Papa Francisco.

Considerando que integra os objetivos dessa investigação que propomos analisar o modo com que o Papa Francisco, por meio de seus discursos, protagoniza episódios que colocam em funcionamento efeitos de sentidos tidos como revolucionários, utilizamos como *corpus*, especificamente, os discursos em que o Papa aborda questões sobre a homossexualidade. Então, trazemos abaixo o *print* da notícia de onde retiramos o primeiro discurso que analisaremos, com vistas a iniciarmos dando ênfase ao título da

reportagem.

Figura 1 – Título da notícia sobre o “fazer história” de Francisco



Fonte: <https://www.hopeness.com.br/2018/05/deus-te-ama-assim-papa-francisco-faz-historia-com-fala-sobre-homossexualidade/> Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

Através da teorização a respeito das condições de produção do discurso religioso, percebemos que o funcionamento da Igreja de Roma se inclina por conter a polissemia há mais de dois mil anos, visto que, por exemplo, os conceitos de céu e inferno, virtude e pecado, etc., permanecem cristalizados desde sua fundação. Entretanto, o uso da expressão “faz história” no *print* acima, chama a atenção para um acontecimento com proporção tamanha, que pode ter provocado (ou indicado o começo de) uma aparente modificação nos dogmas e nas doutrinas católicas. Isso porque, para que um discurso marque (faça) a história, na proporção realçada pelo título da notícia, é necessário que nele existam sentidos nunca antes produzidos.

Vimos que os ensinamentos deixados por Jesus Cristo em relação ao amor de Deus pela humanidade foram os principais valores propagados pelos discípulos para a conquista de novos adeptos ao catolicismo; do mesmo modo que, também vimos, a Companhia de Jesus se esforça por disseminar a profundidade do amor de Deus desde sua fundação em 1534. Logo, percebemos que não é inédito que através do discurso religioso, algum representante da Igreja diga que, como está no título da notícia, “Deus te ama”. O acontecimento (o fazer história) constitui-se, então, através das imagens (as

possíveis imagens) que são geradas pelos sujeitos que estão envolvidos nesse processo discursivo.

É possível notar que o efeito de sentido em relação a algo inédito (revolucionário) está sendo indicado pelas aspas e pela posição da declaração (logo no início). Uma vez que esse acontecimento (discursivo³⁰) estaria na direção para onde o Papa Francisco aponta o seu discurso: um homem gay. Essa escolha linguística conduz a hipótese de que o discurso do Papa que está fazendo história é aquele que coloca o gay (a quem o Papa se dirige) como alguém que é amado por Deus. E é aí que parece haver um deslocamento e uma ruptura em relação ao que está na base do discurso religioso católico, pois o sentido de revolucionário parece estar no fato de que o Papa rompeu com a discursividade sustentada pela Igreja Católica de marginalizar os homossexuais.

Antes de compreendermos como ocorre a mencionada ruptura (gerada pela declaração do Papa), é essencial observarmos o modo com que a Igreja Católica, pela sustentação de uma discursividade, parece deslegitimar a homossexualidade. Mais adiante (a partir da página 70) incluiremos nos gestos analíticos recortes de documentos de carácter dogmático (o Catecismo) que regem as práticas dessa instituição religiosa e que funcionam como aquilo que denominamos de base do discurso religioso católico (a memória). Por hora, analisaremos, brevemente, dois recortes da Bíblia que é considerada, pelos católicos, o maior livro Sagrado.

A justificativa de recorrer à Bíblia encontra-se, como dito, no interesse em observar de que maneira uma discursividade (aparentemente) estável pode sofrer processos de rompimento. Desse modo, é importante lembrar que esse livro, tido como sagrado, possui publicação com milhares de anos e não consta na história momentos em que tal livro foi oficialmente (pela Igreja) submetido a reedições com ajustes ou modificações no texto. Ou seja, existe um gesto de cristalização que engessa a discursividade e que produz um efeito de estabilidade que parece construir um sentido (no imaginário social, como veremos mais adiante) de que versículos bíblicos como: “não te deitarás com um homem como se faz com mulher: é uma abominação” (BÍBLIA, 1994, p. 135) são verdades universais.

Entretanto, essa “verdade universal” que, como vimos, corresponde a um efeito da memória de arquivo que, sendo institucional, visa impedir que o sentido seja

30 É importante sinalizar que “acontecimento discursivo” nomeia uma noção teórica proposta por Pêcheux (2015b) que utilizaremos, mais adiante, para compreender o modo com que um enunciado, por exemplo, “Deus te ama assim” pode instituir fissuras (rupturas) em uma determinada discursividade.

esquecido e alimenta a ilusão de literalidade (ORLANDI, 2013c), está sendo contrariada pela afirmação “Deus te ama assim”. Isso porque, quando Francisco declara que Deus ama um homossexual, parece estar divergindo (rompendo) com a discursividade reproduzida pela Sagrada Escritura dos católicos, que julga a prática homossexual como “uma abominação”.

Ou seja, quando o Papa afirma que “Deus te ama assim [homossexual]” parece desconstruir (atualizar) não só uma narrativa (um já-dito) católico, mas também um pressuposto cristão. E para que seja possível o entendimento a respeito das imagens que são geradas pelos sujeitos (nesse caso o Papa Francisco e o interlocutor a quem ele se dirige), inicialmente, é necessário compreendermos o funcionamento do imaginário social que coloca o Papa Francisco na posição daquele que se esforça(ria) para continuar cristalizando os sentidos sustentados pela Igreja Católica. Isso porque, o título da maneira com que foi elaborado, afeta aquilo que está no imaginário social: na posição de máxima autoridade, o Papa seria, então, aquele que mais defenderia os conceitos da Igreja, garantindo a permanência (estável) dos seus efeitos de sentido.

É necessário percebermos que esse efeito discursivo de tentativa de cristalização dos sentidos se constitui por meio do funcionamento de arquivos que são elaborados e publicados especificamente para esta finalidade: reforçar, proteger e garantir que a base do discurso religioso católico (a memória) se mantenha estável. E considerando a Bíblia como um discurso documental (arquivo), nota-se que esse discurso, gerado pela memória institucionalizada, parece funcionar para a manutenção (permanência) dos sentidos produzidos pelos já-ditos católicos na/pela Igreja para a sociedade.

Dando continuidade às análises, é importante relembrarmos de Orlandi (2020) quando aponta que a noção teórica a respeito das condições de produção dos discursos envolve os sujeitos, as situações e também a memória discursiva. Portanto, é imprescindível observarmos que em abril de 2018, no Vaticano, o Papa Francisco convidou para uma conversa particular Juan Carlos Cruz e mais três vítimas de abusos do famoso padre chileno Fernando Karadima³¹. Isso porque, nessa época no Chile estava em plena explosão um dos mais devastadores episódios para a Igreja Católica: a divulgação de numerosas notícias que denunciavam casos de abuso sexual e pedofilia de mais de 30 bispos e padres chilenos.

31 Sugerimos a leitura da notícia: “Papa diz a homem gay que ‘Deus o fez e o ama assim’”, disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/papa-diz-a-homem-gay-que-deus-o-fez-e-o-ama-assim/>. Acesso dia 1 de março de 2022.

“Deus te ama assim”, frase que introduz o título da notícia que destacamos, teria sido dita pelo Papa Francisco após ouvir de Juan Carlos Cruz declarações sobre sua sexualidade. Na ocasião, o Santo Padre escutou mais vítimas dos padres chilenos e pôs em elaboração, junto ao Vaticano, um relatório oficial com mais de duas mil páginas detalhando as graves acusações de abuso sexual e pedofilia que foram cometidos pelos mais de 30 bispos e padres chilenos. Esse documento, produzido por especialistas em crimes sexuais do Vaticano que foram ao Chile para investigar e entender o problema, não foi divulgado em sua totalidade, mas o Papa revelou suas principais conclusões sobre tal investigação e as entregou a todos os bispos mencionados que foram convocados para uma conferência emergencial³², em Roma.

Após essa reunião emergencial com o Sumo-Pontífice, cerca de 34 bispos chilenos pediram renúncia de seus cargos. É importante sinalizar que o aceite ou recusa de tais pedidos têm sido feitos após vagarosos processos com minuciosas análises. Por exemplo, em 11 de junho de 2018, o Vaticano divulgou que o Papa Francisco aceitara a renúncia de três bispos; no dia 21 de setembro, por comunicado oficial da Santa Sé, mais dois bispos chilenos haviam sido demitidos; os processos permanecem em andamento³³ desde então.

Após essa breve exploração a respeito da circunstância em que o discurso que selecionamos foi produzido, apresentamos abaixo o recorte:

Figura 2 – Resposta completa de Francisco à Juan Carlos

“Juan Carlos, que você é gay não importa. Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo. O Papa te ama assim. Você precisa estar feliz com quem você é”, disse Francisco para um fiel chileno acusado por bispos católicos de pervertido e que estaria mentido sobre ter sofrido abuso sexual.

Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2018/05/deus-te-ama-assim-papa-francisco-faz-historia-com-fala-sobre-homossexualidade/> Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

Seguiremos com a discussão retomando que no Esquema de Formações Imaginárias (PÊCHEUX, 2014a), existe um jogo de imagem que é posto em movimento pela expressão do lugar de A para o sujeito colocado em A. Como já dito anteriormente, atribuiremos à imagem de A ao sujeito discursivo Papa Francisco. E, ao observar “que

32 Sugerimos a leitura da notícia: “Papa Francisco convoca bispos chilenos para ir a Roma falar de abusos”, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/papa-francisco-convoca-bispos-chilenos-para-ir-roma-falar-de-abusos-22677307>. Acesso dia 7 de março de 2022.

33 Consideramos importante sinalizar para o leitor que nosso acompanhamento de tal andamento concluiu-se em agosto de 2022, data da entrega da versão final do presente texto.

você é gay não importa”, é possível notarmos que existe aí uma tentativa de enunciar a partir da posição de um sujeito condescendente e compreensivo que além de não julgar, minimiza pondo em silenciamento, “não importa”, aquilo que está no imaginário social como algo que, aos olhos da Igreja Católica, é errado e condenável (uma vez que, de acordo com a Bíblia católica, o pecado condena o pecador à) ao inferno.

“Que você é gay não importa” parece pôr em movimento a imagem (A para A) de um sujeito que ao mesmo tempo em que fala da posição de máxima autoridade de uma instituição religiosa conservadora, busca reduzir as tensões que existem entre a Igreja e os adeptos às concepções mais progressistas e contemporâneas. Isso porque, como dissemos na seção de introdução, a cada dia que passa, cresce a urgência da Igreja Católica de posicionar-se frente às novas questões trazidas pela atualidade. Desse modo, é possível levantarmos a hipótese de que a imagem (de A para A) criada por “que você é gay não importa”, é a de um sujeito que parece produzir discursos tentando equilibrar interesses: de um lado a memória institucional da Igreja (tradicional), do outro os processos de significação que são produzidos na/pela sociedade atual e que atualizam essa memória institucional.

Nesse caso, o tradicional seria, então, o silenciamento de questões delicadas para a Igreja, como é o caso do tema homossexualidade. Por exemplo, ao observarmos o papado de Bento XVI (anterior a Francisco e atual Papa Emérito da Igreja de Roma), é possível notar que as poucas vezes em que o então Sumo-Pontífice abordou tal tema, buscou sustentar e reforçar o sentido negativo³⁴ que há muito tempo tem sido imposto pela religião católica. Com isso, a imagem posta em movimento por “que você é gay não importa”, considerando a condição de produção em que foi proferido, parece, além de quebrar um silêncio que historicamente encobre questões a respeito da homossexualidade, realçar a inclinação desse sujeito de (tentar) atenuar hoje o que antes era tido como grave.

Podemos, então, levantar a hipótese de que a formação discursiva “que você é gay não importa” causou grande repercussão sendo noticiada como um discurso que “fez história” porque constitui o que designaremos como acontecimento discursivo. Dessa maneira, é imprescindível compreendermos que, para Pêcheux (2015b), ocorre um acontecimento discursivo quando uma rede de memórias (cristalizadas) entra em

34 Com fins de ilustração e exemplificação, sugerimos a leitura da notícia “Bento XVI: a homossexualidade é injusta e se opõe à vontade de Deus”, disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/11/bento-xvi-a-homossexualidade-e-injusta-e-se-opoe-a-vontade-de-deus.html>. Acesso dia 10 de março de 2022.

contato com novos sentidos (ou sentidos atualizados). Ou seja, há possibilidade de interpretarmos que “que você é gay não importa” parece, por meio do discurso do Papa, apontar o início de uma ressignificação em torno da questão da homossexualidade.

Desse modo, compreendemos e utilizamos nesta pesquisa, a noção teórica a respeito de acontecimento discursivo, com base em Pêcheux (2015b), como o efeito do contato entre as redes de memórias e sentidos atualizados. Entretanto, por considerarmos que tal noção exige aqui maior aprofundamento, recorreremos ao que propõe Orlandi (1993) e Pereira (2017) a fim de que seja possível demonstrarmos o modo com que o acontecimento discursivo (pode) produz(ir) a ruptura de uma discursividade, por meio de processos que levam até ressignificações (atualizações) de sentidos (já-ditos) aparentemente estáveis.

Adentraremos nessa reflexão a partir da noção de discurso fundador. Inicialmente, observaremos que esse discurso fundador, enquanto característica:

Cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir do novo que se arraiga, no entanto, na memória permanente (sem limite) (ORLANDI, 1993, p. 13-14).

De acordo com a referida autora, podemos compreender o discurso fundador como aquele que é constituído pela memória discursiva que está na base da produção de diversos sentidos (que se arraigam na/pela memória) e originam, assim como o discurso religioso, pela estabilidade dos sentidos que provoca, diversas práticas sociais e culturais. No caso dos discursos religiosos, temos notado que os processos de significação se valem de sentidos historicamente determinados para reproduzirem (e sustentarem) na sociedade uma determinada discursividade.

Somos levados a compreender que o acontecimento discursivo se constitui, portanto, quando ocorre uma desestabilização dessa (ilusão de) estabilidade dos já-ditos, criando “fissuras” por onde surgem novas significações que vão apontar para “outras filiações de sentido, fazendo irromper na memória do dizer a sua própria memória de sentidos” (PEREIRA, 2017, p. 126). E é importante observar esse “irromper na memória do dizer” considerando que o acontecimento discursivo está diretamente ligado ao discurso fundador, uma vez que o processo de instalação do discurso fundador “irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significante – apoiando-se em ‘retalhos’ dele para instalar

o novo. (ORLANDI, 1993, p. 13, grifo da autora).

Desse modo, observamos que “que você é gay não importa” parece criar um movimento, provocado pelo acontecimento discursivo, que desestabiliza e rompe o já-dito (a memória cristalizada) e estabiliza os novos sentidos possíveis. Ou seja, retomando Pêcheux (2015b), compreendemos que essa declaração promove um contato (batimento) entre os arquivos constituídos pelo discurso documental da Igreja Católica e os processos de ressignificações que deslizam o discurso fundador e “fazem funcionar uma outra memória a partir do novo” (ORLANDI, 1993) que, nesse caso, gira em torno da questão da homossexualidade.

Ainda considerando esse (des)encontro entre a memória (o estável) e a atualização (o novo), é importante também observarmos que tal ressignificação, de acordo com Pêcheux (2015b, p. 56) produz a “possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes [de sentidos cristalizados] e trajetos [histórico-sociais]”. Desse modo, quando investigamos os efeitos de sentido que estão sendo (re)produzidos através da formação discursiva “que você é gay não importa”, somos levados a reconhecer que o “acontecimento discursivo inaugura o funcionamento de novas discursividades, produzindo outros sentidos que derivam desse encontro da memória com a atualidade” (MASSMANN e VOSS, 2021, p. 22).

Por tratar a discursividade nesse modo com que a reconhecemos e por levar em consideração o movimento de ir e vir da memória discursiva (entre o já dito e o por se dizer), é importante salientar que Pêcheux (2015b) propõe sua questão teórica em relação ao acontecimento discursivo, através do “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável [...] e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2015b, p. 28). Assim sendo, com base no citado autor, ao observar a formação discursiva “que você é gay não importa”, podemos compreender que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento em seu espaço” (PÊCHEUX, 2015b, p. 56).

É necessário observarmos, neste ponto, que os recortes do discurso do Papa Francisco que estamos aqui discutindo, integram um complexo processo discursivo que “está ancorado na história e é atravessado pela ideologia, pelas relações de força e de poder” (MASSMANN e VOSS, 2021, p. 22). Em vista disso, quando voltamos os olhares para o fragmento “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, é

fundamental entendermos que existe aí um “processo sócio-histórico em que os discursos são produzidos, há um funcionamento da temporalidade que lhe é constitutivo: um antes (a memória), uma atualidade (o que emerge) e um depois (seu desdobramento)” (MASSMANN e VOSS, 2021, p. 22).

Tendo em vista a citação anterior, é muito importante para essa pesquisa avaliar, por meio do estudo do/sobre o discurso, o modo como a temporalidade faz emergir (ou atualiza) sentidos, constituindo o que estamos chamando de acontecimento discursivo. Portanto, a seguir, dividiremos a reflexão do recorte “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo” em três etapas, tendo como base o que propõe Massmann e Voss (2021) na citação anterior. Na primeira etapa, focaremos no funcionamento do “antes”, da memória (discursiva).

Assim como já dito, promover gestos de análises sobre o que é dito por um Papa da Igreja Católica, implica em considerarmos o modo com que o interdiscurso molda e regula a elaboração de dizeres futuros. E para compreendermos como e por quê “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, parece constituir um acontecimento discursivo, buscaremos observar o que está na base do discurso religioso católico (a memória), utilizando como exemplo alguns recortes do Catecismo³⁵ da Igreja Católica que se referem à questão da homossexualidade. Então, no Artigo 6, capítulo 2, sob o título “Castidade e Homossexualidade”, têm-se que:

2357 - A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atracção sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. [...] Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves a Tradição sempre declarou que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. São contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afetiva sexual, não podem, em caso algum, serem aprovados (VATICAN, 1992).

No fragmento acima, é visível que o efeito da memória busca garantir a estabilidade (a tradição) dos sentidos que são (re)produzidos dentro da Igreja Católica (a partir da memória institucionalizada). Ou seja, há um funcionamento do discurso documental (memória de arquivo) que tende, estabilizando um sentido, “a Tradição sempre declarou”, a impedir as possibilidades de abertura para outros sentidos, reduzindo (as possíveis) fissuras nas interpretações e dirimindo assim o movimento de

35 Os recortes do Catecismo acima descritos, foram retirados do site oficial do Vaticano. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html. Acesso dia 11 de março de 2022.

novos processos de significação, nesse caso, a respeito da homossexualidade.

Ao passo que, “contrários à lei natural” e “não podem, em caso algum, serem aprovados” constituem o efeito do discurso documental, da memória institucionalizada que, como dissemos, origina a ilusão de estabilidade de um sentido (tomado como único e verdadeiro). Ao mesmo tempo em que parecem afetar o imaginário social de tal modo que, mesmo esse documento (Catecismo) tendo sua primeira publicação datada³⁶ de mais de quinhentos anos, permanece constituindo e justificando práticas de exclusão e marginalização, tão presentes na sociedade contemporânea.

Nessas circunstâncias, os dogmas e doutrinas (estamos utilizando como exemplo o Catecismo) que estão, como dissemos, na base do discurso religioso católico, funcionando como a memória de arquivo que tende a cristalizar os sentidos, parecem gerar imagens que projetam no imaginário social sentidos que desprezam e repudiam os homossexuais. Visto que o uso dos termos “depravações graves” em relação às práticas homossexuais, expressos no interior de um documento normativo-dogmático, parecem contribuir para a imagem de uma instituição que se coloca na posição de origem fundante da verdade, impondo para a sociedade aquilo que é tido como certo (que eleva ao céu) e errado (que condena ao inferno).

Uma vez que estamos refletindo, com base em Massmann e Voss (2021), a respeito dos processos sócio-históricos em que os discursos são produzidos (no nosso caso, o discurso religioso católico), a começar pela memória (o antes), apresentamos outro recorte do Catecismo da Igreja Católica, a fim de ilustramos mais uma vez o modo com que a memória discursiva funciona (re)produzindo efeitos de sentidos a respeito da homossexualidade. No artigo 6, capítulo 2, com título “Castidade e Homossexualidade”, têm-se que:

2358 - Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas. Esta propensão, objetivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. [...] Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição (VATICAN, 1992).

36 De acordo com o site Dom Total (2020), “foi o Concílio de Trento (1545-1563) a aprovar a primeira edição do Catecismo da Igreja Católica, chamado *Catechismus ad parochos* - do latim, Catecismo aos párocos -, que como o próprio nome diz, serviria de subsídio para que os padres pudessem instruir os fiéis e assim ‘desviá-los das heresias’. O texto foi publicado 3 anos após a conclusão do concílio, em 1566”. Para maiores informações, sugerimos a leitura da notícia “Catecismo da Igreja Católica: para quê foi feito?”, disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1464178/2020/08/catecismo-da-igreja-catolica-para-quefoifeito/#:~:text=Em%20%C3%A2mbito%20cat%C3%B3lico%2C%20foi%20o,desvi%C3%A1%2Dlos%20das%20heresias%22>. Acesso dia 15 de julho de 2022.

É importante reiterar que o documento Catecismo é de carácter normativo-dogmático. Ou seja, sua função primeira é impossibilitar a sustentação de novos ou diferentes sentidos. Com isso, o uso do termo “tendências” tende a determinar que a homossexualidade se refere à uma propensão que leva a um comportamento e parece, desse modo, gerar no imaginário social o sentido de que é algo passivo de escolha e de adesão. Além disso, “objetivamente desordenada” parece tentar eximir do homossexual condições e capacidade de civilizar-se ao modo dos não-desordenados. É por isso que, no último fragmento do Catecismo que trouxemos, existe a deliberação de que: “**2359** - As pessoas homossexuais são chamadas à castidade” (VATICAN, 1992).

Nessas circunstâncias, observamos que o discurso da Igreja Católica afeta o imaginário social com escolhas linguísticas como “depravações graves”, “contrárias à lei natural” e “não podem, em caso algum, serem aprovadas”, para descrever as práticas homossexuais. E além disso, convocar “as pessoas homossexuais” à “castidade” parece contribuir com a imagem de que, sendo um mal absoluto, as escolhas mais adequadas, que agradam a Deus, que se alinham com a doutrina, estão na abstenção e no silenciamento. Uma vez que habita no imaginário social que “castidade” se refere à penitência e abnegação.

No caminho de estudo que estamos propondo nessa seção da pesquisa, com base em Massmann e Voss (2021), buscaremos, a partir deste ponto, discutir os processos sócio-históricos em que os discursos são produzidos, agora na segunda etapa de reflexões, com ênfase na atualidade (no que emerge). Com isso, retomaremos a formação discursiva dita pelo Papa Francisco: “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, para tentarmos compreender o modo com que se sustenta a discursividade de revolucionário por meio desse discurso. Isso porque, afirmar que “Deus te fez assim [homossexual]”, vai de encontro ao sentido, como vimos, posto em funcionamento pelas imagens que são geradas pelo Catecismo em relação à homossexualidade.

Observamos que a memória de arquivo trabalha para a estabilização dos sentidos do (produzidos pelo) discurso fundador. Logo, consideramos, com base em Pêcheux (2015b), que tal declaração do Papa Francisco constitui um acontecimento discursivo porque, como já dito, rompe (no momento da fala) com a discursividade que é, na/pela Igreja Católica, reproduzida pelo discurso fundador e sustentada pelo efeito da memória de arquivo. Compreendemos também que essa repercussão da mídia (como um discurso que “fez história”) indica que essa fala de Francisco possui grande importância,

notoriedade e o seu impacto parece possuir condições para não mais ser esquecido.

É por esse motivo que somos levados a compreender que o acontecimento discursivo “produz movimentos de desconstrução na discursividade e de desestabilização dos sentidos” (MASSMANN, 2021, p. 353). Ou seja, quando o Bispo de Roma direciona a um homossexual que “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, desliza para longe das imagens que são geradas pelo Catecismo, de tal modo que rompe com a (estável e cristalizada) discursividade sustentada pela Igreja.

Em vista disso, podemos retomar aqui o que estudamos (na página 42) em relação à polissemia. Isso porque, de acordo com a professora Orlandi (2020), percebemos que assim como o discurso autoritário, o discurso religioso, em seu funcionamento, se caracteriza pela inclinação por conter (estancar) a polissemia. Entretanto, somos levados a compreender que no discurso que instala aquilo que estamos chamando de acontecimento discursivo, parece haver um movimento (deslizamento) da tendência a monossemia até a polissemia. E é justamente a existência da polissemia³⁷ que provoca, como vimos, a ruptura, ou seja, a possibilidade de novos processos de significação.

Assim sendo, na terceira etapa das reflexões que propomos, compreender como se dá, nas palavras de Massmann e Voss (2021), o “depois” (o desdobramento) provocado pelo que foi dito (por Francisco), implica perceber que “os deslizamentos e os efeitos de sentidos que decorrem desse acontecimento discursivo já podem ser observados em nossa sociedade” (MASSMANN e VOSS, 2021, p. 22). Isso porque, esse desdobramento parece ter seus reflexos reproduzidos nas/pelas numerosas ocorrências que noticiam as declarações do Papa como revolucionárias, assim como nos mostra o *print* da reportagem que trouxemos no início dessa seção (na página 65).

O desdobramento ocasionado por “Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo”, estaria, portanto, no modo com que tem sido sustentada (pela mídia) a discursividade em torno de Francisco. Pois, o uso de títulos como “faz história”, em relação a um discurso (com autoria) do Papa, parece contribuir com a sustentação do sentido e a repercussão da imagem de revolucionário que estamos nos referindo.

Entretanto, existe aqui um cuidado necessário ao olhar analítico que precisa ser

³⁷ É importante detalhar que o “efeito” dessa polissemia no funcionamento do discurso se refere, com base em Orlandi (2020), à possibilidade de o discurso filiar-se a formações discursivas outras. No caso que aqui estudamos, essas “outras” são aquelas formações discursivas não dominantes (distantes do discurso fundador) que atravessam os sentidos (supostamente) estabilizados pelo discurso documental (católico).

incluído na discussão. É certo que “Deus te fez assim [homossexual] e te ama assim, e eu não me importo” promove, como já visto exaustivamente, ruptura de uma determinada discursividade católica. Porém, os sentidos produzidos neste recorte não provocam necessariamente a instalação de uma nova discursividade; não geram materialidade discursiva suficiente para estabilizar uma (outra) memória institucional que, nesse caso, aceite o homossexual. Ou seja, tal declaração não fez com que o Vaticano iniciasse uma reedição (ressignificação) da Bíblia ou do Catecismo (discurso documental), por exemplo.

Desse modo, é necessário atentarmos para a compreensão de que para que haja o acontecimento discursivo, conforme Orlandi (1993), é imprescindível que, por meio das brechas (fissuras) importantes nessas redes de memórias (institucionais) católicas, outros (novos) textos (documentos) sejam (re)formulados para iniciarem a estabilização desses outros sentidos, produzindo assim uma memória de arquivo que seja suficiente para romper, de modo significativo, com o discurso fundador. O que vimos acontecer, então, por meio da resposta do Papa que estamos analisando, se restringe a um acontecimento no campo enunciativo, dado que a resposta foi (apenas) dita e não lavrada e/ou publicada em algum documento católico oficial.

A contribuição de Orlandi (1993) nos leva a observar que essa não-repercussão oficial do Vaticano indica que a resposta de Francisco parece ter deslizado para longe da (ilusão de) estabilidade produzida pelo efeito de arquivo. Ou seja, houve aí o batimento³⁸ entre a memória institucional e aquilo que emerge na/pela contemporaneidade. No entanto, esse confronto, como vimos, não gerou potência suficiente para promover, oficialmente, uma atualização³⁹ do discurso documental da Igreja Católica que tivesse o objetivo de sustentar essa nova discursividade. É por isso que, de acordo com Orlandi (1993), se não houve a atualização dos documentos, não se instalou o acontecimento discursivo.

38 A leitura da obra “Discurso: estrutura ou acontecimento” de Pêcheux (2015b) nos permitiu compreender que para o citado autor, instala-se o acontecimento discursivo quando uma rede de memórias (cristalizadas) entra em contato com novos sentidos (ou sentidos atualizados). Ou seja, recuperando o espaço de observação adotado por essa pesquisa, o efeito que é produzido pelo confronto (batimento) entre as respostas de Francisco (em relação aos escândalos no Chile e dentro do avião) e aquilo que consta na Bíblia e no Catecismo, é suficiente para observarmos o funcionamento dessa noção teórica na prática. Em outras palavras, se optássemos por fundar nossas investigações exclusivamente no que propõe Pêcheux (2015b), poderíamos levantar a hipótese de que através das respostas de Francisco houve (plenamente) o acontecimento discursivo.

39 Essa “atualização” está sendo utilizada aqui como efeito da desestabilização do discurso fundador (católico). Ou seja, para Orlandi (1993) a instituição do acontecimento discursivo tem como condição a instalação de outras (novas) redes de filiações nos/pelos processos discursivos que produzirão (estabilizando) essa outra memória.

4.1 O discurso sobre a “abertura inédita da Igreja”

A partir deste ponto, é importante lembrarmos que nosso objetivo geral consiste em investigar o funcionamento do processo de significação que se materializa por meio dos discursos do Papa Francisco, considerados pela mídia como revolucionários. Em vista disso, abaixo recortamos outro *print* do título de outra notícia que repercute, atribuindo sentidos de revolucionário, algo que foi dito pelo Papa durante o seu papado.

Figura 3 – Sobre a abertura inédita da Igreja aos gays



Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/papa-sinaliza-abertura-inedita-da-igreja-aos-gays.html>
Acesso em 4 de abril de 2022.

Por meio dos gestos de análises que temos movimentado neste capítulo da pesquisa, foi possível perceber que as escolhas linguísticas que compõe os enunciados que são publicados pela mídia (por exemplo, as manchetes jornalísticas), podem afetar alguns sentidos que estão presentes no imaginário social. Em vista disso, para iniciarmos as discussões a respeito do título “Papa sinaliza abertura inédita da Igreja aos gays”, é indispensável compreendermos a condição de produção do discurso materializado nesta notícia.

Entre os dias 23 e 28 de julho de 2013 aconteceu nas praias cariocas a Jornada

Mundial da Juventude⁴⁰, JMJ. Com grandes proporções e considerado o maior evento católico da história do Rio de Janeiro - Brasil, contou com a presença do Papa Francisco, diversas autoridades políticas e religiosas e reuniu cerca de 3 milhões de pessoas do mundo inteiro. Ao final desse evento, durante o voo de retorno do Santo Padre ao Vaticano, houve um incomum⁴¹ episódio em que Francisco, de pé por mais de uma hora, voluntariamente, atendeu aos jornalistas que conseguiram embarcar nesse mesmo voo e, com simplicidade e objetividade, tentou responder aos inúmeros questionamentos que foram feitos.

Uma das perguntas direcionadas ao Papa o interrogava sobre a possível existência de um “*lobby gay*” no interior do Vaticano. Mais adiante, buscaremos analisar em detalhes a resposta que foi dada; por hora, daremos ênfase ao título descrito no *print* que trouxemos na página anterior. Desse modo, inicialmente, somos levados a perceber que “Papa sinaliza abertura inédita da Igreja aos gays”, parece contribuir com a imagem de Francisco como um sujeito que sutilmente tenta, “sinaliza”, se colocar na posição de autor de feitos inovadores, “abertura inédita”, dentro da Igreja.

Esse título parece atribuir sentido de revolucionário ao Bispo de Roma, uma vez que a discursividade posta em funcionamento aponta para algo distante do que está no imaginário social, que é influenciado pelo discurso (documental) da Igreja. Como vimos anteriormente, a base do discurso religioso católico parece (até hoje) constituir sentidos de discriminação e segregação dos homossexuais na sociedade. E é aí que existe uma possibilidade de interpretarmos que “Papa sinaliza abertura inédita da Igreja aos gays”, parece indicar que, no discurso do Papa, houve um deslizamento (rompimento) de um sentido que antes permanecia estabilizado.

Isso porque, anteriormente, foi possível notar que a observação de alguns recortes do Catecismo (discurso documental), nos levaram a compreender que esse sentido cristalizado (estável) parece (re)produzir na sociedade um efeito de sentido de intolerância em relação aos homossexuais. Com isso, o rompimento dessa discursividade, por meio do deslizamento que ocorre na/pela resposta do Papa, estaria

40 Sugerimos a leitura da descrição completa desse evento, no site oficial do Vaticano. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2013/outside/documents/papa-francesco-gmg-rio-de-janeiro-2013.html>. Acesso dia 5 de abril de 2022.

41 A forma com que o Papa Francisco permitiu as entrevistas durante o voo foi considerada inédita tendo em vista que, por exemplo, o Sumo-Pontífice anterior, Bento XVI, possuía o costume de pedir que, antes das entrevistas, as perguntas fossem enviadas para seus assessores com antecedência. No caso de João Paulo II, anterior a Bento XVI, antes das entrevistas havia escolha dos jornalistas que poderiam fazer perguntas. Para outras informações sobre tais hábitos, sugerimos a leitura da notícia disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/quem-sou-eu-para-julgar-gays-diz-o-papa-em-coletiva-rara.html>. Acesso dia 5 de abril de 2022.

na “abertura inédita da Igreja aos gays”; que pode desestabilizar o discurso fundador e abrir fissuras por onde surgirão outros sentidos possíveis sobre o que é aceito pela Igreja quando o assunto é, nesse caso, o livre exercício da sexualidade.

Logo, a elaboração do título “abertura inédita da Igreja aos gays” parece esboçar que essa repercussão da mídia está reproduzindo um efeito de sentido que só é possível porque, como vimos, o discurso documental da Igreja (que é muito anterior ao governo de Francisco) está sendo provocado (desestabilizado) pela resposta do Papa que indica a “abertura inédita da Igreja aos gays”. Ou seja, a escolha das palavras que materializam o título da notícia, além de produzir um efeito de sentido de um Papa revolucionário, aponta para a existência do que temos considerado, com base em Pêcheux (2015b), como acontecimento discursivo.

Portanto, o efeito de sentido que é posto em funcionamento por “Papa sinaliza abertura inédita da Igreja aos gays” parece constituir-se pelo protagonismo e posicionamento de Francisco, visto que é o “Papa” quem “sinaliza” e pela atitude sem precedentes na história: a “abertura inédita da Igreja aos gays”. Assim sendo, copiamos abaixo o *print* da resposta dada pelo Santo Padre durante o voo de retorno ao Vaticano, que foi repercutida pela mídia como revolucionária.

Figura 4 – Sobre a resposta inédita de Francisco dentro do avião

Respondendo a uma pergunta sobre lobby gay no Vaticano, Francisco disse: “Se uma pessoa é gay e procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu, por caridade, para julgá-la? O catecismo da Igreja católica explica isso muito bem. Diz que eles não devem ser discriminados, mas integrados à sociedade”.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/mundo/se-um-gay-busca-deus-quem-sou-eu-para-julgar-diz-papa/> Acesso dia 4 de abril de 2022.

Considerando o percurso de escrita que temos trilhado neste capítulo, iniciaremos as discussões a respeito do fragmento destacado acima, retomando o Esquema de Formações Imaginárias de Pêcheux (2014a) para refletirmos sobre as (possíveis) imagens que são geradas do lugar de A para o sujeito colocado em A (Papa Francisco em relação a si mesmo). Com isso, podemos observar que “quem sou eu [...] para julgá-la?” parece colocar em funcionamento a imagem de um líder religioso que opta por mostrar humildade diminuindo suas próprias qualidades e virtudes. Ou seja,

“quem sou eu [...] para julgá-la?” parece que põe em silenciamento, por exemplo, um dogma católico denominado de Infallibilidade Papal que afirma que o Papa está sempre correto em suas deliberações.

Essa Infallibilidade Papal⁴² é instituída por meio de um dogma católico que isenta as determinações e decisões do Papa (que são tomadas e divulgadas em situações formais, solenes, a partir da posição de Pastor Supremo da Igreja) de eventuais erros. E observar isso, nos coloca diante de duas possibilidades de investigação, com base na noção de Formações Imaginárias (PÊCHEUX, 2014a): uma em relação as (possíveis) imagens que são geradas pelo Sujeito (maiúsculo) em A; e outra em relação as (possíveis) imagens que são geradas pelo sujeito (minúsculo) em A. Tal dubiedade se constitui porque, como sabemos, o Papa, antes de personificar a voz de Deus (ser Sujeito), é um fiel (um sujeito).

Para aprofundarmos essa reflexão, é necessário relembrarmos aqui uma noção teórica anteriormente estudada: vimos (nas páginas 43 e 44) que Althusser (1985), ao refletir sobre o funcionamento da ideologia religiosa, propôs a existência de sujeitos com propriedades diferentes. Para o citado autor, o Sujeito pertence à ordem espiritual, é “único, e central em nome da qual a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos [fiéis]” (ALTHUSSER, 1985, p. 101). Buscaremos, inicialmente, levantar algumas hipóteses a respeito da imagem que o representante de Deus cria de si quando enuncia “quem sou eu [...] para julgá-la?”.

Desse modo, quando o Sujeito questiona a si mesmo, “quem sou eu?”, parece não se valer da sua posição de único, central e infinito. Assim, damos a ver que “quem sou eu?” parece lançar ao silêncio as designações que afirmam que o Sujeito é aquele que “institui, interpela, ordena, regula, salva, condena” (ORLANDI, 2006). Isso porque, como vimos, o Sujeito (e seu representante) habita em uma posição infalível (validada

42 Gostaríamos de detalhar aqui que a Igreja Católica proclama a existência de muitos Dogmas, sendo 44 principais, divididos em 8 categorias diferentes. Os mais importantes dogmas, que tratam de assuntos como a Santíssima Trindade e Jesus Cristo, "foram definidos nos primeiros concílios ecumênicos; o Concílio Vaticano I foi o último a definir verdades dogmáticas (primado e infalibilidade do Papa)". Esse dogma, especificamente, afirma que o Papa é infalível sempre que se pronuncia *ex cathedra*; e compreende que “Sujeito da infalibilidade papal é todo o Papa legítimo, em sua qualidade de sucessor de Pedro e não outras pessoas ou organismos (ex.: congregações pontificais) a quem o Papa confere parte de sua autoridade magistral.” O objeto da infalibilidade são as verdades de fé e costumes, reveladas ou em íntima conexão com a revelação divina. A condição da infalibilidade é que o Papa pronuncie *ex cathedra* e só quando pronuncia *ex cathedra*. Que fale como pastor e mestre de todos os fiéis fazendo uso de sua suprema autoridade. Que tenha a intenção de definir alguma doutrina de fé ou costume para que seja acreditada por todos os fiéis. A razão da infalibilidade é a assistência sobrenatural do Espírito Santo, que preserva o supremo mestre da Igreja de todo erro. Essas e demais informações estão contidas em: <https://pstrindade.files.wordpress.com/2012/01/dogmas-da-igreja-cate3b3lica.pdf> Acesso em 9 de junho de 2022.

pela memória institucionalizada) que oficialmente pode(ria) julgar e, dadas as circunstâncias, condenar. Entretanto, “quem sou eu [...] para julgá-la?”, parece criar a imagem de um Sujeito (de A para A) que desliza para longe da primícia “Eu Sou Aquele-que-É” (BÍBLIA, 1994, p. 76).

Se A, sendo o Sujeito, gera essa (possível) imagem de si mesmo a partir do apagamento das suas divinas (e exclusivas) características, podemos pensar, então, que não houve, nesse caso, a relação Sujeito-sujeitos. Ou seja, parece que o Sujeito, mesmo sendo afetado por específicas condições de produção que o fazem representar (e ser) oficialmente a voz de Deus diante dos fiéis, dá lugar, nessa fala, ao sujeito (que também é um fiel) Jorge Mário Bergoglio. O que pode ter havido, portanto, é a relação sujeito-sujeitos que colocou a voz de um fiel em direção a outros fieis, ambos pertencentes ao mesmo plano temporal.

Dissemos que A (o Papa Francisco) pode movimentar o jogo imaginário tanto através da posição de Sujeito como de sujeito. Logo, a partir deste ponto, buscaremos refletir a respeito do modo com que A se discursiviza como sujeito. Ou seja, produz, por meio de formações imaginárias, efeitos de sentidos a respeito de si mesmo (agora, o sujeito em minúsculo).

Desse modo, antes de analisarmos “quem sou eu [...] para julgá-la?” a partir da posição do sujeito, é fundamental considerarmos o modo com que os sentidos cristalizados, através do discurso documental da Igreja Católica a respeito da homossexualidade, parecem construir (e sustentar) uma discursividade que lança (condena) o sujeito homossexual ao lugar de culpa. Isso porque, pelos recortes do Catecismo (nas páginas 72 e 73) “contrários à lei natural”, “não podem, em caso algum, serem aprovados”, dentre outros, foi possível notar que quando o sujeito em A diz “quem sou eu [...] para julgá-la?” parece gerar a imagem de quem busca uma (possível) absolvição.

Se, como dissemos, o discurso documental da Igreja Católica reproduz um efeito na sociedade de que já existe, com ilusão de estabilidade, uma condenação do homossexual que o põe no lugar de culpado, o sujeito tenta enunciar (respondendo ao jornalista) “quem sou eu [...] para julgá-la?” criando uma imagem de si mesmo (de A para A) a partir (da tentativa) de um não julgamento. Ou seja, somos levados a perceber que a condição de falível, a finitude e as mesmas características de todos os outros sujeitos, interferem na elaboração das respostas para a pergunta “quem sou eu?” e o levam, desse modo, a não enunciar, por exemplo, “quem sou eu [...] para julgá-la

[culpada]?”. É aí que compreendemos o não julgamento que (tenta) busca(r) uma não punição, logo uma absolvição.

Existe também a possibilidade de interpretarmos quando o sujeito enuncia “quem sou eu [...] para julgá-la?”, parece, pelo jogo imaginário, causar uma ocorrência de rompimento da discursividade que é construída na/pela Igreja Católica em que, como a história nos mostra, o hábito de julgar está enraizado desde a sua fundação. Isso porque, está na base do funcionamento dessa Instituição (validado pelo discurso documental) julgar, dentre outros aspectos, quem são os santos e os pecadores, quais atos configuram pecado e quais revelam virtudes, etc.

Como dito, o dispositivo analítico está fundado no Esquema de Formações Imaginárias (de Pêcheux 2014a). Tal filiação teórico-analítica nos leva a perceber que no funcionamento desse jogo imaginário que estamos discutindo, existem também as (possíveis) imagens que são geradas pelo sujeito *A* em relação a *B*. Logo, para seguirmos com o estudo, ainda tomando como Referente (conteúdo) a homossexualidade, colocaremos na posição de *B* aqueles a quem o Papa Francisco se dirige quando produz discursos: a mídia, o grande público e os fiéis católicos.

Para observarmos, pelos jogos de imagem, como *A* parece discursivizar *B*, daremos ênfase à segunda parte da resposta: “o Catecismo da Igreja Católica explica isso muito bem”. Logo, se o Catecismo explica “isso” (a questão da homossexualidade) muito bem, damos a ver que *B* parece estar sendo discursivizado como desconhecedor desse discurso documental. De acordo com *A*, essa (boa) explicação fornecida pelo Catecismo daria a *B* condições suficientes para compreender (e assim não mais perguntar) que a Igreja, pelo discurso documental, ensina que os homossexuais “não devem ser discriminados, mas integrados à sociedade”.

Essa segunda parte da resposta de *A* parece tentar diminuir as possibilidades de polêmicas futuras (ou novas perguntas) em relação à questão da homossexualidade. Visto que, quando *A* se dirige a *B* afirmando que “o Catecismo da Igreja Católica”, documento que possui, como vimos (na página 73), publicação de mais de quinhentos anos, explica “muito bem” a questão da homossexualidade, parece tentar mostrar que a Igreja já elaborou resposta (solução) para esse assunto há muitos anos. Logo, parece haver aí uma imagem criada por *A* de que *B* toca nessa questão (tenta levantar uma polêmica) pois não sabe que o Catecismo “explica isso muito bem”.

Por meio desse fragmento, é possível interpretarmos também uma possível tentativa de *A* em eximir da Igreja qualquer tipo de responsabilidade (culpa) em relação

aos constantes ataques sofridos pelos homossexuais. Isso porque, quando *A* recupera da memória de arquivo a declaração de que os homossexuais “não devem ser discriminados, mas integrados à sociedade”, parece gerar a imagem de que os sujeitos em *B* (a mídia) só consideram que pode haver participação (indireta) da Igreja nas práticas de intolerância que ocorrem na sociedade porque desconhecem esse fragmento específico do Catecismo. Ou seja, o discurso fundador é retomado aqui não só para sustentar, mas também para proteger uma discursividade.

Em vista disso, somos levados a compreender que essa (possível) imagem que *A* cria em relação a *B* valida na prática o funcionamento da memória de arquivo em sustentar uma discursividade impedindo fissuras na interpretação. Ou seja, *A* tenta enunciar (produzir sua resposta) a partir do sentido único de que Igreja Católica não é responsável pela LGBTfobia porque afirma (desde sempre) que os homossexuais “não devem ser discriminados, mas integrados à sociedade”. Os espaços para as dúvidas (e para as polêmicas) advém, portanto, da imagem de que *B* desconhece que “o Catecismo da Igreja Católica explica isso muito bem”.

Com base no Esquema de Formações Imaginárias (Pêcheux 2014a), agora em relação ao Referente, considerando o ponto de vista de *A* (Papa Francisco) sobre *R* (conteúdo), é importante observarmos o modo com que as escolhas linguísticas que compõe “se uma pessoa é gay e procura Deus e tem boa vontade” parecem indicar a existência de uma (possível) tentativa de compensação de um sentido negativo. Podemos notar que “procura Deus e tem boa vontade” parece mostrar possibilidades que “uma pessoa [que] é gay” dispõe para, como dissemos, atenuar ou compensar o sentido negativo que existe em “é gay”.

Dessa forma, é possível levantarmos a hipótese de que o ponto de vista do sujeito *A* em relação a *R* parece gerar imagens da/sobre a homossexualidade, “se uma pessoa é gay”, como algo que demanda ser compensado por outras (melhores) ações: “procurar Deus” e “ter boa vontade”. Ou seja, em um sentido possível, mesmo tentando não julgar, esse ponto de vista não deixa de sustentar a discursividade negativa em relação ao Referente homossexualidade, e parece gerar a imagem de, como dissemos, algo que precisa ser atenuado.

Consideramos pertinente chamarmos atenção para as características das ocasiões de onde retiramos os discursos que temos analisado até aqui. Existe um ponto que parece semelhante tanto nas circunstâncias da reunião emergencial convocada pelo Santo Padre em abril de 2018, como no voo do Brasil para o Vaticano em julho de

2013: ambos momentos aconteceram por causa de forças e vontades alheias ao controle do Papa Francisco. Percebemos que os escândalos que estavam acontecendo na Igreja Católica do Chile, na proporção tomada, dirimiram as possibilidades de o Papa permanecer em silêncio e exigiram urgente posicionamento; assim como, durante o voo de retorno ao Vaticano, pós JMJ, a indagação direcionada ao Papa foi inesperada e não estava sob planejamento.

Portanto, podemos notar que nessas condições dadas foi inevitável para o Papa Francisco tocar em questões da/sobre a homossexualidade, devido modo intempestivo com que tal tema se apresentou (através dos escândalos e da pergunta). Essa percepção, então, nos motivou a buscarmos ocorrências em que o Bispo de Roma tenha, de forma voluntária e planejada, abordado por meio de seus discursos, questões da/sobre a homossexualidade na sociedade contemporânea. Para isso, utilizamos como fonte de pesquisa o repositório de homilias⁴³ do Sumo-Pontífice, contido no site oficial⁴⁴ do Vaticano.

Constatamos que o site do Vaticano lista em ordem cronológica e disponibiliza para leitura as homilias que foram proferidas por Francisco desde a sua entronização. Consultamos um total de 445 homilias⁴⁵ e identificamos em todas a ausência das palavras gay, homossexual e homossexualidade. Tal percepção nos conduz até a hipótese de que a produção de discursos (oficiais) de Francisco está diretamente afetada pelo efeito da memória de arquivo que busca, nesse caso, estabilizar o silenciamento a respeito da homossexualidade. E é aí que somos levados a compreender que no funcionamento da posição-sujeito do atual Papa, parece haver uma tensão fruto de um delicado conflito de interesses.

Antes de discutirmos tal tensão, é importante reconhecermos que, o acontecimento discursivo, com base em Orlandi (1993), que busca, como vimos, romper o discurso fundador, ainda não se estabilizou. Ou seja, a cristalização dos sentidos da/sobre a homossexualidade que é sustentada pelo discurso documental da Igreja, permanece em pleno funcionamento de tal forma que impede uma (desejada pela contemporaneidade) atualização dos documentos oficiais do Vaticano (da memória de arquivo). E o cerne dessa observação, que muito nos interessa, é: quais as (possíveis)

43 De acordo com Ximenes (2000, p. 500) uma homilia é um “sermão baseado no Evangelho”. Ou seja, no nosso caso, é aquilo que é dito pelo Papa ou um padre, durante o rito de uma missa.

44 Disponível em: <https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html>. Acesso dia 6 de abril de 2022.

45 Sendo 44 homilias do ano de 2013, 52 homilias do ano de 2014, 68 homilias do ano de 2015, 55 homilias do ano de 2016, 49 homilias do ano de 2017, 49 homilias do ano de 2018, 63 homilias do ano de 2019, 29 homilias do ano de 2020 e 36 homilias do ano de 2021.

razões da repercussão da questão da homossexualidade no/pelo discurso do Papa e da não repercussão no/pelo discurso da Igreja?

Essa ausência de questões sobre a homossexualidade no discurso documental da Igreja Católica (especificamente, as homilias) nos permite observar na prática aquilo que, anteriormente, teorizamos sobre o modo com que o silêncio historicamente (ainda) abafa temas que são sensíveis para essa instituição religiosa. E quando tocamos nessa questão do silêncio⁴⁶, somos levados até a observação de que ele, nesse caso, constitui um modo relevante de funcionamento da censura em que “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 76).

Com base na referida autora, existe uma política do silêncio onde podemos encontrar “o *silêncio local*, que é a manifestação mais visível dessa política: a interdição do dizer” (ORLANDI, 2007, p. 74, grifo da autora). E essa interdição, compreendida aqui como o “não deixar dizer” pode ser facilmente percebida na, como dissemos, não repercussão (ausência) das palavras homossexual e homossexualidade no site oficial do Vaticano. É aí que a censura, tomada como exemplo desse silêncio local, “estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, *não* deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala” (ORLANDI, 2007, p. 76, grifo da autora).

Desse modo, podemos tentar responder à pergunta que elaboramos anteriormente levantando a reflexão de que essa política do silêncio e essa censura (especificamente, a interdição e o não deixar dizer), estão sendo nutridas (sustentadas) pela memória institucionalizada e parecem afetar diretamente a relação entre o discurso do Papa e o sentido da/sobre a homossexualidade. Com isso, somos levados a compreender que “a relação com o ‘dizível’ é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer” (ORLANDI, 2007, p. 77, grifos da autora).

O funcionamento da dúbia posição ocupada pelo Papa Francisco (como vimos, Sujeito e sujeito), no exercício de sua liderança, parece causar o (aparente) conflito que referimos anteriormente, dado que Francisco habita na tensão entre seguir a tradição da Instituição em que é máxima autoridade e, ao mesmo tempo, não ser omisso diante das

46 Julgamos pertinente mencionar que as citações diretas sobre o silêncio (pensado como uma noção teórica) utilizadas nesta seção, são recortes que foram copiados da obra *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007), onde a autora, a professora Orlandi, elabora profundas reflexões a respeito do silêncio como condição do significar.

discussões fomentadas pelos (novos) sentidos que têm circulado atualmente na mídia e na sociedade. Podemos, então, para conclusão deste capítulo, levantar a hipótese de que a imagem de Papa revolucionário, que constitui ocorrências de acontecimentos discursivos, habitualmente tem sido gerada por discursos proferidos em contextos informais.

Desse modo, foi possível compreender que a não atualização da memória institucionalizada católica (ou seja, a permanência dos sentidos cristalizados) é resultado do modo com que o Vaticano lida com essas declarações revolucionárias do Papa. O que damos a ver é que a Igreja de Roma parece considera-las como fruto de ocasiões não-ritualizadas, irrestritas e que, nas palavras de Orlandi (2006), como vimos, o Papa não está incorporando (atribuindo um corpo) à voz de Deus; e não pela via do discurso religioso em que, na posição de Sujeito, Francisco solenemente representa (e aqui sim personifica) aquilo que o próprio Deus disse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julgamos significativo indicar no início dessas considerações finais o caminho que trilharemos nesta seção: começaremos mostrando, brevemente, o que foi possível aprender através dos movimentos de pesquisa e estudo para a elaboração de cada capítulo. Depois, retomaremos nossas perguntas de pesquisa a fim de levantarmos algumas hipóteses a respeito do funcionamento do processo de significação que se materializa por meio do *corpus* selecionado. Por fim, buscaremos refletir a respeito das expectativas e do resultado dos 19 meses de isolamento e dedicação direcionados à escrita desta dissertação.

O primeiro capítulo foi escrito considerando as inúmeras questões existentes em relação a pertinência (ou não) de (mais uma vez) um pesquisador se inclinar por “fazer” a história da Análise de Discurso. Nosso objetivo não foi utilizar as 22 páginas para (somente) recontar, sem ineditismos, um percurso histórico-linguístico já vastamente narrado e publicado. Nossa justificativa está na compreensão de que a formação que ocorre na/pela leitura de um capítulo de dissertação recai mais fortemente sobre quem o escreveu. Por isso que o caminho de “retorno” foi a forma encontrada para descobrirmos como e por que “discurso é efeito de sentido entre locutores” ou “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” hoje fazem sentido para a Linguística.

Escrever o segundo capítulo nos fez compreender que, observando as condições de produção do discurso religioso católico, os assuntos relacionados à diversidade sexual, questão específica deste estudo, têm sido submetidos à supressão há muitos anos. As ocorrências que analisamos constituíram-se justamente por ocasiões em que, no discurso do Papa Francisco, o silêncio perdeu espaço para o debate de ideias e a visibilidade foi lançada sobre o apagamento. Isso, tendo em vista a tradição histórica da Igreja de Roma, parece gerar um aparente estranhamento na sociedade, o que leva a mídia a repercutir (discursivizar) aquilo que foi dito (pelo Papa) como revolucionário.

Estudar essa tradição da Igreja Católica para a elaboração do terceiro capítulo, nos mostrou que, da origem do cristianismo até a tomada de Francisco como o Papa da Igreja de Roma, existem relações indissociáveis entre a língua, a história e a ideologia que fazem com que determinados sentidos (afetados pelo discurso religioso) sejam (ainda) (re)produzidos na/pela sociedade. Isso porque, como visto, a sustentação de uma discursividade ocorre por meio dos discursos que são materializados pela linguagem e

seus efeitos parecem afetar o imaginário social contribuindo, muitas vezes por meio de relações de poder, com o silenciamento de algumas questões ligadas às minorias.

A partir deste ponto, consideramos que não é possível falarmos separadamente do capítulo 4 e do que compreendemos através do funcionamento do *corpus*. Constatamos que nos discursos que selecionamos de Francisco, aqueles que receberam da mídia sentido de revolucionário, parece haver um processo de deslizamento que leva a uma ruptura entre a posição discursiva do Papa e, como vimos, aquilo que está na base do discurso religioso católico. Observamos que o atual “Papa-pop” parece reconhecer que habita no centro de um difícil conflito de interesses e aparenta buscar um possível equilíbrio, pondo em movimento um processo de atualização da memória discursiva, que mesmo sendo urgente e necessária, caminha a passos lentos dentro da Igreja.

Falaremos dessa atualização da memória discursiva a partir da retomada da pergunta orientadora número 2 (apresentada na página 59): quais formações discursivas e ideológicas permitem que o Papa Francisco seja (atualmente) discursivizado pela mídia como revolucionário? E é importante iniciarmos as possibilidades de respostas considerando que parece haver um protagonismo de Francisco na não adesão à algumas medidas para esquivar-se de comentar temas sensíveis para a Igreja. Nos casos analisados, em relação a homossexualidade, Francisco, quando indagado, pareceu não se eximir de assumir uma posição e tentou (algumas vezes) deslizar para longe dos sentidos, sustentados pela Igreja, que hostilizam os homossexuais na sociedade contemporânea.

Reunir alguns recortes do discurso documental (a Bíblia e o Catecismo) da Igreja Católica viabilizou a observação e a compreensão do modo com que essa Instituição religiosa tende a cristalizar a discursividade em torno da questão do sujeito homossexual. Vimos que a memória institucional parece resistir aos processos de ressignificações que são trazidos pelas mudanças inscritas na modernidade e continua inclinando-se em direção à monossemia. Então, para tentar responder a pergunta 2 (supracitada), levantamos a hipótese de que o sentido de revolucionário que tem sido direcionado (pela mídia) a Francisco, advém das formações discursivas (analisadas no capítulo 4) que divergem e desestabilizam a memória de arquivo (da Igreja Católica), o que explica o (aparente) estranhamento na sociedade.

Notamos que tais divergências e estranhamentos se constituem pelas vezes em que houve um batimento (confronto) entre aquilo que habita no imaginário social (dos sujeitos católicos) em relação a homossexualidade e as declarações do Papa. E foi

justamente para questionar a construção e o funcionamento desse imaginário (coletivo) que elaboramos a pergunta norteadora número 1 (mencionada na página 59), com vistas a entendermos como o discurso da Igreja Católica (pode) afeta(r) ou não o imaginário social da/sobre a homossexualidade.

Como visto, o discurso da Igreja de Roma é constituído e sustentado pelo funcionamento da noção de memória de arquivo. E quando consultamos alguns documentos que constituem essa memória, em específico a respeito da questão da homossexualidade, encontramos expressões fortemente depreciativas que, além de insultar e discriminar, parecem continuar possuindo valor e legitimidade institucional, visto que não houve (até a conclusão da escrita desta dissertação) uma posição oficial da Igreja que propusesse a atualização (retificação) de tais expressões.

Essa observação nos levou a compreender que o imaginário social (dos sujeitos católicos) parece ser afetado pelo efeito de estabilização que ocorre nos/pelos gestos de cristalização que visam engessar a discursividade em torno da homossexualidade, entregando (impondo) à sociedade documentos que protegem a permanência do sentido tomado como único (e verdadeiro) e empurram para o silêncio (todos os outros) sentidos que sejam diferentes daqueles que são aprovados pela norma, pela doutrina, pelos dogmas, etc. É aí que essa discursividade, validada e reproduzida pela instituição, parece construir no imaginário do sujeito (católico) uma ilusão da verdade que pode afetar a relação desse sujeito (fiel) com, por exemplo, a diversidade de sexualidades.

Desse modo, tendo em vista o objetivo de identificar ocorrências de deslizamentos de sentidos comparando o dito pelo Papa Francisco com aquilo que está na base do discurso religioso católico (objetivo específico número 2), buscamos estudar os efeitos da memória institucional ao mesmo tempo em que analisamos as respostas do Papa (que constituem nosso *corpus*). Tal procedimento nos permitiu levantar a hipótese de que os deslizamentos de sentidos ocorrem quando o Papa se inscreve na posição de autoria de formações discursivas diferentes das que constam nos documentos oficiais da Igreja. Ou seja, notamos que no funcionamento do *corpus* aqui observado, Francisco desestabilizou o discurso fundador (protegido por documentos) da Igreja e por isso recebeu repercussão da mídia.

Investigar essa desestabilização gerada pelas respostas do Sumo-Pontífice lançou luzes sobre uma compreensão muito importante para esta dissertação. Ao analisarmos os jogos de imagens movimentados nos/pelos discursos do Papa Francisco (objetivo específico número 1), foi possível perceber que o sujeito discursivo que

designamos como *A*, tenta enunciar (responder as perguntas) administrando modos de dizer, afetados por específicas condições de produção, que materializam a noção de performance discursiva que mencionamos na página 59. Ou seja, consideramos como performance discursiva o funcionamento de um jogo de modos de dizer que constitui a produção do discurso e que afeta as Formações Imaginárias.

Assim sendo, observamos que foi por meio dessa noção de performance discursiva que o Papa Francisco, quando questionado a respeito da homossexualidade, tentou “moldar” o seu discurso com vistas a não protagonizar, nos momentos específicos das respostas, ocasiões que reproduzissem sentidos LGBTfóbicos. Logo, consideramos que existe performance no/pelo discurso quando o sujeito recorre a (utiliza de) um modo de dizer na prática que atenda a (sua) necessidade local. Por exemplo, nos casos que vimos as declarações do Papa deslizaram e romperam com a discursividade sustentada pelo discurso documental (católico) porque foram elaboradas e enunciadas a partir da necessidade de (no momento da resposta) não gerarem imagens de um líder religioso preconceituoso.

Na proximidade do fim da escrita desta dissertação, consideramos justo indicar que as discussões que aventamos ao longo deste trabalho não visam apenas intitular e taxar a Igreja Católica como uma instituição que (re)produz na sociedade efeitos de sentidos LGBTfóbicos. Compreendemos que as práticas de exclusão das minorias possuem inúmeras fontes e não tivemos o interesse neste estudo de culpar unicamente a Igreja Católica. O que nos impulsionou foi a tentativa de entender o modo com que o Papa Francisco, chefe maior desta instituição que é alicerçada em Evangelhos que pregam o amor a Deus e ao próximo, se esforça para contribuir com a construção de uma sociedade menos intolerante e intransigente frente às diferenças.

Notamos que esse aparente esforço de Francisco em (tentar) não (re)produzir sentidos homofóbicos em suas repostas, pode ser compreendido como um acontecimento discursivo (com base em Pêcheux 2015b) porque a história nos mostra que são raras as ocorrências em que um Papa se posicionou com esse importante cuidado para não reforçar o sentido negativo que a homossexualidade parece possuir no imaginário do sujeito religioso católico. Entretanto, para não promovermos conclusões ingênuas, é indispensável, mais uma vez, nos atentarmos para o que propõe Orlandi (1993).

Então, antes de intitularmos o Papa Francisco como um revolucionário que instalou um acontecimento discurso na Igreja Católica, é necessário compreendermos

que as respostas que analisamos não geraram materialidade discursiva suficiente para produzir e estabilizar um novo discurso documental (católico) que inclua o homossexual. É aí que tal observação além de impossibilitar a identificação do acontecimento discursivo, (infelizmente) exige que nós, pesquisadores do funcionamento dos discursos religiosos, continuemos utilizando a expressão “ainda não” nas discussões sobre possíveis modificações no discurso da Igreja.

Consideramos que um dos resultados dos processos de escrita deste trabalho se encontra na adesão ao compromisso (e desafio) de questionar, com criticidade validada pelo estado de constante busca pela formação, a inviolabilidade das supostas “verdades universais” que há anos circulam livremente na sociedade e que nos são entregues como parâmetros definidores do bom ou ruim, certo ou errado. Portanto, escrever esta dissertação nos ajudou na tomada de consciência da importância de diminuirmos a crença cega na existência de princípios inquestionáveis e aumentarmos a consulta à História, o estudo da Filosofia e o aprofundamento na Linguística.

Por fim, acreditamos que são produtivas para os estudos da/sobre a linguagem as questões que foram suscitadas pelo objeto de estudo que selecionamos. A relevância deste trabalho situa-se na disposição em utilizar a pesquisa científica como estímulo para reflexões a respeito dos discursos que são difundidos na/pela sociedade contemporânea. De modo que, por meio do senso crítico, seja possível caminharmos em direção a uma formação acadêmica que colabore com a emancipação humana e que seja fortemente voltada para o apoio, respeito e proteção daqueles (as) que são condenados (as) pela injustiça a formas de vida repletas de sofrimento e exclusão.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 1979.

AMARAL, Abraão Janderson dos Santos; LOPES, Maraisa. Da análise automática do discurso à teoria materialista dos processos discursivos: um percurso histórico. **Revista Investigações**, Recife, v. 32, n. 2, p. 479-506, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/241761>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ANDRADE, Guilherme Beraldo de. **“Com jeitinho”, uma análise retórica do discurso do Papa Francisco e seu *multiethos***. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2018.

BÍBLIA, A. **Mensagem de Deus**. São Paulo - SP. Edições Loyola, 1994.

BOAVENTURA, Luís Henrique; FREITAS, Ernani Cesar de. A construção do ethos nos discursos do Papa Francisco. **Gragoatá**, Niterói, v. 21, n. 40, p. 317-338, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33386>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**: fundamentos e visão crítica. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

CATECISMO da Igreja Católica. **Vaticano**, 1992. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em: 11 mar. 2022.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria; CAVALLARI, Juliana Santana. Entrevista com Maria José Rodrigues Faria Coracini por Juliana Santana Cavallari. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, Pouso Alegre, v. 13, p. 301-310, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/392.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CROUZET, Maurice; AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine (org.). **História Geral das Civilizações**. Tradução: Pedro Moacyr Campos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 5 v.

FERNANDES, Adriana. O projeto político pedagógico: espaço de uma formação discursiva própria da escola? Em: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 4., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead4.html>. ISSN 2237-8146. Acesso 2 de jun. de 2002.

GUILHAUMOU, Jacques e MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Em: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) **Gestos de Leitura**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GUIMARÃES, Eduardo. Os Estudos Sobre Linguagens: uma História das Ideias. **Com Ciência**, Campinas, 10 ago. 2001. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/linguagem/ling14.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (org.). **Análise de discurso**: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas: Mercado de Letras, 2015.

LENZENWEGER, Josef *et al.* **História da Igreja Católica**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LIMA JÚNIOR, Francisco Chagas Vieira. Jesus é o filho de Deus (e o Imperador não é): a simbolização de discursos antiimperialistas nos relatos evangélicos sobre o nascimento de Jesus. **Veredas Favip, Revista Eletrônica de Ciências** - v. 2, números 1 e 2 – jan./dez. 2009.

MAGALHÃES, Belmira. **Materialismo Histórico, Dialético e Discurso - BELMIRA MAGALHÃES (UFAL)**. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal ENCIDIS - UFF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pl6dpFWiLgQ>. Acesso em: 10 out. 2021.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2017.

MASSMANN, Débora *et al.* Artivismo de gênero: discursos de/sobre a mulher no “feminejo”. **Leitura**, Maceió, n. 69, dossiê especial “Discurso, Gênero, Resistência”, p. 343-355, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11983/8623>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MASSMANN, Débora; VOSS, Lílian Figueiredo (org.). **Formação universitária em tempos de pandemia**: desafios e saberes. Maceió: EduFal, 2021.

GUIDA NT, José. A cristianização do Império Romano e o Direito. **Thesis**, São Paulo, ano VII, n. 16, p. 01-12, 2011. Disponível em: http://www.cantareira.br/thesis2/ed_16/1_guida.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008a. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982>. Acesso em: 05 mar. 2022.

NUNES, José Horta. O Discurso Documental na História das Ideias Linguísticas e o caso dos Dicionários. **Alfa, Revista de Linguística**. São Paulo, n. 52 (1), 2008b. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ORDEM social, ordemsocial ou ordem socia? **EBRADI**, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ebradi.com.br/coluna-ebradi/ordem-social-ordemsocial-ou-ordem-socia/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 1., 2005, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. Em: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013c. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>. Acesso 2 jun. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Editora Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed., 4. reimp. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes Editores, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele**. Discurso e real da história. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017b.

ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística**. 2. ed. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2013b.

PAPA Francisco recusa hospedagem em hotel caro em Moçambique. **Estadão**, São Paulo, 31 ago. 2019. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/gente,papa-francisco-recusa-hospedagem-em-hotel-carro-em-mocambique,70002990913>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethânia Mariani *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel *et al.* (org.). **Materialidades discursivas**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel *et al.* **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.

PEREIRA, Lídia Noronha. **A (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito inscritos pela sexualidade e pelo gênero**: efeitos de ruptura. 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2017.

PIOVEZANI, Carlos. Saussure e o discurso: o curso de Linguística Geral lido pela Análise do Discurso. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 7-20, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1464>. Acesso em: 26 mar. 2022.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

SANTOS, Caio Cesar Costa; LIMA, Geralda de Oliveira Santos. Entre “tapas e beijos”: sujeito e enunciação em Benveniste e Pêcheux – análises em episódios sobre Lampião. **Revista Memento**, Três Corações, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/728>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye. Colaboração: Albert Riedlinger. Prefácio à edição brasileira: Isaac Nicolau Salum. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCAMPARINI, Ilze. Papa Francisco inicia pontificado com recusa de regalias papais. **G1 – Jornal da Globo**, Vaticano, 15 mar. 2013. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/03/papa-francisco-inicia-pontificado-com-recusa-de-regalias-papais.html>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SILVA, Diogo Pereira da. As perseguições aos cristãos no Império Romano (séc. I-IV): dois modelos de apreensão. **Revista Jesus Histórico**, [S. l.], v. 7, p. 29-44, 2011. Disponível em: <https://klineeditora.com/revistajesushistorico/arquivos7/ARTIGO-DIOGO-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ediouro Publicações, 2000.

ANEXOS

Anexo 1: O Papa e os 34 bispos chilenos no Vaticano, em reunião emergencial para tratar dos casos de abuso e pedofilia na Igreja Católica. Imagem retirada de: <https://veja.abril.com.br/mundo/papa-aceita-a-renuncia-de-tres-bispos-chilenos-por-acobertar-abuso-sexual>. Acesso dia 7 de março de 2022.



Anexo 2: Aproximadamente 3,7 milhões de pessoas compareceram ao evento Jornada Mundial da Juventude na praia Copacabana, Rio de Janeiro – Brasil. Imagem retirada de: <https://memoria.etc.com.br/noticias/internacional/2013/07/arcebispo-do-rio-divulga-os-numeros-oficiais-da-jornada-mundial-da>. Acesso dia 13 de abril de 2022.



Cerca de 3 milhões de fiéis participaram sábado (27) da vigília da JMJ em Copacabana. (Jornada Mundial da Juventude/Facebook)

Anexo 3: Papa Francisco concede entrevista à jornalistas durante voo de retorno ao Vaticano, após a Jornada Mundial da Juventude em 2013. Imagem retirada de: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/jamil-chade/entrevista-com-o-papa-francisco-quem-sou-eu-para-julgar-os-gays/>. Acesso dia 6 de abril de 2022.

